

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Adriana de Oliveira Costa

ESCRITA, COMUNICAÇÃO E SABER EMANCIPATÓRIO NA OBRA DE
INTELECTUAIS NEGRAS:
enfrentamento ao racismo epistêmico

Belo Horizonte

2025

Adriana de Oliveira Costa

**ESCRITA, COMUNICAÇÃO E SABER EMANCIPATÓRIO NA OBRA DE
INTELECTUAIS NEGRAS:
enfrentamento ao racismo epistêmico**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Comunicação Social.

Linha de Pesquisa: Comunicação, territorialidades e vulnerabilidades

Orientadora: Prof^a Dr^a Vanessa Cardozo Brandão

Belo Horizonte

2025

301.16 Costa, Adriana de Oliveira.
C837e Escrita, comunicação e saber emancipatório na obra de
2025 intelectuais negras [recurso eletrônico]: enfrentamento ao
racismo epistêmico / Adriana de Oliveira Costa. - 2025.
1 recurso online (149 f.): pdf
Orientadora: Vanessa Cardozo Brandão.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.Comunicação – Teses. 2. Intelectuais negros - Teses.
3.Racismo – Teses. 4.Escrita – Teses. 4.Negras - Teses.
I. Brandão, Vanessa Cardozo. II. Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Escrita, comunicação e saber emancipatório na obra de intelectuais negras: enfrentamento do racismo epistêmico."

ADRIANA DE OLIVEIRA COSTA

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelas seguintes professoras:

Prof^ª Vanessa Cardozo Brandão - Orientadora
DCS/FAFICH/UFMG

Prof^ª Ângela Cristina Salgueiro Marques
DCS/FAFICH/UFMG

Prof^ª Luciana de Oliveira
DCS/FAFICH/UFMG

Prof^ª Vitória Régia Izaú
UEMG

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Cardozo Brandao, Professora do Magistério Superior**, em 26/02/2025, às 20:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitória Régia Izaú, Usuário Externo**, em 26/02/2025, às 21:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angela Cristina Salgueiro Marques, Professora do Magistério Superior**, em 28/02/2025, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 05/03/2025, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3904940** e o código CRC **36F669C5**.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este ciclo, gostaria de dedicar algumas palavras de gratidão, começando pela minha mãe, Dona Eva, que compartilhou os meus sonhos e esteve ao meu lado durante toda essa trajetória, podendo agora testemunhar a realização deste projeto. Minha gratidão também vai para meu pai, Senhor Edson Eustáquio, que ofereceu todo o apoio que pôde. Agradeço ainda à minha sobrinha Marina Beatriz, que sempre esteve disposta a contribuir com a minha jornada. A união e a solidariedade entre mulheres negras têm o poder de transformar realidades, favorecendo uma saudável relação emocional e criando ambientes seguros para acolhimento e troca de experiências.

Expresso minha profunda gratidão a todas as amigas que contribuíram de maneiras tão especiais. Em particular, quero agradecer à Marina Evaristo, que, desde o início do meu desejo de iniciar o mestrado, me incentivou e ofereceu um apoio imprescindível. Também sou grata à Miriam Alves, uma verdadeira parceira de luta, amiga e tutora no programa Ações Afirmativas, que me orientou desde o começo, contribuiu com meu ingresso no mestrado e enriqueceu minha formação prática.

Não posso deixar de mencionar o suporte inestimável da minha amiga Paula Campos, sempre disposta a me ouvir e a oferecer apoio emocional, e de Luciana Motta, uma amiga presente, que me acolheu em momentos decisivos. Agradeço, ainda, aos movimentos sociais, que foram fundamentais na minha formação e no enfrentamento das incertezas e inseguranças ao longo deste trajeto.

À professora Ângela Cristina Salgueiro Marques, uma querida que sabe acolher as pessoas como ninguém, dona de um domínio intelectual admirável e inspirador, que foram fundamentais. À professora Luciana de Oliveira, um ser humano inexplicável, uma pessoa generosa, aberta, com uma sabedoria que dialoga com o ser humano como nenhuma outra, o que foi fundamental para o meu aprendizado, o desenvolvimento dos conhecimentos acadêmicos e a prática da vida. Agradeço pela escuta e também sou grata pela competência e pelo acolhimento da professora Vitória Régia Izaú, com quem tive a honra de me encontrar durante a graduação, em uma palestra sobre racismo científico que despertou minha motivação para desenvolver esta pesquisa. À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a. Vanessa Cardozo Brandão, pela sua generosidade, sensibilidade e apoio inestimável.

Saber é ver e ver é o princípio do pensamento. A mente tem sido descrita como um olho interior, e o conhecimento, como uma série de percepções visuais ou imagens. A visão é o sentido elevado, acima de todos os outros na apreensão do mundo (Hartman, 2021, p. 220).

RESUMO

Esta dissertação analisou a comunicação escrita de intelectuais negras, focando em Sueli Carneiro, autora de *Dispositivo de racialidade: a construção do outro não ser como fundamento do ser* (2023) e Grada Kilomba, que escreveu *Memórias da Plantação* (2019). Ambas discutem a luta contra o racismo epistêmico e os preconceitos interseccionais em suas pesquisas. A escrita literária dessas mulheres se relaciona com a ideia da “escrita de si”, de Michel Foucault (2004), que reconhece o escrever como um processo de conhecimento e emancipação, como uma forma de registro que intelectuais negras empregam para se conectar às experiências da luta contra o racismo e questionar os contextos raciais e sociais. Os estudos feitos por pensadoras negras contestam as ideias negativas, que excluem e oprimem seus conhecimentos. Essas autoras apresentam estratégias de comunicação que promovem a coexistência de vários conhecimentos, estabelecendo um ambiente de confluência a partir da crítica ao poder universal da academia em relação às suas vozes acadêmicas. Encorajando o exame de várias situações, essas autoras permitem que suas pesquisas mostrem as características das comunidades que lutam contra o racismo, o que marca a necessidade de compreender, analisar e interpretar suas obras literárias de diferentes ângulos, desafiando o poder acadêmico universal estabelecido.

Palavras-Chave: intelectualidades negras; epistemicídio; escrita e experiência; autonomia; saber e emancipação intelectual de mulheres negras.

ABSTRACT

This dissertation analyzed the written communication black women intellectuals, focusing on Sueli Carneiro, female author of “Device of raciality: the construction of the other non-being as the foundation of being” (2023) and Grada Kilomba, who wrote “Memórias da Plantação” (2019), the two female authors discuss the fight against epistemic racism and intersectional prejudices in their research. The literary writing of these women relates to the idea of Michel Foucault's Writing of the Self (2004), which connects writing, knowledge and emancipation, as a form of writing that black women intellectuals employ to connect the experiences of the fight against racism. and question racial and social contexts. Studies carried out by black thinkers contest negative ideas that exclude and oppress their knowledge. These female authors present communication strategies that promote the coexistence of various types of knowledge, establishing an environment of confluence based on criticism of the universal power of academia in relation to its academic voices. These female authors encourage the examination of various situations, allowing their research to show the characteristics of communities fighting against racism, which marks the need to understand, analyze and interpret their literary works from different angles, challenging established universal academic power.

Keywords: black female writers; epistemicide; writing and experience; autonomy; knowledge production and black female emancipation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
BDB	Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles
PQ	Bolsas de produtividade
MADE	Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EAD	Educação a Distância
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Flip	Festa Literária Internacional de Paraty
PoC	People of Color
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA-USP	Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Semesp	Serviço do ensino superior - Mapa do Ensino Superior no Brasil
MIR	Ministério da Igualdade Racial
OMS	Organização Mundial da Saúde
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PAA- UFMG	Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UnB	Universidade de Brasília
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Apresentação dos capítulos	17
1.2 Abordagem metodológica.....	19
2 A CONSTRUÇÃO DA INTELLECTUALIDADE NEGRA FEMININA: REFLEXÕES SOBRE A EMANCIPAÇÃO PELO CONHECIMENTO.....	21
2.1 A coexistência de saberes e a importância das experiências das mulheres negras .	21
2.2 A educação é fundamental para a emancipação intelectual das mulheres negras .	34
3 A CIÊNCIA E O EPISTEMICÍDIO QUE APAGA O CONHECIMENTO PRODUZIDO POR INTELLECTUAIS NEGRAS	51
3.1 A eugenia e a desumanização das mulheres negras por meio do controle de seus corpos	58
3.2 A consolidação da hegemonia eurocêntrica dificulta a coexistência de novas teorias acadêmicas	67
4 A ESCRITA DE MULHERES NEGRAS E A SUA LIGAÇÃO COM OS CONCEITOS DA ESCRITA DE SI DE MICHEL FOUCAULT: A INTERSECÇÃO ENTRE ESCRITA E CONHECIMENTO NA COMUNICAÇÃO	77
4.1 A "escrita de si" como ferramenta de autoexpressão	77
4.2 Para mulheres negras, a escrita de si é um ato de emancipação e resistência.....	79
4.3 A conquista da memória coletiva: o delicado encontro entre a escrita e a narrativa	88
4.4 A comunicação e a escrita de Sueli Carneiro em: Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do <i>ser</i>.....	93
4.5 A comunicação e a escrita de Grada Kilomba em Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano	107
4.6 Estratégias de autonomia: como autoras negras enfrentam racismo epistêmico e marginalização intelectual.....	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

O poder epistêmico também conta com estratégias específicas que valorizam de modo diferente intelectuais que ele considera teóricas e teóricos sociais, bem como a importância de seus argumentos teóricos. Essas mesmas relações moldam a resistência epistêmica (Collins, 2022, p. 188).

Motivada pela experiência de vivenciar o racismo cotidianamente como mulher negra, realizei este estudo para compreender o funcionamento do sistema de opressão racial, tendo em vista as esferas social, intelectual, política e econômica, organizado em uma hierarquia que historicamente relegou a população negra às posições mais desvantajosas, gerando impactos significativos em suas condições sociais. “O negro chega antes da pessoa, o negro chega antes do indivíduo, o negro chega antes do profissional, o negro chega antes do gênero, o negro chega antes do título universitário, o negro chega antes da riqueza” (Carneiro, 2023, p. 131).

A pesquisa, desenvolvida no âmbito acadêmico, permitiu estabelecer um diálogo com o discurso hegemônico a partir de uma perspectiva marginal, levando em conta a posição na qual me encontro como membro da comunidade negra, para explorar as abordagens de intelectuais negras que analisam as raízes do racismo, promovendo uma análise que reflete não apenas a realidade brutal do racismo vivenciado, mas também a resistência da população negra marginalizada e as profundas consequências do racismo.

Este trabalho visa oferecer uma reflexão sobre como as perspectivas dessas intelectuais contribuem para a desconstrução de narrativas racistas epistêmicas e para uma maior compreensão das desigualdades persistentes, destacando o papel da academia no enfrentamento do racismo.

O presente estudo analisou obras das intelectuais Sueli Carneiro, *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro não ser como fundamento do ser* (2023), e Grada Kilomba, *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), estabelecidas como referências para *corpus* desta pesquisa, pois ambas elaboraram teses de doutorado que foram convertidas em livros. Merece destaque uma reflexão sobre o livro como um meio de comunicação canônico no ambiente acadêmico, que está relacionado ao processo de legitimação intelectual das autoras e também ao meu próprio desenvolvimento como pesquisadora, uma vez que os livros confirmam a autoria e a titularidade de uma obra intelectual¹.

¹ O livro de Sueli Carneiro mostra que racismo opera pelo Estado e por práticas sociais. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/livro-de-sueli-carneiro-mostra-que-racismo-opera-pelo-estado-e-por-praticas-sociais/> Acesso em: 20 abr. 2024.

No livro de Grada Kilomba (2019), a autora narra a experiência de Alicia, uma mulher afro-alemã que relata um episódio em que presenteia sua mãe adotiva, uma mulher branca, com livros sobre racismo. A intenção de Alicia é conscientizá-la sobre as vivências de outras mulheres negras e a sua escolha por um livro torna-se uma estratégia que não é aleatória, mas se trata de uma seleção cuidadosa, feita por mulheres negras como um meio de conscientização na luta pela valorização de histórias frequentemente esquecidas e silenciadas.

A história de Alicia também revela como a reação de alguns familiares tende a minimizar a seriedade do racismo, tratando-o como um problema individual e desconsiderando sua dimensão estrutural, de modo a dificultar a compreensão da realidade e perpetuar as desigualdades.

Essa dimensão da questão destaca a importância da análise proposta nesta pesquisa, a escolha por tomar os livros como objetos de estudo permite comprovar que a escrita se que difere da fala em seu valor e contexto, enquanto a escrita proporciona permanência e reflexão, a fala prioriza o imediatismo e a conexão.

Ambas são essenciais para a comunicação e se complementam em diferentes situações, desempenhando funções fundamentais na troca de ideias, contudo, em nossa sociedade, o registro escrito possui maior peso que a fala, possibilitando uma análise mais fundamentada da relevância epistêmica das produções. “A escolha dos livros parece protegê-la de eventuais negações e trivialidades porque, ao contrário de suas próprias palavras faladas, as palavras impressas não podem ser apagadas nem silenciadas” (Kilomba, 2019, p. 204).

Através da lente de autoras negras, o estudo analisa o racismo epistêmico, ou seja, o racismo presente nos próprios sistemas de conhecimento, refletindo sobre como mulheres negras se comunicam a partir da sua percepção como sendo o "outro". Trata-se de uma comunicação que reformula a própria noção de ser, ligando-se à ideia de “A escrita de si”, de Foucault (1992), a construção da própria identidade, de modo que, por meio da linguagem escrita e da experiência, aponta caminhos de resistência dessas mulheres diante do racismo. O estudo utiliza a perspectiva de Foucault para compreender como as mulheres negras constroem sua identidade e resistem ao racismo por meio da comunicação escrita, com destaque para o livro como suporte canônico.

A partir da análise do trabalho de escritoras como Sueli Carneiro e Grada Kilomba, podemos sugerir caminhos para as mudanças necessárias nas práticas para enfrentar o racismo, reconhecendo que o trabalho de mulheres negras vai além das fronteiras acadêmicas e se estende às ações sociais na luta contra o racismo. Por isso, o presente estudo dedicou-se a analisar o racismo estrutural e epistemológico que permeia a trajetória das intelectuais negras,

implementando uma pesquisa que requer o entendimento e a apreciação do conhecimento ancestral negro, proveniente da experiência vivida por mulheres negras.

A diferença potencializa a vida. E isso não pode ser confundido com noções superficiais de inclusão ou de vivenciar uma diversidade na qual uma pessoa permanece em espaço de privilégio enquanto se aproveita daqueles que são considerados “os outros”. Falo da diversidade que permite a uma pessoa ser fundamentalmente tocada, totalmente transformada. Os resultados dessa transformação são a mutualidade, a parceria e a comunidade (hooks, 2021, p. 128).

As autoras revelam a comunicação que une vida e saberes. Ao focalizar as expressões de mulheres negras diante da opressão, elas compartilham suas vulnerabilidades e estabelecem resistência contra o racismo epistêmico, utilizando suas vozes como uma ferramenta poderosa em sua luta por transformação social.

Os textos analisados neste estudo enfatizam a importância de uma nova abordagem na produção do conhecimento, associando transformações sociais à complexidade da comunicação, que reconhece os livros como fonte valiosa de pesquisa na área da comunicação, considerando uma análise das narrativas de mulheres negras que marcam a luta contra o racismo epistêmico em suas obras acadêmicas.

A experiência de mulheres negras é marcada por processos que limitam e impedem o reconhecimento de nossa capacidade de produção de conhecimento, no entanto, a coexistência de intelectuais negras se baseia no reconhecimento da interação significativa entre saberes que, por meio do encontro profundo entre o ser e a comunidade, gera um diálogo rico e uma confluência dos saberes com as práticas circulares, como afirma Nêgo Bispo (2023, p. 09), o saber orgânico é constitutivo do ser, permeando-o por completo; seu valor equivale à própria vida, pois é a vida em si, um conhecimento inerente à existência, tecido na própria experiência vital. É o saber ancestral, que me acompanha. Sua característica orgânica reside na acessibilidade universal a todas as vidas.

Almejando transformações nas bases teóricas que frequentemente são alicerçadas por referências universais eurocêtricas, este trabalho busca ir além do compartilhamento de informações sobre a manifestação do racismo epistêmico na sociedade, mas foca, especialmente no ambiente acadêmico, na importância da experiência e da subjetividade, inspirado nas narrativas comunicacionais de intelectuais negras e seus escritos.

As questões raciais e os estudos sobre o racismo normalmente não estão incluídos na base dos referenciais acadêmicos, que privilegiam os conceitos eurocêtricos. Na comunicação, pude observar mais detalhadamente que essa questão não permeia as discussões acadêmicas com

frequência. Segundo Liv Sovik e Thiago Ansel (2015), o racismo e as identidades raciais são frequentemente excluídos das diversas formas de análise da comunicação no Brasil, e os autores avaliam que os motivos podem ser de natureza histórica.

Essa constatação permitiu discutir a forma que o epistemicídio é naturalizado em alguns setores, trazendo para o debate um conceito produzido pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2009) e que serviu de base para que Sueli Carneiro (2023) escrevesse sobre o dispositivo de racialidade, estabelecendo conexão entre os dois conceitos. O epistemicídio pode ser tomado como um componente da opressão, determinando funções e atividades dentro do sistema de dominação.

E hooks sintetiza as amarras que limitam as possibilidades intelectuais das mulheres negras: 'É o conceito ocidental sexista/racista de quem é ou que é um intelectual que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual' (Carneiro, 2023, p. 114).

Trata-se de uma reflexão profunda sobre a violência epistêmica e que vem a ser essencial para promover mudanças e reivindicar justiça. De acordo com Boaventura (2009), essa abordagem revela que os saberes em conflito não são meras divergências, mas refletem realidades e impactos bastante distintos para cada grupo social, uma ideia, dentre as muitas formas de compreender e interpretar o mundo, que mostra como o paradigma cultural e epistemológico dominante venceu globalmente.

Para pessoas negras, a luta antirracista começa com a autoidentificação, a busca por se ver refletido no mundo, um reconhecimento que é fundamental para compreender as desigualdades que excluem socialmente a comunidade negra dos espaços de poder. Para nós, mulheres negras, abraçar a identificação negra é assumir uma dimensão ainda mais profunda, que envolve o questionamento essencial do que significa ser mulher negra.

Inspirada nas reflexões de Lélia Gonzalez em sua obra escrita em parceria com Carlos Hasenbalg, *Lugar de negro* (1982) e Neusa Santos em seu livro *Tornar-se negro: Ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (1983), sobre a negritude como construção política e corporal, e não como atributo inato, esta pesquisa foi motivada pela busca de compreensão do meu próprio ser, minha identidade como mulher negra foi fundamental para este processo, no qual atuei simultaneamente como produtora e sujeito da dissertação. Essa perspectiva permitiu uma análise aprofundada das interseções entre minha condição de mulher negra e pesquisadora, contribuindo para uma melhor compreensão do enfrentamento das diversas formas de discriminação.

O desprezo pela vida intelectual reflete a internalização da ideia de estar fora de lugar: é como assumir a atitude da raposa diante das uvas que estão fora do seu alcance e, com desdém, declarar: “elas estão verdes”, justamente para aplacar o sentimento de inadequação, de não pertencimento a um espaço ao qual o nosso acesso é viabilizado quase exclusivamente para sermos objeto de pesquisa daqueles que seriam dotados, pela natureza, da capacidade de “conhecer” e sobretudo de explicar. Como diz hooks: ‘Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas só corpo, sem mente’ (Carneiro, 2023, p. 14).

Conforme as estatísticas governamentais, conforme Sá, Silva e Silva (2023), e em outras fontes oficiais que serão apresentadas ao longo da dissertação, revelam que as táticas usadas no fortalecimento do racismo têm contribuído para a invisibilidade de mulheres negras e, no âmbito intelectual, ganham proporção maior devido às interseccionalidades do racismo nas esferas de poder

Assim, minha representação social, ao integrar uma comunidade que, quase sempre, é definida pelas condições de exclusão social, pode ser compreendida a partir do que Foucault define como uma inerente rejeição e separação, o que impacta significativamente as pessoas atingidas por essa exclusão e contribui para as múltiplas formas de discriminação vivenciadas nas instâncias sociais (Foucault, 1999).

De acordo com Gomes (2024), o Instituto Brasileiro de Economia e Estatística aponta que mulheres negras são as maiores atingidas pela disparidade social no Brasil, o que, a princípio, é algo muito danoso, mas que serviu como encorajamento para a realização deste estudo, que se dedicou a compreender as ocorrências de desigualdade que permeiam a minha vivência e de tantas outras mulheres negras.

Como parte de uma coletividade categoricamente atingida por diversos fatores que colaboram com a exclusão em diversos setores sociais, escolhi utilizar o conceito de interseccionalidade, de Patricia Hill Collins (2022), para analisar as consequências dessas desigualdades no ambiente científico, já que pessoas negras têm se esforçado para romper com o racismo e com as desigualdades, tentando se ajustar às regras da produção acadêmica, num processo de dedicação constante, que propõe apresentar nosso referencial intelectual, muitas vezes marginalizado pelos programas acadêmicos.

Há um paradoxo que trazemos para o campo da reflexão acadêmica e que está presente hoje na discussão mundial sobre a própria questão do que é o universal. Pessoas negras que alcançam excelência em qualquer área de conhecimento encarnam esse paradoxo, porque suas vidas e suas histórias expressam a resistência aos estigmas que distanciam os negros da vida intelectual e acadêmica. Elas afirmam: “podemos pensar tão bem ou melhor do que vocês (Carneiro, 2023, p. 113).

A comunicação dos referenciais teóricos produzidos por pesquisadoras negras, mesmo quando incluídos, tem pouco diálogo com a produção acadêmica, que busca legitimar o pensamento universal institucionalizado no cânone eletivo. Entretanto, têm sido desenvolvidas estratégias que buscam conciliar nossas referências intelectuais e os cânones acadêmicos.

Inspirada pelas questões raciais que me afetam, aprofundei meus estudos sobre a comunicação da escrita de intelectuais negras e o enfrentamento do racismo em suas obras e constatei a frequente invisibilização dessas mulheres como intelectuais no meio acadêmico, uma constatação que se conecta diretamente à minha trajetória como pesquisadora, dedicada à investigação da produção de conhecimento de pensadoras negras que assumem posições contra-hegemônicas na construção e na comunicação do seu pensamento e de suas formas de expressão em espaços de poder,

Em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em jornalismo, concluído em 2019, analisei a representação da população negra na revista *Veja*, com o objetivo de investigar o impacto do racismo na mídia. Foram selecionadas 32 edições da revista, publicadas no mês de julho, entre 2010 e 2018, período posterior à implementação do Estatuto da Igualdade Racial. A análise mostrou que a representação de pessoas negras em matérias jornalísticas focava, principalmente, a desigualdade social e a violência nas favelas, muitas vezes mostrando pessoas negras como criminosas, enquanto, nas matérias esportivas, o foco era sua atuação como atletas.

Este trabalho me permitiu compreender que as lacunas deixadas pela ausência de aprofundamento nas reflexões e a falta de diálogos discursivos sobre o racismo na formação universitária dos profissionais de cursos de comunicação refletem uma forma de descaso em relação aos referenciais teóricos construídos pelo pensamento negro na academia, o que reforça os estereótipos negativos da população negra, colaborando com a perpetuação do racismo na comunicação midiática.

A ausência das narrativas de grupos marginalizados na academia proporciona um ambiente oportuno ao apagamento das contribuições de intelectuais negros e colabora para que as publicações oficiais fortaleçam o racismo estrutural.

Com referência ao negro, a mídia, a indústria cultural, constroem identidades virtuais a partir não só da negação e do recalcamento, mas também de um saber de senso comum, alimentado por uma longa tradição ocidental de preconceitos e rejeições. Da identidade virtual nascem os estereótipos e as folclorizações em torno do indivíduo de pele escura (Sodré, 1999, p. 246).

Para desenvolver essa investigação, convoquei os estudos da filósofa Sueli Carneiro, que desempenha um papel fundamental para entender as lacunas que o racismo provoca, pois

impulsionou várias pesquisas sobre o racismo, associando-o ao epistemicídio e à desvalorização do conhecimento negro, resultados do biopoder que legitima tanto a morte física quanto a intelectual das pessoas negras.

Neste estudo, busco evidenciar a coexistência de diversas formas de pensamento que questionam a ideia de que existe apenas uma base teórica acadêmica para o conhecimento científico, uma perspectiva que reforça a noção de uma universalidade objetiva do saber, ignorando outros contextos.

Dentre os seus elementos constitutivos destaco o epistemicídio, conceito que empresto de Boaventura de Sousa Santos para evidenciar o papel da educação na reprodução e permanência de poderes, saberes e subjetividades que o próprio dispositivo produz. Através do epistemicídio — que é uma forma de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão — as pessoas negras são anuladas enquanto sujeitos do conhecimento e inferiorizadas intelectualmente (Carneiro, 2023, p.13-14).

Apresentar essas autoras como referências é reafirmar o espaço da mulher negra na academia. Suas trajetórias vão além do fazer acadêmico e são empregadas em movimentos sociais como recursos para a criação de estratégias de resistência às discriminações provocadas pelo racismo. Nesse sentido, o presente estudo se constrói a partir da pergunta: como o conceito de “a escrita de si”, de Michel Foucault, se constitui como um instrumento de comunicação escrita do pensamento e do conhecimento emancipador de intelectuais negras contra o racismo epistêmico?

A questão central da pesquisa consiste em examinar como o conceito de "a escrita de si", presente no trabalho das duas intelectuais negras contemporâneas, Sueli Carneiro e Grada Kilomba, que envolve um processo de autoconhecimento e formação da identidade por meio da escrita, atua como uma forma de comunicação de intelectuais negras que enfrentam o racismo epistêmico.

O objetivo é entender como o ato de escrever sobre suas próprias experiências e perspectivas se torna uma ferramenta de emancipação intelectual e uma forma de luta contra a exclusão e a invisibilização do conhecimento gerado por mulheres negras, que são constantemente marginalizadas em um sistema epistêmico que perpetua o racismo.

Para essas intelectuais, escrever sobre si mesmas representa um ato de resistência e afirmação diante da opressão e do silêncio impostos pelas dinâmicas racistas, por isso suas estratégias comunicacionais, empregadas na escrita, constituem tanto a base teórica quanto o *corpus* de análise deste estudo, que surgiu da minha busca por uma conexão intelectual que pudesse preencher a falta de referência que abordasse as discriminações raciais e as suas

consequências, uma vez que tais questões quase nunca foram discutidas na minha educação formal.

Para isso, recorro principalmente às obras de bell hooks, *Intelectuais negras* (1995) entre outras; Patrícia Hill Collins, *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica* (2022), *Interseccionalidade* (2021), *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (2019); a análise da obra de Conceição Evaristo em, *Escrevivência: a escrita de nós Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (Duarte; Nunes, 2020), Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1992); Christina Sharpe, *Notas Ordinárias* (2024), Djaimilia Pereira de Almeida, *O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo* (2023), entre outras autoras igualmente importantes, que contribuíram significativamente para esta pesquisa.

O avanço desta pesquisa acontece por meio dessas leituras, por ser um estudo que não se restringe a discutir as vivências de uma mulher negra, mas busca refletir sobre e junto às mulheres negras, que se empoderaram ao serem reconhecidas como referenciais em pesquisa acadêmica, um grupo social que passa a ser tratado como fonte de conhecimento epistemológico, permitindo uma visão do conhecimento racialmente identificado, que impacta a maneira do fazer comunicacional.

O fascismo epistemológico existe sob a forma de epistemicídio, cuja versão mais violenta foi a conversão forçada e a supressão dos conhecimentos não ocidentais levadas a cabo pelo colonialismo europeu e que continuam hoje sob formas nem sempre mais subtis (Santos, 2009, p. 457).

O presente estudo apontou que é possível encontrar um espaço na produção científica que dialogue com os paradigmas clássicos da epistemologia atual, abordando a interação entre os saberes que construímos em nossas trajetórias e que ganham legitimidade acadêmica ao se entrelaçarem com as referências tradicionais canônicas.

1.1 Apresentação dos capítulos

O primeiro capítulo, introdutório, descreve como mulheres negras enfrentam o racismo e as consequências dessa discriminação em suas vidas e comunidades, concentrando-se nas estratégias de intelectuais negras como Sueli Carneiro e Grada Kilomba, que analisam as raízes do racismo na sociedade, especialmente no meio acadêmico, e propõem formas de combatê-lo.

A investigação vai além da simples análise acadêmica sobre o racismo, com o objetivo de traduzir e aplicar as ideias de pensadoras negras em ações sociais concretas, por isso a

pesquisa se concentra no racismo estrutural e epistemológico que afeta as intelectuais negras, dando especial destaque ao valor e ao reconhecimento de suas produções.

Um ponto chave é a crítica ao eurocentrismo predominante na academia e à falta de uma perspectiva racial na investigação científica, um problema diretamente ligado ao conceito de epistemicídio (a destruição deliberada de sistemas de conhecimento). Em resumo, a pesquisa defende uma reflexão crítica sobre o racismo como fundamental para alcançar mudanças sociais e justiça, integrando a diversidade de conhecimentos, em particular os saberes ancestrais negros.

O segundo capítulo discute a importância da intelectualidade negra feminina na construção de um conhecimento que desafia o racismo, analisando as experiências de mulheres negras e o papel fundamental da educação na sua emancipação, uma emancipação que não é apenas individual, mas coletiva, envolvendo a partilha de conhecimento por meio da escrita e o reconhecimento das resistências contra o racismo epistêmico, que se manifesta na própria produção do conhecimento.

Precisamos de mais livros que contém as verdades da vida das pessoas que foram reprimidas, mas cuja dignidade, ainda assim, permanece intacta. Talvez seja você a pessoa que vai escrever esse livro, ou, ao menos, aquela que, por meio do seu ativismo intelectual, vai contribuir para que ele exista (Collins, 2019, p. 17).

As autoras negras, ao se conectarem com referências acadêmicas e responderem às necessidades das suas comunidades, atuam simultaneamente como educadoras e produtoras de teorias que combatem a segregação social. A "coexistência epistemológica" representa a riqueza da interação entre diferentes saberes e a construção de um diálogo mais inclusivo, no entanto é preciso reconhecer que a desqualificação das vozes negras persiste. Segundo Sueli Carneiro (2023), é preciso reforçar a ideia de que a educação das mulheres negras é um projeto de emancipação que transforma as vulnerabilidades em produção acadêmica e intelectual de grande valor.

O terceiro capítulo traz a argumentação que a ciência e a academia foram profundamente marcadas pelo racismo, silenciando e marginalizando as contribuições de intelectuais negros. O eurocentrismo, fruto do colonialismo europeu, criou uma hierarquia racial que justificou a dominação e a exploração de outros povos, apresentando a cultura e os grupos europeus como superiores, uma visão distorcida da história que se perpetua por meio dos discursos e das instituições que privilegiam a "branquitude", reforçando a marginalização de perspectivas alternativas.

A eugenia, por sua vez, contribuiu para uma percepção negativa, inferiorizada e marginalizada da população negra, especialmente das mulheres, de modo que merece destaque a institucionalização dos cânones acadêmicos eurocêntricos, que dificultam a inclusão de novas teorias e perspectivas que não se encaixam na visão hegemônica do "homem branco eurocêntrico", perpetuando a falta de diversidade na produção acadêmica, uma denúncia da influência nefasta do racismo na construção do conhecimento científico, mostrando como ele foi e continua a ser moldado por uma perspectiva eurocêntrica e excludente.

O quarto capítulo analisa a escrita de intelectuais negras como ato de resistência ao racismo epistêmico, como um ecoar de vozes que desafiam a discriminação e reivindicam espaço na produção do conhecimento científico. A "escrita de si", nesse contexto, é articulada à escrita acadêmica e torna-se ferramenta de luta contra o racismo estrutural, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva e para a busca por inclusão social.

Esse ato político, em meio à opressão, reafirma a validade do saber e da experiência negra, combatendo a sua marginalização. A análise integra os conceitos foucaultianos de "escrita de si" e a noção de "outro", de Sueli Carneiro, exemplificada pela resistência à negação das experiências de opressão, como demonstrado na obra de Grada Kilomba.

A articulação entre a "escrita de si" e o conceito de "outro" evidencia como o racismo e a branquitude constroem a identidade negra como um "não-ser". A "escrita de si", portanto, transcende a mera autobiografia, configurando-se como um exercício reflexivo que aprofunda a compreensão das vivências, fortalecendo a memória individual e a identidade política coletiva. Em suma, o capítulo destaca a escrita como resistência crucial contra o racismo epistêmico, desafiando discriminações, reivindicando espaço e contribuindo para a construção de uma identidade coletiva e a afirmação do conhecimento negro.

1.2 Abordagem metodológica

Para realizar este estudo de investigação qualitativa, foram utilizadas as seguintes metodologias e suas aplicações, que visam entender como mulheres negras enfrentam o racismo na academia, focando nas estratégias que elas utilizam para lidar com o racismo epistêmico por meio de análises metodologias exploratórias, que abrangem narrativas e a etnografia multissituada, uma abordagem desenvolvida por George Marcus e detalhada em uma entrevista concedida em 2015. Segundo Oliveira (2017), a etnografia multissituada busca analisar interações e vivências em diversos contextos culturais.

A aplicação dessa etnografia colaborou para a interação da pesquisa em comunicação bibliográfica em livros, artigos, dados estatísticos e teses publicadas sobre o assunto, discursos e coleta documental, fundamental para a comprovação das narrativas apresentadas.

Nesse contexto, o método etnográfico configura-se como um percurso que revela a transição entre o que já existe e as inovações que surgem, na busca incessantemente de novas formas de comunicação e conexão. Ele se fundamenta na história de vida e em elementos sociais, culturais e raciais da luta contra a invisibilidade que silenciou saberes valiosos, implementando uma visão que abre espaço para novas formas de reconhecimento das múltiplas culturas interligadas, promovendo uma valorização genuína da riqueza cultural que emana da autoria negra, frequentemente encoberta pelo racismo.

O conceito de interseccionalidade, formulado por Patricia Hill Collins (2022), para compreender como diferentes formas de opressão influenciam a experiência de intelectuais negras, serviu como um meio de análise das relações de poder, além de ressaltar que a subjetividade do pesquisador enriquece a produção de conhecimento, resultando em um fluxo dinâmico de domínio.

Contribuições de Christina Sharpe, com as idealizações de *Notas Ordinárias* (2024) e *Algumas notas do dia a dia* (2023), aprofundam a discussão sobre a diáspora africana e as experiências negras e seus escritos, que entrelaçam dor e afeto, funcionando como um manifesto pela dignidade e memória da população negra. Sharpe ainda propõe uma visão não linear do tempo, como uma forma de registrar o cotidiano e a produção de seus conhecimentos.

2 A CONSTRUÇÃO DA INTELLECTUALIDADE NEGRA FEMININA: REFLEXÕES SOBRE A EMANCIPAÇÃO PELO CONHECIMENTO

2.1 A coexistência de saberes e a importância das experiências das mulheres negras

A formação intelectual de mulheres negras transcende o individualismo, pois muitas se conectam a referências acadêmicas e às demandas de suas comunidades. Ao se dedicarem ao estudo, essas acadêmicas atuam, seja de maneira formal ou informal, como educadoras, críticas e teóricas de questões raciais, oferecendo uma contribuição significativa no enfrentamento da segregação social nos ambientes educacionais.

Mesmo quando o negro alcança o domínio dos paradigmas da razão ocidental, ele está sujeito ao epistemicídio pela afirmação da incapacidade cognitiva inata dos negros, pela ausência de alternativa a esse campo epistemológico hegemônico, pela aculturação promovida pelos paradigmas da razão hegemônica e pela destituição de outras formas de conhecimento (Carneiro, 2023, p. 113).

Mulheres negras como eu, provenientes de espaços marginalizados, elevamos nossas vozes para questionar o "universal" e provocar reflexões sobre a transformação social, influenciadas por fatores sociais, culturais e intelectuais. Nossas lutas se unem em torno da dignidade e da emancipação de uma população digna e perseverante.

A batalha por direitos, muitas vezes desrespeitados em decorrência de ações que não levam em conta as interseccionalidades de raça, cor, etnia, gênero e classe social, nos conecta na luta por respeito, embora frequentemente seja ignorada por atitudes que desconsideram essas dimensões, revelando a perda da riqueza e da diversidade de nossas vivências.

A trajetória da mulher negra é repleta de desigualdades, que levantam questionamentos sobre sua identidade e o que significa ser uma mulher negra. Segundo Lélia González (2020), isso envolve a ideia de que a pessoa negra não nasce com essa identidade, mas a adquire ao longo da vida. Sendo assim a identidade negra não é algo natural, mas uma construção moldada por influências sociais, inserida em um processo desafiador e doloroso que se desenrola com o passar do tempo.

Para Angela Davis (2016), a trajetória das mulheres negras está relacionada ao corpo, já que toda a estrutura da sociedade se transforma quando elas se movimentam, atuando com persistência contra a herança social de restrições que limitam a ascensão social das mulheres negras, que enfrentam discriminação devido a uma visão patriarcal de seus corpos e vivências. Quando as mulheres negras são mencionadas, desenha-se, por meio de dados estatísticos, um

quadro que costumam apresentar os altos índices de violência, negligência e desfavorecimento social, de modo que as mulheres negras regularmente encabeçam a maioria das estatísticas.

Essa suspeita já existia, mas antes não havia como demonstrá-la, porque a cor estava morta em muitas estatísticas brasileiras. A morte da cor tinha tonalidades verde e amarela, em uma espécie de fundamentalismo patriótico que negava a discriminação racial e seus efeitos (Carneiro, 2023, p. 82).

No diálogo contínuo contra o racismo e em busca de igualdade e justiça, as mulheres negras que se destacam no campo intelectual motivam outras a buscar conhecimento, promovendo o avanço intelectual de uma comunidade que frequentemente é negligenciada.

A negligência institucional, manifestada em estratégias de negação, dúvida e desconsideração, reforça a sensação de não pertencimento dos estudantes negros à universidade, perpetuando a ideia de que ali se encontram "fora de lugar", o que representa um convite à desistência e um estímulo ao fracasso acadêmico, como mostra hooks. Estudantes talentosos de grupos sociais e raciais minorizados frequentemente abandonam os estudos em decorrência de um sistema educacional que perpetua a desigualdade. A carência de apoio, a falta de professores comprometidos com a inclusão e o acesso limitado a metodologias pedagógicas inovadoras e emancipatórias comprometem seu aprendizado e desestimulam sua permanência na escola.

O grande número de jovens negras de zonas rurais e áreas urbanas centrais empobrecidas que ainda hoje abandonam a escola antes de atingir a alfabetização plena representa a continuada eficácia da dimensão política da opressão das mulheres negras (Collins, 2019, p. 36).

A falha na compreensão dessa interseccionalidade no contexto acadêmico vai além da mera falta de informação e se transforma em uma atuação política significativa, que expõe várias formas de desigualdades, embora o sistema não reconheça suas próprias imposições e como essas discriminações estão ligadas às consequências de sua indiferença.

Como menciona Sueli (2023), trata-se de um contexto que favorece a vida da raça considerada superior enquanto leva à morte a raça considerada inferior, evidenciando a conexão entre conhecimento, resistência e raça como manifestações do poder racista e da discriminação.

Está nítido, porém, que há uma lacuna fundamental entre teoria e prática. Não é de estranhar, portanto, que tem sido mais fácil para todos em nossa nação aceitar um discurso crítico escrito sobre racismo, que geralmente é lido apenas por aqueles que têm algum grau de privilégio educacional, do que criar caminhos construtivos para falar sobre supremacia branca e racismo e encontrar ações construtivas que vão além do discurso (hooks, 2021, p. 49-50).

O enfrentamento do racismo epistêmico, por meio da educação das mulheres negras, revela-se como um projeto emancipatório, uma vez que favorece que diferentes conhecimentos se encontrem para transformar um contexto de vulnerabilidade em um espaço de criação acadêmica. Sueli Carneiro (2023) nos alerta para uma ciência que, frequentemente, é cruel e que construiu a narrativa de uma civilização incapaz de dialogar com diversas realidades.

A desvalorização da intelectualidade negra é um fenômeno histórico arraigado, manifestado pelo negacionismo das contribuições dessa parcela da sociedade para o conhecimento universal, por estereótipos nocivos e pela exclusão acadêmica, que beneficia o jogo de poder e saber que molda a experiência dos indivíduos negros, que são simultaneamente produto e agente de um sistema de dominação que perpetua o controle sobre o conhecimento e os modos de subjetivação.

Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo. Essa tecnologia é difusa, claro, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos; compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços; utiliza um material e processos sem relação entre si. (Foucault, 1987, p. 29).

Em meio a essa ambiguidade cultural, a exploração cuidadosa desses elementos pode fortalecer os estudos e evidenciar a essencialidade de uma convivência mais inclusiva. Ao reconhecer que cada indivíduo é único, criamos um espaço de aprendizagem e adaptação, propiciando escolhas mais informadas e interações equilibradas, mesmo diante das limitações impostas por um sistema que muitas vezes silencia a comunidade negra, em uma complexa rede de desafios, de modo que a luta contra essa adversidade se orienta por uma filosofia política definida na potência de reação.

Nem o ser é Uno, nem o saber é Uno. Esta epistemologia traz implícita uma política da diversidade cultural e da diferença. Abre-se para um diálogo intersubjetivo e intercultural que transcende o espaço da articulação das ciências e o intercâmbio interdisciplinar (Leff, 2012, p. 34).

Enrique Leff (2012), no livro *Aventuras da epistemologia ambiental: Da articulação das ciências ao diálogo de saberes*, critica a visão unificada do ser e do conhecimento. Leff rejeita a existência de uma verdade ou métodos únicos e válidos, defendendo, como consequência, uma política da diversidade cultural e da diferença, que se opõe a qualquer epistemologia dominante e universal.

Em contraponto, o autor defende uma comunicação por meio do diálogo subjetivo a respeito das interações entre culturas distintas, que possa transcender a mera articulação interdisciplinar.

A valorização da coexistência de múltiplos sistemas de saber enriquece a compreensão da realidade, refletindo a pluralidade de perspectivas e paradigmas. Para Leff (2012), essa diversidade epistemológica, com suas diferentes fontes e métodos, é fundamental para analisar criticamente as complexidades da natureza e as contradições sociais, reconhecendo as incompatibilidades e os conflitos inerentes a elas.

O pluralismo epistemológico acolhe múltiplas visões, impulsionando um diálogo crítico que desafia pressupostos e limites, enquanto o hibridismo combina elementos de distintas tradições para criar novas formas de entendimento. No entanto, ainda persiste um enredo de desqualificação das vozes negras, frequentemente submersas sob a ilusão de inferioridade intelectual.

Qualquer falta de conformidade da nossa parte era vista com suspeita, como um gesto vazio de desafio cujo objetivo era mascarar a inferioridade ou um trabalho abaixo do padrão. Naquela época, os alunos oriundos de grupos marginais que tinham permissão para entrar em faculdades prestigiadas e predominantemente brancas eram levados a sentir que não estavam lá para aprender, mas para provar que eram iguais aos brancos. Estávamos lá para provar isso, mostrando o quanto éramos capazes de nos tornar clones de nossos colegas (hooks, 2013, p. 08).

Um assassinato simbólico, que transcende a brutalidade física e atinge a própria formação do conhecimento, exige uma filosofia política que guie a luta contra a complexa rede de desafios enfrentados. A emancipação, assim, torna-se o caminho essencial para a verdadeira expressão da individualidade, combatendo as armadilhas que reduzem a essência humana a estereótipos limitantes.

Nessas contribuições, a reflexão centrava-se nas dinâmicas internas das ciências e no que o autor viria a descrever como as manifestações do seu pluralismo interno. A crise das epistemologias convencionais era abordada a partir de uma reflexão epistemológica que continuava a ter como seu centro principal as ciências, mas com uma diferença: procurava explorar as formas de relacionamento das ciências com outros saberes e experiências (Santos, 2009, p. 223).

Ailton Krenak (2024), um importante líder indígena, jornalista, ativista socioambiental, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), destaca a importância da coexistência entre os universos indígena e não indígena no Brasil, propondo uma "pedagogia da coexistência". Trata-se de um conceito que une as experiências e saberes, abordando o

contínuo desafio de convivência, como se fosse o oxigênio que nutre a vida, uma subjetividade que não pertence a uma única cultura.

Diante de um mundo repleto de incertezas, Krenak nos convida a aprender e a abraçar essa multiplicidade, sugerindo que a vida deve ser vista como uma invenção coletiva. O autor defende que o verdadeiro ser humano se revela na troca e na interação, afastando-se do individualismo egoísta que permeia a cultura ocidental, pois só juntos conseguimos lidar com as complexas situações da vida².

Nesse contexto, é possível estabelecer um diálogo com a obra de Paulo Freire (1996), *Pedagogia da Autonomia*. O autor concebe o ensino como um processo de construção da autonomia, que pressupõe o respeito profundo pelo conhecimento prévio dos alunos, especialmente aqueles de classes populares, cuja formação é profundamente influenciada pelo contexto social. Assim, professores e instituições de ensino não devem apenas respeitar esse conhecimento prévio, mas integrá-lo ao projeto político-pedagógico, dialogando sobre sua relevância.

Desse modo, cria-se um ambiente propício à confluência dos saberes dos alunos e à coexistência entre o conhecimento curricular e o conhecimento experiencial, numa construção coletiva enriquecida pela mediação docente.

O diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social como a experiência igualmente social de seus membros, vai revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados, vão mostrando sua “incompetência” para explicar os fatos (Freire, 1996, p. 42).

A experiência de vida dos alunos de áreas marginalizadas pelo poder público, por exemplo, pode enriquecer debates sobre condições de vida e discriminações, confrontando a visão simplista da neutralidade política das instituições de ensino, o que é fundamental para conectar os saberes curriculares à realidade social dos alunos, problematizando o desenvolvimento desigual e a concentração de poder em áreas esquecidas.

Cultivar a curiosidade crítica é fundamental para a aprendizagem, incentivar a curiosidade, impulsionada por uma insatisfação saudável, estimula o questionamento e a busca pela compreensão em nosso complexo mundo, que preserva tanto os irracionalismos quanto o excesso de racionalismo. Promover uma educação engajada com a realidade social e política e,

²Ailton Krenak. Disponível em: <https://www.ufmg.br/ieat/catedras/calas-ieat-2/ailton-krenak/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

consequentemente, uma experiência de aprendizagem mais rica, favorece a formação de indivíduos críticos e conscientes.

Sueli Carneiro (2023) enfatiza a relevância da liberdade, das memórias e das ações coletivas no contexto da resistência, a autora preconiza que a emancipação resulta da convergência entre o autocuidado e o cuidado coletivo, como uma resposta às problemáticas sociais inerentes à ação comunitária, o que requer uma análise crítica do poder e da opressão racial, fomentando uma consciência que fortaleça a autonomia intelectual da comunidade negra. Sua proposta acadêmica incita à ação e enriquece a discussão sobre questões étnico-raciais, evidenciando que a emancipação é a solução alcançada por meio da colaboração mútua.

Além disso, as estruturas de validação do conhecimento, que definem o que é erudição “de verdade” e “válida”, são controladas por acadêmicas/os brancas/os. Ambos, homens e mulheres, que declaram suas perspectivas como condições universais. Enquanto posições de autoridade e comando na academia forem negadas às pessoas negras e às People of Color (PoC) a ideia sobre o que são ciência e erudição prevalece intacta, permanecendo “propriedade” exclusiva e inquestionável da branquitude. (Kilomba, 2019, p. 53).

Compreender as vivências e estratégias de sobrevivência das intelectuais negras envolve uma análise dos estereótipos instituídos na incessante subordinação e objetificação de seus corpos negros pela sociedade pós-escravocrata, que ainda sustenta a crença de que o controle sobre a vida das mulheres negras é a forma mais eficaz de evitar conflitos. Por isso, a formação da identidade negra é um esforço constante na luta contra o racismo, refletindo um processo político e social relacionado ao corpo, conforme evidencia Souza (1983).

A dimensão do corpo está ligada às representações, que são concebidas tendo em vista a discriminação racial e de gênero, e buscam controle de forma interseccional, sendo usadas por grupos dominantes para manter padrões, violência e opressões, conjunturas importantes para a manutenção das estruturas de poder ao longo da história.

Na tese *Dispositivo de racialidade*, Sueli Carneiro (2023), no texto de abertura, anuncia que vai subverter os encargos designados comumente a uma mulher negra. Estrategicamente, estabelece um jogo com os leitores do texto, ao assumir a perspectiva da mulher negra escravizada, uma condição frequentemente associada às mulheres negras na sociedade. Trata-se de uma figura que é vista como alguém excluído, sem direito à participação plena e que tem sua cidadania negada, mas que conseguiu conquistar o espaço que foi historicamente privado, pela negação do acesso à educação, que estabelece o lugar do “outro”, que estabelece um paradigma considerado pedagogicamente inferior (Carneiro, 2005).

Falarei do lugar da escrava. Do lugar dos excluídos da res(pública). Daqueles que na condição de não cidadãos estavam destituídos do direito à educação. Dirijo-me a ti, Eu hegemônico, falando do lugar do “paradigma do Outro”, consciente de que é nele que estou inscrita por ti e que, “graças” a ele, expectativas se criaram em relação a mim. Estou ciente de que mesmo tentando negá-las, elas podem se realizar, já que me encontro condicionada por uma “unidade histórica e pedagogicamente anterior” da qual eu seria uma aplicação (Carneiro, 2023, p. 14).

A análise comunicativa da escrita da autora, dos jogos que seu texto parece encenar com os leitores, demonstra como imagens negativas associadas ao corpo negro foram perpetuadas ao longo dos séculos, realizadas para construir estruturas de pensamento competitivas, que sustentam políticas de controle, classificando obras literárias como superiores ou inferiores. Mas também subverte essas imagens: parte delas serve para construir para si uma voz própria, como sujeito de pensamento, a partir da apropriação crítica do próprio lugar, colocando em xeque o que seria esperado dela.

Essa estratégia educacional, focada na visão dos grupos no poder, classifica a relevância da comunicação escrita de Sueli e afeta a seleção de instrumentos e métodos de ensino utilizados para a ampla divulgação dessas concepções, imprimindo uma ênfase que mantém as desigualdades existentes. A fim de favorecer uma visão mais clara sobre a questão, o capítulo 4 apresenta uma investigação mais detalhada sobre a incumbência da autoescrita.

Dirijo-me a ti, Eu hegemônico, falando do lugar do “paradigma do Outro”, consciente de que é nele que estou inscrita por ti e que, “graças” a ele, expectativas se criaram em relação a mim. Estou ciente de que mesmo tentando negá-las, elas podem se realizar, já que me encontro condicionada por uma “unidade histórica e pedagogicamente anterior” da qual eu seria uma aplicação (Carneiro, 2023, p. 09).

Para romper com o racismo epistêmico, uma das estratégias adotadas por algumas intelectuais negras é buscar a coexistência no ambiente acadêmico, realizando uma reapropriação do conhecimento institucional, fundamentado em uma diversidade de referências para construir argumentos e explorar novas formas de comunicação.

A coexistência dos acadêmicos se empenha em disseminar e compartilhar os valores sociais defendidos por acadêmicas negras, que atuam ativamente em suas comunidades e nos movimentos sociais da negritude. Para Nilma Lino Gomes (2017), essa luta não é apenas um enfrentamento do racismo, mas também a criação de demandas acadêmicas e a promoção de ações mais organizadas, tanto nas universidades quanto na sociedade.

Kilomba retrata o desafio enfrentado por pessoas negras, em especial mulheres, para expressarem suas ideias e serem levadas a sério na realidade do ambiente acadêmico, ainda controlado pela branquitude, que continua a validar conhecimentos e a determinar quem pode

ou não os produzir. A acadêmica destaca a importância da descolonização não apenas das instituições sociais, mas também da linguagem, que perpetua estereótipos racistas. Nesse sentido, é importante enfatizar a necessidade de reavaliar tanto o papel do indivíduo branco quanto da comunidade negra, questionando as regras e limites impostos por padrões eurocêntricos.

Existem espaços de agência para pessoas negras, onde podemos ao mesmo tempo interrogar o olhar do Outro e também olhar de volta, um para o outro, dando nome ao que vemos. O “olhar” tem sido e permanece, globalmente, um lugar de resistência para o povo negro colonizado. Subordinados nas relações de poder aprendem pela experiência que existe um olhar crítico, aquele que “olha” para registrar, aquele que é opositor (hooks, 2019, p. 184).

Desafiar esses padrões implica, cada vez mais, em permitir que corpos negros ocupem o espaço da produção de conhecimento. Essa ocupação, vista como ato subversivo contra a dominação branca, supera o legado de subalternidade, que persiste nas relações de poder atuais. Como argumenta Kilomba (2019), trata-se de uma ação política da escrita, que não representa o objeto, mas a própria experiência histórica do sujeito.

Em *Intelectuais Negras*, bell hooks (1995) enfatiza a importância do trabalho intelectual na comunidade negra e a luta por transformações sociais mais significativas, que incessantemente são subestimadas quando comparadas ao conhecimento predominante na hierarquia epistemológica. A autora diz que os pensadores negros devem lutar pela valorização da história negra, embora isso possa resultar na marginalização, mas é essencial para o avanço pessoal e político dos oprimidos.

As intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita. O pessoal pode se sentir à vontade com a presença de acadêmicas negras e talvez até as deseje, mas é menos receptivo a negras que se apresentam como intelectuais engajadas que precisam de apoio, tempo e espaço institucionais para buscar essa dimensão de sua realidade (hooks, 1995, p. 468).

A trajetória acadêmica de mulheres negras não assegura sua inserção no mercado de trabalho, particularmente em posições de liderança. Na área de comunicação, minha experiência como jornalista evidencia a interseccionalidade das desigualdades persistentes, apesar dos esforços para suprir as expectativas sociais vinculadas à educação, a presença de mulheres negras nas redações permanece notavelmente restrita.

Os motivos pelos quais algumas pessoas negras escolheram tornar-se intelectuais sérios são diversos. Mas na maioria dos casos podem remontar a uma raiz comum uma experiência tipo conversão religiosa com um professor ou colega muito influente que nos convenceu a dedicar a vida a atividades de leitura, escrita e conversa pelo prazer individual mérito pessoal e ascensão política dos negros (e muitas vezes outros oprimidos) (hooks, 1995, p. 02).

A invisibilidade das mulheres negras na mídia é um assunto que pode ser examinado pela perspectiva da interseccionalidade, conforme proposto por Patricia Hill Collins, cuja abordagem permite compreender as desigualdades e as vivências dessas mulheres, ao levantar questionamentos sobre a escassez de sua presença na comunicação.

Exercemos um papel fundamental ao destacar as vulnerabilidades que o racismo impõe sobre nós, contribuindo para a transformação da produção de conteúdo midiático e influenciando a composição das equipes editoriais nos meios de comunicação.

Quem controla as escolas, a mídia, as igrejas e o governo reprime a voz coletiva das mulheres negras. São os grupos dominantes que constroem as mulheres negras como “a personificação do sexo, e a invisibilidade das mulheres negras como desprovidas de voz e despercebidas – tudo o que não é branco (Collins, 2019, p. 244).

Mesmo com o debate atual sobre a representatividade negra na grande mídia, especialmente com o apoio das redes sociais, a realidade do jornalismo ainda está longe de refletir igualdade. Embora 56% da população brasileira se identifique como negra, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 20% dos jornalistas se declararam pretos ou pardos. Esses dados fazem parte da mais recente pesquisa realizada sobre o perfil racial da imprensa brasileira, conduzida por Jornalistas & Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto Corda e I’Max, e mostra que existe pouco avanço nessa questão. É necessário ir além de simplesmente discutir o tema, mas é fundamental enfrentar desde as raízes a desigualdade racial³.

A interseccionalidade também ajuda a compreender como as diferentes opressões afetam a participação de mulheres negras no jornalismo. Historicamente, poucas conseguiram destaque, como Glória Maria, que enfrentou racismo sendo jornalista da principal emissora do país, e contou o ocorrido em entrevista ao Podcast *Mano a Mano*, em 09 de dezembro de 2021.

A jornalista relatou que sofreu muito quando apresentava o Fantástico ao lado de Pedro Bial, pois recebia muitas cartas de telespectadores com insultos racistas devido à sua presença

³ Minoria negra no jornalismo brasileiro expõe racismo como herança preservada Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/minoria-negra-no-jornalismo-brasileiro-expoe-racismo-como-heranca-preservada/> Acesso em: 27 nov. 2024.

na atração semanal da televisão, uma vez que, até então, ocupava um lugar que não poderia ser aceito pela branquitude. Uma mulher negra intelectualizada é a antítese da inferioridade moral, intelectual e de uma sexualidade degradada até então imposta pela mídia⁴.

A ideia de interseccionalidade se refere a formas particulares de opressão interseccional, por exemplo, intersecções entre raça e gênero, ou entre sexualidade e nação. Os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não é redutível a um tipo fundamental, e que as formas de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça (Collins, 2019, p. 57).

Muniz Sodré (1999), no livro *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*, destacou a dificuldade de tratar o racismo na mídia, devido à falta de profissionais negros em posições de decisão.

Isto implica poder, ou seja, uma relação assimétrica de forças em que a margem de liberdade de um dos polos relacionais é maior do que a do outro, quando se trata de decidir. No limite entre o previsível e o imprevisível, entre o determinado e o indeterminado, instala-se a instrumentalidade da relação de poder, dentro da qual se institui a política, embora o poder, enquanto processo, possa elidir a esfera da política definida pelo Estado, com o bem o vê Foucault: ‘O poder não é um a instituição, e não é uma estrutura, nem uma certa potência de que alguns estariam dotados; é o nome que se dá a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada’ (Sodré, 2006, p. 137-138).

Configurando-se como um racismo epistêmico, a ausência de mulheres negras não apenas limita sua representação, mas também influencia a construção de conteúdos midiáticos que determinam o que é considerado importante para a sociedade (Sodré, 1999).

A população brasileira, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2022, é formada por 56,1%, de pessoas negras e, desse percentual, as mulheres que se identificam como negras representam 28% da população, de acordo com os dados do Ministério da Igualdade Racial (MIR) de 2023. Assim, trata-se do maior grupo populacional do nosso país e o mais tributado economicamente, de acordo com o estudo *O papel da política fiscal no enfrentamento da desigualdade de gênero e raça no Brasil*, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Silveira *et al.*, 2024).

A pesquisa *Race and leadership in the news media 2024: evidence from five markets*, de 2024, mostra que o fator racial ainda é um marcador social relevante em vários segmentos sociais (Arguedas; Mukherjee; Nielsen, 2024). O levantamento feito no segmento da

⁴ Glória Maria - entrevista concedida ao Rapper Mano Brown, no Podcast Mano a Mano, 2021 Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7Cp1UH7ummmJ0VS0Hw9PuNG>. Acesso em: 25 de nov. de 2024.

comunicação revela que, no Brasil e na Alemanha, em nenhum dos meios de comunicação analisados havia indivíduos negros em posições de liderança no período de 2021 a 2024.

O estudo conduzido pelo *Reuters Institute* examinou, de 2020 a 2024, a proporção de indivíduos negros em posições de liderança em 100 redações de cinco nações (EUA, África do Sul, Alemanha, Reino Unido, Brasil). As conclusões foram preocupantes, particularmente no contexto do Brasil, que apontou que apenas 5% dos editores eram negros em 2020, indicando uma queda na representatividade nas redações desde aquele ano.

No painel intitulado *Mulheres Negras na Mídia: Inovação e Impacto na Comunicação Pública*, ocorrido em Brasília, em 2024, durante o Festival Latinidades, profissionais negras compartilharam seus relatos de combate ao racismo social e as dificuldades para se firmarem na carreira, de modo que muitas recorreram ao enquadramento estético, como o alisamento capilar, para serem aceitas em ambientes majoritariamente brancos (León, 2024).

Historicamente, o cabelo único das pessoas negras foi desvalorizado como o mais visível estigma da negritude e usado para justificar a subordinação de africanas e africanos (Banks, 2000; Byrd e Tharps, 2001; Mercer, 1994). Mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi então classificado como “cabelo ruim” (Kilomba, 2019, p. 126-127).

Para inúmeras mulheres, o cabelo crespo simboliza um caminho para a compreensão do racismo, que, desde a infância, se manifesta de diversas maneiras. A minha identidade como mulher negra foi forjada pela percepção externa, refletindo o “olhar opositor”, abordado por bell hooks (2019). Aos cinco anos, quando cantava a música *Nega do Cabelo Duro*, do cantor Luiz Caldas, ainda era inocente quanto ao seu profundo significado, que logo me foi apresentado.

Certa manhã de domingo, enquanto minha mãe se esforçava para pentear meus cabelos, que me causavam menos incômodo do que aos demais, um comentário proferido por um amigo de meu pai alterou completamente a situação: ele me rotulou como “nega do cabelo duro”, desvelando o autêntico significado da canção, que, por sua vez, revelava que a verdadeira desafiante das normas convencionais era eu, que destoava do padrão social da beleza. Ainda que a negritude e os cabelos crespos não constituam, em essência, um problema, a brutalidade da maneira como aquilo foi expresso deixou marcas profundas em mim.

Esse episódio reflete a perspectiva colonial de Fanon (2008), de acordo com a qual a identidade negra é moldada a partir do olhar do outro, especialmente do olhar branco,

representado pelas observações racistas e sexistas da infância, como "Vai lá pentear o cabelo". hooks (2019) ilustra a voracidade desse olhar, que devora corpos e culturas sem promover uma redistribuição do poder.

Luciana Barreto, jornalista e apresentadora de televisão brasileira, relatou a falta de pessoas negras nas emissoras: “Na televisão, eu fui entender o quanto nossos sonhos são podados e violados. O quanto as crianças da década de 70, 80 e 90 sofrem profundamente com a sua autoestima, o quanto elas foram impedidas de sonhar por conta da televisão brasileira” (León, 2024).

Algumas mulheres negras superam desafios e se destacam na academia e profissionalmente, mas enfrentam obstáculos para integrar suas teorias epistemológicas e se estabelecerem no mercado de trabalho, resultando em discriminações de perpetuação dos contextos de poder, principalmente em ambientes científicos.

As mulheres negras continuam ocupando os piores lugares das hierarquias sociais, devido a uma série de desvantagens causadas por múltiplas formas de opressão. Um exemplo dessas opressões no Brasil está presente na disparidade salarial entre homens brancos de alta capacidade financeira, o topo da hierarquia social, e mulheres negras que permanecem na base.

Segundo estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP (Bottega *et al.*, 2021), a renda média desses homens brancos é de R\$ 114 mil, enquanto a das mulheres negras é de R\$ 1,6 mil. Esse grupo de homens representa apenas 1% da população, mas ganha mais do que todas as mulheres negras no país.

Essa tomada de poder “massificante” só pode acontecer por regulamentar os processos de vida — natalidade, mortalidade, longevidade —, os quais passam a ser medidos estatisticamente e programados. A própria noção de “população” com a qual a biopolítica lida surge nesse contexto enquanto problema científico e político, “como problema biológico e como problema de poder” (Carneiro, 2023, p. 62-63).

O relatório, *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2018, mostra que, pela primeira vez, pretos e pardos somavam a maioria no ensino superior, com o percentual de 50,3%. Mesmo com esse cenário, a realidade no mercado de trabalho ainda não reflete as mudanças para a população negra, sendo que homens brancos ocupam 68,6% dos cargos gerenciais, que exigem maior responsabilidade, autoridade e confiança do trabalhador.

Ele se define pela diferença em relação ao Outro, aquele construído negativamente para afirmar a dinâmica positiva do Ser. Ou seja, o Outro fundado pelo dispositivo apresenta-se de forma estática, que se opõe à variação que é assegurada ao Ser. A

dinâmica instituída pelo dispositivo de poder é definida pelo dinamismo do Ser em contraposição ao imobilismo do Outro (Carneiro, 2023, p. 29).

As perspectivas formadas pela ruptura necessária para perceber o "ser" por meio das interações em contextos diversos moldam a consciência, interligando a ferramenta da prática etnográfica, que se desdobra no cotidiano para refletir sobre o saber, e a atividade, que permite a uma melhor compreensão do mundo e de nós mesmos.

O sistema político do Brasil estabeleceu diversos mecanismos que impediram a população negra de ter acesso à educação. De acordo com Bernardes (2022), a legislação estadual do Rio de Janeiro, por exemplo, reforçou a restrição ao acesso à educação: a Lei nº 1/1837 e o Decreto nº 15/183 proibiam escravizados e negros africanos, mesmo depois de libertados, de frequentar escolas públicas (Art. 3º), proibição que se estendeu ao restante do país e perdurou até meados da década de 1930. Já a Lei nº 5465/68, segundo a autora, promulgada em 3 de julho de 1968, pelo Presidente do Brasil Costa, assegurou, pela primeira vez, o pagamento de salários em universidades públicas e a reserva de vagas para um grupo específico e privilegiado.

Collins (2022) aponta a valorização excessiva de homens brancos em cargos altamente remunerados, evidenciando as desigualdades raciais e de gênero no âmbito do trabalho. Assim, as elites intelectuais brancas dominam a produção de teorias e a interpretação social, frequentemente desconsiderando as vivências de grupos marginalizados.

Como os homens brancos de elite controlam as estruturas ocidentais de validação do conhecimento, os temas, paradigmas e epistemologias da pesquisa acadêmica tradicional são permeados por seus interesses. Consequentemente, as experiências das mulheres negras estadunidenses, e de todas as afrodescendentes, foram sistematicamente distorcidas ou excluídas do que conta como conhecimento (Collins, 2019, p. 454).

Dados estatísticos revelam privilégios arraigados, exigindo análise crítica das estruturas que silenciam vozes dissidentes e perpetuam desigualdades em ocupações e remunerações, configurando o chamado privilégio branco, manifestado em vantagens como acesso facilitado à educação e ao mercado de trabalho em sociedades racialmente estruturadas, que beneficiam a população branca.

Portanto, é urgente reavaliar de maneira crítica o privilégio do trabalho e seus efeitos sociais, que já foram validados e analisados por estudos, com estatísticas que indicam a necessidade de promover uma discussão social sobre o domínio dessa hierarquia.

A escassez de representatividade negra nos altos escalões políticos e nas esferas de liderança educacional não apenas compromete a reparação histórica, mas também enfraquece a democracia nas instituições de ensino, o que é preciso ser reavaliado, de modo que a produção acadêmica seja encarada por meio de uma perspectiva de crítica às narrativas universalistas que se ancoram em visões eurocêntricas.

É preciso reconhecer que a diversidade de saberes nas universidades é crucial para preencher as lacunas deixadas por visões limitadas e dominadas por homens brancos. A variedade de conhecimentos presentes nas universidades deve ser valorizada, pois diferentes pontos de vista ajudam a suprir os espaços vazios deixados por concepções restritas.

A troca diária de experiências e as marcas que o ambiente impõe sobre nós são essenciais, pois elas constituem a matéria-prima que alimenta nossa memória, por meio da aprendizagem cotidiana obtida pela experiência, somos moldados pelo contexto em que vivemos, o que é suficiente para resgatar situações guardadas na memória, iniciando então eventos que influenciam nossa formação e nos motivam a estudar.

2.2 A educação é fundamental para a emancipação intelectual das mulheres negras

Lembrando desse passado, o que mais me toca era nosso compromisso apaixonado com uma visão de transformação social baseada na crença fundamental numa ideia radicalmente democrática de liberdade e justiça para todos. Nossas noções de mudança social não eram sofisticadas. Não havia uma complexa teoria política pós-moderna moldando nossas ações. Simplesmente tentávamos mudar a vida cotidiana para que nossos valores e hábitos de ser refletissem nosso compromisso com a liberdade (hooks, 2013, p. 21).

Para as intelectuais negras, ter a voz ampliada e reconhecida no meio acadêmico é um ato de resistência contra a marginalização, um movimento que se destaca pelas contribuições decisivas à democratização do saber, combatendo o paradigma que marginaliza a população negra, que passa a não ocupar e a não aceitar o lugar do "Outro", uma perpetuação de estereótipos e representações negativas desumanizadoras.

Resistir significa opor-se à exclusão do sistema acadêmico opressivo e lutar pela igualdade, desafiando a ideia de superioridade da branquitude. Os escritos de autoras negras, como Grada Kilomba (2019), desafiam esses sistemas opressivos e reafirmam o protagonismo de suas experiências na construção de suas narrativas. Kilomba (2019) descreve o processo de sua inscrição no doutorado na Universidade Livre de Berlim, que foi caracterizado pela falta de transparência e orientação. A sugestão de que realizasse a pesquisa em casa, sem a obtenção do título de doutora, que lhe era de direito, quase a fez abandonar os estudos.

O racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e People of Color estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de racismo estrutural (Kilomba, 2019, p.77).

A comunicação escrita sobre seus atos de resistência tem sido fundamental na batalha contra o racismo epistêmico na produção científica, o que evidencia a confluência entre a elaboração do saber e a reflexão do sujeito, que é responsável por transformar e gerar conhecimento.

Incorporar essas vozes à pesquisa, tendo Carneiro (2023) e Kilomba (2019) como exemplos, contribui para ilustrar as narrativas de resistência e luta protagonizadas por mulheres negras. Sua trajetória evidencia uma memória cultural ancestral, contrastante com o eurocentrismo e o racismo presentes nos meios acadêmicos e nas hierarquias sociais.

Assim, pode se destacar a importância de reconhecer as barreiras enfrentadas por essas mulheres e a falha do sistema educacional ao lidar com o silenciamento e a estigmatização de seus corpos, vítimas de opressões que transcendem o silêncio e a invisibilidade.

A ideia da inferioridade intelectual das mulheres negras colide diretamente com a experiência relatada por Kilomba (2019), que descreve como uma colega branca a alertou sobre uma suposta interpretação excessiva, transgressora das normas da epistemologia tradicional e, portanto, geradora de conhecimento inválido. Tratava-se de uma acusação sob o argumento de "interpretar demais", o que parece implicar que as pessoas negras percebem algo que deveria permanecer oculto, revelando um segredo que convém manter em silêncio.

A relevância das pesquisas desenvolvidas por estudiosas negras evidencia a dimensão epistemológica da comunicação, oriunda de suas trajetórias de autoconsciência sobre as consequências do racismo em suas vivências e as interseccionalidades que são fomentadas, por isso cada estudo revela subjetividades individuais que se articulam em urgências coletivas.

A colega branca estava me advertindo que eu estava interpretando em demasia, extrapolando as normas da epistemologia tradicional e, portanto, produzindo conhecimento inválido. Parece-me que a afirmação "interpretar demais" tem a ver com a ideia de que a/o oprimida/o está vendo "algo" que não deveria ser visto e a revelar algo" que deveria permanecer em silêncio, como um segredo (Kilomba, 2019, p. 55).

A produção intelectual de mulheres negras oferece uma perspectiva fundamentalmente nova na construção do conhecimento, considerando o aprofundamento da relação entre experiência de vida, educação e comunicação num contexto de transformações sociais.

Suas narrativas demonstram a importância dessa nova lente analítica, reconfigurando a

forma como abordamos e examinamos as questões fundamentais da crítica social, especialmente no que tange à identidade e às estruturas de poder.

Apesar dos inúmeros desafios e da invisibilidade imposta, a resistência dessas mulheres é vital para a luta por reparação e pela desconstrução de espaços institucionais excludentes, um trabalho que se constitui numa poderosa ferramenta de questionamento e transformação dessas estruturas.

Este estudo resgata o papel histórico e contemporâneo das mulheres negras na ciência, reconhecendo-as como protagonistas ativas na produção do conhecimento e não apenas como objetos de pesquisa.

Sueli Carneiro (2011) relata que as pesquisas sobre as desigualdades raciais, especialmente aquelas conduzidas por instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), têm sido cruciais para o reconhecimento das especificidades e desvantagens enfrentadas pela população negra brasileira em termos de inclusão social.

Estudos que refutam a narrativa da ausência de um problema racial no país, desafiando a simplificação que reduz a questão social brasileira a um problema exclusivamente socioeconômico, desconsiderando a dimensão racial, rechaçam os eufemismos como "apartheid social" e demonstram a ineficácia das políticas universalistas em reverter o padrão histórico de desigualdade racial entre negros e brancos. A diáspora negra compartilha, sobretudo, o desafio da emancipação coletiva em todas as sociedades do mundo onde estão alocadas. Isso faz com que a cultura negra, onde quer que se manifeste, seja patrimônio dos negros de qualquer lugar (Carneiro, 2023, p. 57).

Ao assumirem o controle de suas narrativas, essas intelectuais nos permitem compreender e desvendar os desafios de suas jornadas, instaurando uma forma de investigação que revela as múltiplas camadas de discriminação que moldam as diversas estratégias que desenvolveram para enfrentar o racismo e suas consequências.

No Brasil, as mulheres negras são desbravadoras de uma realidade marcada por desafios, enfrentando índices alarmantes, como a baixa mobilidade social, que afeta a qualidade de vida. Elas carregam consigo uma herança de luta por justiça social e inclusão, frequentemente emergindo de contextos marginalizados e desafiando as definições restritas do que se considera “universal”.

Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não com palavras que descrevam a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro. Este é também o lugar de onde

eu estou teorizando, pois coloco meu discurso dentro da minha própria realidade (Kilomba, 2019, p. 58).

O trabalho de Sueli Carneiro (2023) nos instiga a repensar o conceito do “outro” e a urgência por uma nova forma de equidade, de acordo com a qual a compreensão do “não ser” se torna um alicerce vital para edificar um “ser” pleno e significativo. Desde os tempos de escravidão até os dias atuais, a contribuição das mulheres negras tem sido essencial para forjar uma sociedade mais justa, despida de privilégios e preconceitos. Embora desempenhem posições fundamentais na construção diária do Brasil, frequentemente são ofuscadas pelo racismo e sexismo, uma interseccionalidade que revela que não se pode dissociar os múltiplos fatores que moldam a vida daquelas que vivem em vulnerabilidade e marginalização.

Nós, mulheres negras, representamos séculos de lutas e reflexões voltadas para a transformação social, apesar de ainda haver inúmeras questões a serem abordadas para que o país se torne um espaço realmente inclusivo para todos. Nossos diálogos e desafios buscam ampliar a compreensão sobre nossas batalhas e reivindicações por direitos sociais.

Sem jamais pensar no trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano, optei conscientemente por tornar-me uma intelectual, pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta, encarar e compreender o concreto. Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa nos separar da comunidade, mas antes, pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade (hooks, 1995, p. 466).

A partir dessa reflexão, o presente estudo faz uma abordagem da obra de Christina Sharpe, especialmente de seus livros *Notas Ordinárias* (2024) e *Algumas Notas do Dia a Dia* (2023), este último especialmente feito para o público brasileiro devido à sua participação na Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) de 2023. A investigação explora os temas principais de sua obra, que mistura memória, teoria, documentos históricos e histórias de vida, examinando a "beleza como método" e a resistência da experiência negra diante do racismo e da violência, tendo como foco a memória da população negra no Brasil e na diáspora africana.

O compilado de anotações utiliza um método conectado, fundamentado na observação e na percepção cotidiana, que reúne as experiências por meio de anotações de ideias, teorias e reflexões sobre a escrita e a emancipação. O método das anotações diárias é utilizado como uma estratégia nesta dissertação, incluindo passagens que mostram minhas próprias anotações sobre a vivência do cotidiano, apresentadas como "notas ordinárias", e uma contextualização que se alinha ao método que apoia o argumento sobre o conceito de Michel Foucault (1992) relacionado à "escrita de si".

Em suas anotações, Sharpe explora a intersecção entre vocabulário cotidiano e experiência vivida, revelando dor, saudade e afeto, num trabalho que se configura como um manifesto da perspectiva negra e da memória comunitária. Buscando garantir dignidade e plena existência, a autora reimagina o tempo de forma não linear, propondo uma nova perspectiva fundamentada na negritude.

Criando um verdadeiro dicionário da "negritude", ela reinterpreta palavras e conceitos pela lente dos corpos negros, reconhecendo a complexidade e a violência que frequentemente os marcam, e adotando um método que me permitiu mostrar a grande conexão entre experiência e conhecimento intelectual.

Essa conexão é especialmente importante para mulheres intelectuais negras que, por meio da escrita, afirmam suas identidades e constroem sua independência autoral, desenvolvendo uma visão que permite uma análise mais profunda da relação entre as vivências da população negra e o modo de afirmar e construir essa emancipação

O termo “cotidiano” refere-se ao fato de que essas experiências não são pontuais. O racismo cotidiano não é um “ataque único” ou um “evento discreto”, mas sim uma “constelação de experiências de vida”, uma “exposição constante ao perigo”, um “padrão contínuo de abuso” que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém – no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família (Kilomba, 2019, p. 80).

Notas ordinárias torna-se uma ferramenta para moldar realidades e percepções que revelam a beleza como uma prática cotidiana, expressa em uma linguagem específica que vai além da visão moldada pela estrutura social, sendo assim, a beleza que se manifesta no dia a dia, na forma como cada indivíduo se apresenta por meio de seu olhar e das suas rotinas diárias.

Levando em conta esse aspecto fundamental de um olhar para as rotinas, guardo na memória um dia específico, quando eu tinha cerca de quatro anos. Minha mãe e eu voltávamos da escola do meu irmão, ao atravessar os trilhos da ferrovia, como fazíamos frequentemente, deparei-me com um pedaço de papel, um achado, que não consigo explicar, mas que se tornou uma recordação marcante, possivelmente intensificada pela coincidência, mas que acendeu em mim uma curiosidade insaciável por saber mais.

Minha curiosidade incontrolável, misturada com uma pitada de inquietação, sempre teve um jeito de me manter alerta, quando avistei aquele pedaço de papel na ferrovia, meu coração acelerou e não hesitei, corri até ele, peguei com minhas mãos e comecei a desdobrar aquela folha com a ansiedade de quem encontra um tesouro.

Com tinta azul, encontrei as letras desenhadas à mão, uma descoberta mágica para uma menina apaixonada por papéis cheios de segredos e histórias, a beleza daquelas letras me encantou, não pude resistir e fui pedir à minha mãe que lesse para mim, já que ainda não tinha aprendido a decifrar aquele enigma. Quando ela começou a ler, suas palavras me surpreenderam: "Ah, não posso acreditar!". Enxerguei nos olhos dela um mistério que parecia refletir o meu próprio espanto.

Fiquei surpresa com a reação dela, mas ela me explicou que o papel tinha um pedido de oração feito por devotos de Santo Antônio em busca de uma graça e, embora minha mãe fosse uma grande devota de São Judas Tadeu, ela se sentiu na obrigação de cumprir esse pedido por minha causa, já que foi ela quem leu.

Até hoje não sei se ela cumpriu a promessa, mas esse momento me fez entender o que é um pedido e uma promessa e, na próxima missa em que fui, comecei a pedir aos santos para aprender a ler e a escrever e até fiz uma promessa a São Judas Tadeu para alcançar o milagre.

Eu gravei na lembrança esse momento como uma das vivências mais marcantes da minha existência, além de ser um evento do qual toda a minha família se recorda. Hoje em dia, com risos, devido ao ineditismo daquele pedido.

Após esse acontecimento, minha curiosidade em aprender a ler por conta própria só aumentou, eu tinha um profundo desejo de conhecer as palavras e aperfeiçoar minhas habilidades com a leitura e a escrita. Sonhava em conseguir ler sozinha o folheto da missa, que também era conhecido como folheto litúrgico, o único material importante que eu tinha à disposição com frequência, um verdadeiro tesouro da minha infância, cheio de canções e orações que levávamos da igreja para casa.

Eu pegava aquele folheto e fingia que estava lendo, enquanto meu irmão ria e provocava, dizendo: "Até parece que você sabe ler de verdade". Eu pedia para ele ler os folhetos, mas ele sempre se recusava e, então, pedia ajuda à minha mãe, mas ela estava sempre ocupada com as tarefas domésticas e a costura para suas clientes, por isso também não conseguia ler e dizia: "Foi o que o padre leu na missa, você não estava ouvindo?".

Na mesma época, eu tinha uma vizinha chamada Kelly, uma menina negra que morava no mesmo prédio que eu. Ela era dois anos mais velha e já sabia ler. Kelly me convidava para ir à sua casa todas as tardes, depois da Sessão Desenho da TV Manchete. Em um desses dias, ao entrar no quarto dela, vi sua cama cheia de livros de coleções que eram vendidas de porta em porta.

Desde então, passei horas folheando os livros, e isso se tornou nossa rotina. Lembro-me desse momento como algo especial, pois me fez sonhar com outras formas de viver. Eu queria

ter aquela coleção de livros, mas, na época, minha mãe não conseguia comprar os livros infantis que eu desejava por causa de dificuldades financeiras.

Outro fator a dificultar a difusão dos bens culturais tem natureza estritamente econômica: o baixo poder aquisitivo de grandes porções da população marginaliza-as da cultura e facilita a elitização dessa, convertida em porta-voz da classe dominante por ser encontrada quase que exclusivamente dentro de seu meio. Esse fato agudiza o conflito: circulando apenas entre certos grupos sociais, por serem estes os únicos a poderem adquiri-la, ela passa a expressá-los. Como consequência, grupos ali não representados não se identificam com ela, procurando consumir, quando têm condições, produtos que lhe digam respeito. Estabelece-se um círculo vicioso, que só amplia o intervalo entre os bens culturais e significativos segmentos da população brasileira (Zilberman, 2013, p. 96).

Esses acontecimentos me fizeram entender a relevância da independência e aumentaram o anseio de dominar a leitura, já que não queria mais depender da ajuda dos outros. Uma experiência, vista através dos meus olhos de criança, me revelou a importância do saber e seu papel na emancipação do indivíduo. Carneiro (2023) afirma que a educação é um instrumento de luta pela emancipação, que se constrói como adensamento, consciência e resistência.

Tratou-se de um momento decisivo em minha trajetória, uma conquista consciente acontecendo dentro e fora de si, repleta tanto de sutilezas internas quanto dos reflexos do mundo exterior, onde tudo se desenrolava. Atualmente, percebo essa revelação não apenas como um ponto de referência, mas como uma fonte inesgotável de inspiração, que sustentou minha determinação de defender esta dissertação, que se constitui como um alicerce essencial do meu desenvolvimento intelectual.

Essa incessante jornada em busca de conhecimento me transformou em pesquisadora. Kilomba (2019) destaca que os detalhes das narrativas vão além de meras recordações, ressaltando que histórias passadas permanecem vivas em nossas mentes, aguardando para serem registradas.

Desde que alcancei a vida adulta, percebi que minha paixão por registros escritos não era só minha, o que se tornou ainda mais evidente ao me deparar com a obra de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1992). Quando me permiti aprofundar em seus escritos, estabeleci uma conexão profunda com suas palavras, partilhando de um desejo genuíno de compreender e explorar o mundo que nos cerca, de ir mais adiante, uma vontade que reflete o desejo da autora por ler e escrever, ser uma intelectual, uma batalha pela emancipação intelectual em seus próprios fins.

A escolha dessas pessoas tem interesse particular para este trabalho pelo que elas sintetizam de articulação de uma trajetória individual de mobilidade e sucesso com a condição de sujeitos coletivos de uma luta de emancipação. Essa escolha consiste na busca de superação dos mecanismos do dispositivo de racialidade que permite a mobilidade individual minoritária e subordinada em oposição à mobilidade coletiva do agrupamento negro (Carneiro, 2023, p. 140).

A autora, que enfrentava desafios em seu trabalho como "catadora de papel" e por ser uma mulher negra, mãe solteira e moradora da favela do Canindé, lugar em que ela considerava como o "quarto de despejo" da cidade de São Paulo, nos anos cinquenta, encontrava prazer na leitura e na descoberta de novos universos por meio de livros comprados com seu próprio dinheiro, o que ela fazia questão de enfatizar, livros que a inspiraram a escrever seus diários, em cadernos que acolheram as palavras do seu cotidiano.

A autora destaca sua paixão por livros como um aspecto que a diferenciava dos demais membros da sua comunidade, o saber que Carolina adquiriu com pouco tempo de estudos concluídos, uma vez que sua escolarização foi interrompida quando estava no segundo ano do ensino fundamental em Sacramento, Minas Gerais, mostra que seu desejo por leitura e escrita virou um hábito, já que ela não conseguia dormir sem antes fazer uma boa leitura.

A jornada incessante revela a força da mulher negra, que, à sombra da ausência de referências nos padrões universais de intelectualidade, se ergue como uma escritora poderosa e persuasiva e, com maestria, concebe narrativas da favela com uma autenticidade ímpar, explorando com profundidade as vivências que moldam sua comunidade. Como diz hooks, "Nelas, trabalho para recuperar nossa consciência coletiva do espírito de comunidade que está sempre presente quando estamos ensinando e aprendendo de verdade" (2021, p. 15).

Seus relatos do cotidiano, registrados em cadernos que muitos considerariam sem valor, resplandecem com um valor intelectual imenso, mesmo sem o respaldo de uma educação formal. Na simplicidade de suas anotações, a riqueza de sua voz se revela, desafiando convenções e reafirmando sua importância no mundo literário.

Carolina simboliza a resistência ao racismo epistêmico, que eleva o conhecimento das instituições acadêmicas em detrimento da sabedoria das bagagens cotidianas, ela personifica a importância do saber adquirido por meio das vivências diárias, desafiando as convenções que desconsideram as vozes e os saberes daqueles que vivenciam a realidade diretamente.

Sua trajetória revela que a sabedoria é forjada nos desafios da vida e a dela foi legitimada no dia a dia da favela. Suas narrativas atravessaram fronteiras, tendo sido traduzidas em diversas línguas, seduzindo leitores em todos os cantos do planeta, num reconhecimento que atravessou as diversas camadas opressoras que se firmam sobre a intelectualidade negra.

Regularmente, nossas vozes são disputadas pelo poder da branquitude como fontes importantes de embasamento de pesquisas acadêmicas, em vez de serem valorizadas como criadoras de conhecimento e de críticas sociais relevantes. O propósito deste estudo é realizar mudanças sistêmicas que reconheçam as mulheres negras na área acadêmica e nos movimentos sociais, provocando a comunidade acadêmica a viabilizar mudanças sobre a situação atual.

Nitidamente, Carolina articulou o seu ideal ao afirmar: “Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre”.

O sonho da autora assemelha-se ao sonho projetado por muitas mães negras e pobres, o desejo de ascensão por meio da educação. Minha mãe, assim como a mãe de Carolina, aspirava formar uma professora negra, conforme a autora escreve: “Eu nada tenho que dizer da minha saudosa mãe. Ela era muito boa. Queria que eu estudasse para professora. Foi as contingências da vida que lhe impossibilitou concretizar o seu sonho” (Jesus, 1992, p. 42).

A minha formação acadêmica foi quase um “milagre”. Na minha infância, observei como a fé da minha mãe se manifestava em uma dedicação incansável para que eu pudesse estudar, desde a educação infantil até a universidade. Acredito que essa era a maneira de ela me proteger contra possíveis discriminações, já que ela mesma não teve as oportunidades educacionais que tanto desejava, mesmo contando com a benzeção de sua mãe, minha vó Maria, que se dedicou a abençoar cotidianamente seus 13 filhos. Mas estou convencida de que não foi uma falha da reza da minha avó, mas sim um reflexo da negligência sistêmica governamental.

Iniciei minha trajetória acadêmica na década de 80, um período em que a infraestrutura educacional das escolas públicas no Brasil carecia de vagas suficientes para atender todos os alunos. Nesse contexto, alguns pais conseguiam garantir a inscrição de seus filhos dormindo na entrada das escolas, devido à falta de assistência do Estado. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, divulgados pelo site Nova Escola, houve um aumento na taxa de matrícula escolar de crianças de 4 a 6 anos de 28%, em 1980, para 90% em 2015 (Cunha; Calçade, 2018).

Observar o empenho da minha mãe me motivou a vencer barreiras para me adaptar ao sistema educacional tradicional, começando pela barreira de ser nascida em julho, o que afetou a minha entrada nas séries iniciais, por não alcançar a idade ideal no período de matrícula na pré-escola e ter que esperar para ser encaixada em algum momento. “Quando estávamos na escola primária, nossa mãe benzia a mim e aos meus irmãos com o sinal da cruz todos os dias

antes de sairmos de casa. Ela queria nos proteger. O toque de suas mãos e o som de sua voz nos conduziam ao longo do dia” (Sharpe, 2024, p.191).

A sensação de não aceitação afeta nossa autoestima. Minha trajetória educacional sempre foi caracterizada por rupturas, minha mãe e eu sempre tivemos que nos esforçar para que eu pudesse ter uma educação de qualidade, como se eu participasse de uma corrida com uma corda amarrada nos pés, e ela continuamente dependesse de um “favor” do governo para garantir a educação básica para uma estudante periférica.

Jessé Souza (2021) relata que a maioria dos estudantes negros enfrentam dificuldades por falta de apoio familiar e do poder público, uma vez que responsáveis pelas famílias negras trabalham muito para sustentar seus dependentes e têm pouco tempo para transmitir valores e conhecimentos antepassados aos filhos.

O que não é valorizado na educação formal leva à rotulação precoce dos filhos das camadas populares como perdedores, perpetuando as desigualdades educacionais e sociais, uma vez que a maioria dos negros pertence a classes baixas desprivilegiadas e, todos os dias, enfrentam desafios sem apoio e na busca por oportunidades que garantam um futuro digno e quebrem o ciclo de desigualdades. De acordo com Collins (2019, p. 97), “Se há desigualdade de poder entre os grupos, há também desigualdade na capacidade deles de tornar seu ponto de vista conhecido para si mesmos e para os outros”.

A escola que ensina a branquitude costuma ser privada, competitiva e cheia de incentivos, enquanto a escola da maioria da população negra é do governo e geralmente tem menos recursos e apoio. Estudantes negros de baixa renda sofrem as consequências da interseção entre raça e classe, muitas vezes sendo forçados a se dedicar aos estudos e ao trabalho desde cedo, condição que os torna menos competitivos no mercado de trabalho e transforma a ideia de meritocracia ainda mais difícil de aceitar.

Sendo a constituição do sujeito político negro uma das maiores interdições interpostas aos negros da qual derivaria a promoção coletiva desse segmento social, essas trajetórias põem em questão os processos de cooptação e de negação da racialidade negra, disponíveis aos negros na sociedade brasileira, em que o projeto individual, a admissão acrítica da meritocracia, a rendição ao individualismo e a retórica do esforço pessoal reiteram, para a maioria que “não chega lá”, a ideia da anemia da vontade, do comodismo, da autoindulgência (Carneiro, 2023, p. 140).

O tecido social é afetado pelo racismo, que beneficia a população branca e impõe barreiras invisíveis à comunidade negra, limitando suas oportunidades no campo do conhecimento e afetando estruturalmente sua participação e reconhecimento. Dessa forma, a

criação de conhecimento se transforma em um jogo desigual, no qual alguns possuem todas as cartas e outros batalham para serem notados em meio ao silêncio ao redor.

Na música *A vida é um desafio*, do grupo Racionais MC's, lançada em 2002, trata de forma incisiva os impactos do racismo na sociedade brasileira. Ela enfatiza a relevância dos sonhos e do avanço social que nossos familiares, nossos ancestrais almejavam para nós, estabelecendo uma conexão entre educação, conquistas e esforço. Mesmo diante das dificuldades do sistema educacional enfrentadas pelos estudantes negros no Brasil, o sonho de ascensão pela educação persiste.

Tem que acreditar.

Desde cedo a mãe da gente fala assim:

'filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor'

Aí passado alguns anos eu pensei:

Como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses... por tudo que aconteceu? Duas vezes melhor como? (Racionais MC's, 2002).

Acredito que o esforço que minha mãe teve foi fundamental para minha formação intelectual, já que minha paixão por livros se iniciou na pré-escola. Ansiosa por aprender a ler, descobri, frequentando as aulas na Escola Professor José Braz, na sala da professora Cláudia, que na escola existiam livros para crianças. Eu fiquei muito empolgada, pensava que iria aprender a ler no primeiro dia de aula.

Ao concluir o ensino médio, no final da década de 90, encontrei dificuldades para ingressar no ensino superior, pois a concorrência era muito maior nas universidades públicas, e havia poucas ou nenhuma política que garantisse a inclusão de estudantes oriundos das periferias. Essa realidade pode ser constatada nos dados estatísticos apresentados no *Boletim Políticas Sociais: acompanhamento e análise n.º 19*, que demonstra o índice de alunos negros presentes nas universidades no início dos anos 90 (IPEA, 2000). Os dados apontam que apenas 1,5% dos jovens negros na faixa etária entre 17 e 24 anos estavam na universidade.

Naquela época, as universidades particulares cobravam mensalidades inacessíveis para indivíduos de baixa renda, como eu, nos incentivando a entrar no mercado de trabalho. O primeiro emprego, geralmente, requer pouca experiência e pouca formação e, quando conseguimos o primeiro emprego, a dedicação é quase sempre integral, sendo uma das principais exigências. Assim, a formação acadêmica torna-se secundária, já que o trabalho é o que realmente importa.

De acordo com o mesmo relatório, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as maiores contratações de indivíduos negros ocorreram em áreas como agricultura, construção

civil e trabalhos domésticos, setores com condições precárias e baixa remuneração, que também reúne assalariados sem carteira assinada. Tendo em vista esse contexto, a transição para a vida adulta das mulheres negras envolve iniciar a atuação no mercado de trabalho para conquistar a independência financeira e apoiar a família, uma experiência compartilhada por outras mulheres negras da minha época.

A minha chance de entrar no ensino superior foi construída por meio de várias tentativas falhas, incluindo, pelo menos, quatro matrículas em cursos superiores em instituições privadas, que não consegui concluir. No entanto, meu ingresso definitivo só ocorreu em 2015, por meio de políticas públicas voltadas para a inclusão de negros nas universidades e políticas de ações afirmativas, com o objetivo de promover e eliminar o histórico de desigualdades presentes em lugares de construção do conhecimento.

Ingressei no curso superior quando estava com 36 anos. No início do curso, pagava a metade da mensalidade, o que representava todo o meu salário mensal. Minha rotina era dividida entre os estudos e o trabalho num consultório odontológico. Depois de dois anos pagando 50% da mensalidade, fiz outro Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e consegui uma bolsa integral.

A política que garantiu minha presença na graduação universitária se repetiu na pós-graduação, quando participei do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que me forneceu as ferramentas necessárias para viabilizar minha admissão no curso de mestrado da instituição.

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento com as barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade (Gomes, 2017, p. 23- 24).

Os movimentos negros desempenham um papel importante na luta pelos direitos da população historicamente marginalizada. As universidades, antes dominadas por pessoas brancas privilegiadas, tornaram-se mais acessíveis aos alunos negros de baixa renda, graças às políticas sociais, que promovem a inclusão de pessoas de diferentes origens e condições sociais nas instituições de ensino superior. Nessa perspectiva, Pimenta (2003) destaca a importância de discutirmos a inclusão das ditas minorias, como negros, indígenas, mulheres e deficientes nos espaços educacionais, afetadas pelo afastamento construído pela discriminação.

Desde 1964, quando assumi a Reitoria da UFMG, assustei-me ao perceber a existência de pouquíssimos alunos negros nas diferentes unidades universitárias. Por esta razão, ao criarmos o Colégio Universitário, procuramos induzir uma maior presença de representantes da etnia negra nas fileiras da instituição, dedicada a complementar a formação dos jovens para o ingresso no ensino superior. Infelizmente, devido à intolerância da ditadura de 1964, tive de afastar-me por longos anos do País e não pude acompanhar o desenvolvimento deste projeto (Pimenta, 2003, p. 31).

Com a implementação de ações afirmativas na pós-graduação, foi possível que estudantes negros provenientes de regiões periféricas se tornassem a primeira geração de suas famílias a conquistar uma vaga na pós-graduação. O processo ocorreu pela política de ações afirmativas e, de acordo com Tenente (2022), o Observatório de ações afirmativas na pós-graduação analisou todos os editais de seleção divulgados pelas instituições de ensino revelou que do total de 2.817 programas disponíveis, mais da metade (54,3%) implementou ações afirmativas em suas opções no ano anterior, o que representa quase o dobro do índice de 2018 (26,8%).

Identificar essas lacunas nos ajuda a compreender o que Nilma Gomes (2017) nos apresenta ao citar o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2002) sobre a "sociologia das ausências e das emergências". A sociologia das ausências visa converter as ausências em presenças, enquanto a sociologia das emergências visa expandir nossa gama de possibilidades tangíveis e expectativas futuras, promovendo uma expansão simbólica dos conhecimentos, práticas e agentes.

A minha realidade foi transformada graças à atuação política dos movimentos negros, que lutaram por oportunidades no ensino superior para estudantes pobres e negros, o que colaborou com a mudança das universidades que, historicamente, sempre foram elitistas. Quando ingressei na universidade, pude comprovar que mulheres como eu eram a minoria ou quase não existiam nos cursos de comunicação ou em outras áreas de conhecimento, o que se comprova no estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2020). De acordo com a pesquisa, no ano de 2017, a população negra correspondia a 32% das pessoas com ensino superior completo. Considerando a população com 25 anos ou mais, apenas 9,3% dos negros tinham ensino superior completo, enquanto, na população branca, esse índice havia chegado a 22,9% (Ipea, 2020).

Outro fator que me distinguiu dos demais discentes era a idade. Nos encontros acadêmicos do turno da noite, era fácil constatar a diferença de idade entre mim e os discentes, bem como entre os docentes. Alguns professores eram mais novos do que eu, e não era raro o susto de alguém ao saber a minha idade e me parabenizar pela coragem de trabalhar e estudar depois dos trinta, mas, ao mesmo tempo que os elogios vieram, também vieram as críticas.

Algumas pessoas acreditavam que eu estava ocupando o lugar de um jovem sem oportunidade e que, naquela altura do campeonato, deveria estar focada em outras coisas, como cursos de aprendizagem técnica para me aperfeiçoar e dar continuidade ao meu trabalho na área administrativa, já que o mercado de comunicação estava saturado e que dificilmente eu teria uma colocação como jornalista. Essa foi a primeira vez que me deparei com o preconceito de idade, de modo que mais uma condição de estratificação social se configurava, somando-se às outras implicações do meu cotidiano, como as questões raciais, de gênero e de classe.

A formação das mulheres negras transcende o individualismo, pois as discriminações enfrentadas nos diversos ambientes sociais nos levam a buscar estratégias de enfrentamento para desafiar as esferas institucionais. Atuamos de forma coletiva, informando e incentivando a população a participar das diferentes frentes de combate às desigualdades, pois acreditamos que, em períodos de transformação social, a educação acadêmica desempenha um papel fundamental para o avanço de nossas comunidades.

O Mapa do Ensino Superior no Brasil (Semesp, 2020) mostra que o ensino superior é excludente e desigual. O total de alunos matriculados nos cursos presenciais ofertados por instituições de ensino superior privadas e públicas, em 2018, correspondia a 55% e 48,8% de alunos brancos, respectivamente; enquanto o de pessoas que se declararam de cor preta correspondia a 11% nas públicas e 7,9% nas instituições privadas. O percentual de pardos passou de 27%, em 2010, para 34% nas privadas; e de 27,6% para 36,9% nas públicas (Semesp, 2020).

A interseccionalidade entre classe e raça mostra como as comunidades negras enfrentam desigualdades sociais ao longo da história, baseadas em ideologias de superioridade. A dominação social é visível entre os que têm poder, e os benefícios dessa hierarquia são passados de geração em geração, principalmente por homens brancos que favorecem os semelhantes, o que é constatado pela pesquisa do IBGE divulgada em 2021, que mostra que a proporção de pessoas pobres no país era de 18,6% entre os brancos e praticamente o dobro entre os pretos (34,5%) e pardos (38,4%). Os dados são do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.

A pesquisa mostra a falta de oportunidades para a população negra no Brasil, especialmente para as mulheres negras, que buscam justiça como resposta ao racismo, e se organizam por meio de movimentos sociais para confrontar a estrutura racista em todos os segmentos sociais, que se valeram de bases científicas para reafirmar hierarquias de poder.

Examinar os desafios enfrentados por mulheres negras na educação e as consequências dessas discriminações em suas produções acadêmicas é fundamental para compreendermos que

suas capacidades vão além dessa análise, de modo que é possível evidenciar as contribuições que trazemos aos programas acadêmicos ao elaborarmos abordagens que possibilitam uma transformação significativa no fazer científico.

As agendas de pesquisas estão sendo redefinidas pelas inquietações políticas e pelas trajetórias desse público jovem e negro oriundo de escolas públicas, e o advento e a ampliação das redes sociais vêm propiciando um espaço no debate público que tem sido ocupado por jovens feministas negras orientadas por pautas que envolvem não apenas raça, classe e gênero, mas também sexualidade, território, política e outras dimensões organizadoras das desigualdades sociais (Gonzalez, 2020, p. 14-15).

Enfatizar as relações de poder e as formas como lidamos com os desafios é essencial, pois esse conhecimento é peça chave na construção de uma consciência crítica e na transformação dos paradigmas das universidades públicas.

A dimensão política da minha identidade corporal foi fundamental para desenvolver esta pesquisa. O desejo de autoconhecimento impulsionou minha trajetória, motivando-me a desenvolver um estudo autoetnográfico, no qual atuo como pesquisadora e como sujeito da pesquisa, numa abordagem que me permitiu realizar uma análise aprofundada da comunicação dos fenômenos sociais relacionados à minha experiência como mulher negra, contribuindo para a compreensão e o enfrentamento das discriminações sofridas. A revisitação da minha história foi essencial para este processo. Como enfatiza Kilomba, “Somos assombradas/os por memórias coloniais intrusivas, que tendem a voltar” (Kilomba, 2019, p. 147).

Minha trajetória foi repleta de desafios que aprofundaram minha reflexão sobre as lutas das mulheres negras, de modo que as minhas vivências se conectam à produção intelectual dessas mulheres, o que tem sido um impulso significativo na minha jornada acadêmica. Sustento que a ciência se torna mais significativa quando se compromete em ir além das fronteiras da pesquisa convencional, incorporando saberes provenientes da experiência prática e da epistemologia, formada tanto no ambiente acadêmico quanto nas vivências pessoais.

A mulher negra é responsável pela formação de um inconsciente cultural negro brasileiro. Ela passou os valores culturais negros; a cultura brasileira é eminentemente negra, esse foi seu principal papel desde o início. Além disso, temos o papel de sustentação, que ela vem ocupando há quinhentos anos. Você vê que a negra marca sua presença em todos os momentos importantes na luta, ao lado de seus companheiros, como é o caso da Revolta dos Malês, elas estavam todas lá, participando (Gonzalez, 2020, p. 285-286).

O livro *O Movimento Negro Educador* (2017), de Nilma Lino Gomes, ressalta a importância dos projetos emancipatórios e das estratégias pedagógicas que emergem da

periferia, território de onde muitas de nós, mulheres negras, insurgimos pela transformação das lutas pela autonomia do saber, originadas dos movimentos negros e dos movimentos sociais formados pela população negra, que busca promover a ideia de raça e identidade de forma positiva, estimulando as análises críticas e a luta por políticas públicas específicas para combater o racismo e exclusão no Brasil.

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (Gomes, 2017, p. 16-17).

Gomes (2017) realiza a distinção desses conhecimentos e dos saberes sugeridos por esses movimentos, promovendo uma ampla distinção entre conhecimentos identitários, políticos e estético-corporais, que formam saberes emancipatórios marcados pela vivência da elaboração/produção de raça negra na sociedade e que se relacionam, de forma dinâmica, com conhecimentos tradicionais.

A autora enfatiza a capacidade dos movimentos sociais de desafiar o conhecimento convencional sobre raça, ressaltando a importância do tema tendo em vista as disparidades no Brasil. Ela analisa a complexidade das subjetividades ligadas ao conhecimento e destaca a relevância dos saberes que emergem das margens na vida dos negros, desde a infância, como forma de autonomia. “No conhecimento-emancipação, o ato de conhecer está vinculado ao saber, sabor, saborear, à sapiência e ao sábio. O sábio não é o cientista fechado no seu gabinete ou laboratório. Mas é aquele que conhece o mundo através do seu mergulho no mundo” (Gomes, 2017, p. 58).

A recuperação de valores culturais ancestrais depende crucialmente do conhecimento das mulheres negras, construído por meio da educação formal e da conscientização racial. Embora esse processo enfrente significativas barreiras sociais, ele revela a aguda capacidade analítica dessas mulheres, permitindo-lhes denunciar criticamente as opressões interseccionais de racismo e sexismo que vivenciam.

A compreensão de suas experiências exige reconhecer a profunda ligação entre ancestralidade e conhecimento, uma relação fundamental para elucidar os estigmas e a discriminação enfrentados, numa dinâmica que ilustra a contínua luta das mulheres negras por reconhecimento e espaço social.

Para Lélia Gonzalez (1982), o olhar sobre a mulher negra, mesmo quando ela busca romper com estereótipos sociais, frequentemente a marginaliza, perpetuando sua imagem seja como objeto de servidão, seja como objeto de sexualização.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (Gonzalez, 2020, p.68-69).

Essa situação é resultado de um fenômeno duplo, de racismo e sexismo, que cria a imagem da mulher negra como mulata e doméstica, reforçada por mitos que surgem em uma sociedade edificada no racismo.

3 A CIÊNCIA E O EPISTEMICÍDIO QUE APAGA O CONHECIMENTO PRODUZIDO POR INTELLECTUAIS NEGRAS

A ascensão intelectual de mulheres negras e suas conquistas se confrontam com a persistência de narrativas racistas, outras buscadas em bases científicas (embora hoje invalidadas), de forma que a reinterpretação dessas narrativas, ainda presentes atualmente, obscurece a verdadeira dimensão dos fatos e perpetua dogmas como o racismo científico, que, por sua vez, consolidou o racismo epistêmico. Esse último funciona como um obstáculo fundamental ao reconhecimento das contribuições de cientistas negros.

O eurocentrismo, desenvolvido e difundido pela Europa, expandiu-se globalmente por meio do colonialismo, legitimando um domínio europeu sobre povos não europeus. Esse processo resultou na construção de uma hierarquia racial global, transformando o eurocentrismo em um instrumento de poder universal, que molda a interpretação da história e se inscreve na cultura e no culto ao capitalismo, o que justifica a construção de uma narrativa histórica que, paradoxalmente, busca transcender a própria história, tornando-se a história⁵.

Na maneira de pensar, classificar e imaginar os mundos distantes, o discurso europeu, tanto o erudito como o popular, com frequência recorreu a procedimentos de fabulação. Ao apresentar como reais, certos e exatos fatos muitas vezes inventados, escapou-lhe justamente o objeto que buscava apreender, mantendo com ele uma relação fundamentalmente imaginária, mesmo quando sua pretensão era desenvolver saberes destinados a apreendê-lo objetivamente. As principais características dessa relação imaginária ainda estão longe de ser elucidadas, mas os procedimentos graças aos quais o trabalho de fabulação pôde ganhar corpo, assim como seus efeitos violentos, são hoje bem conhecidos. Nesse sentido, há pouco a acrescentar (Mbembe, 2019, p. 31).

Segundo Kabengele Munanga (2004), o conceito de raça teve origem na botânica e na zoologia, sendo desenvolvido pelo naturalista Carl Von Linné no século XVIII, a partir das palavras "*razza*" em italiano e "*ratio*" em latim, além de outras concepções. A maioria dos conceitos científicos que se referem ao tempo e espaço têm ramificações no conceito de raça, originados de estudos na área de significados.

O professor Jacques D'adesky (2009), em sua publicação derivada da tese de doutorado *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e antirracismos no Brasil*, apresenta a concepção de raça como um sentido ambíguo, ligado a uma origem comum, permitindo a continuidade de linhagens ligadas por características físicas, pelo sangue, a características fisiológicas, psicológicas e sociais. A análise por meio da identificação genética não é possível

⁵ O que é eurocentrismo? Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/06/16/o-que-e-eurocentrismo/>
Acesso em: 16 mai. 2024.

por não ser considerada cientificamente capaz de universalizar o sistema de classificação ligado à raça.

Por que então, classificar a diversidade humana em raças diferentes? A variabilidade humana é um fato empírico incontestável que, como tal merece uma explicação científica. Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido (Munanga, 2004, p. 01).

Os nobres franceses apropriaram-se do conceito de raça para estabelecer padrões e objetivos baseados em diferenças e semelhanças, criando uma hierarquia de identificação por meio da qual se denominavam como francos da Alemanha “raça da nobreza” e os plebeus, como os gauleses.

Nesse processo de diferenciação, a nobreza se reconheceu como uma raça única, com sangue “puro” e desenvolvimento superior, legitimando, assim, o seu domínio sobre as pessoas comuns. Essa classificação social explica a ideia veiculada pelo conceito de raça, que forma uma hierarquia social baseada na legitimidade hierarquizada dos sujeitos segundo suas classes territoriais.

A velha questão da raça biologicamente definida e inscrita numa estrutura econômico-político-jurídica desloca-se para a da identificação institucional da cidadania aceitável. Na paraestrutura, o racismo é institucionalmente sistemático, em vez de totalmente sistêmico, razão pela qual lança à compreensão (conjuntamente racional e sensível) o desafio de elucidar a transmissão dos mecanismos discriminatórios (Sodré, 2023, p. 43).

Filósofos como Immanuel Kant (1724-1804) e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) deixaram um legado para a filosofia global, mas também divulgaram visões preconceituosas sobre africanos, distorcendo a perspectiva da África e contribuindo para a perpetuação de estereótipos negativos para a constituição do ser negro.

Carneiro (2023) discute a desvalorização do conhecimento dos não brancos como forma de epistemicídio, ocorrido a partir do sistema de classificação hierárquica de Immanuel Kant, que serviu para que os nativos americanos, asiáticos e africanos fossem menosprezados em relação aos brancos em artes e ciências.

Poderíamos dizer que no mundo conceitual branco é como se o inconsciente coletivo das pessoas negras fosse pré-programado para a alienação, decepção e trauma psíquico, uma vez que as imagens da negritude às quais somos confrontadas/os não são nada realistas, tampouco gratificantes. Que alienação, ser-se forçada/o a identificar-se com os heróis, que aparecem como brancos, e rejeitar os inimigos, que aparecem como negros. Que decepção, ser-se forçada/o a olhar para nós mesmas/os

como se estivéssemos no lugar delas/es. Que dor, estar presa/o nessa ordem colonial (Kilomba, 2019, p. 38).

O que fortalece o princípio da racionalidade ocidental, uma opressão que impacta o sujeito político e submete-o ao saber eurocêntrico, ignorando as contribuições da população negra e forma a visão negativa da África e de seus habitantes é uma construção europeia utilizada para justificar a hierarquia estabelecida por Kant.

A convicção de Kant reside nas diferenças que se ajustam às variações geográficas, impactando as habilidades de autoaperfeiçoamento de cada comunidade, o que justifica a ênfase na Europa. A sua perspectiva auxilia na afirmação da superioridade europeia e na negação da total humanidade do "outro", no cenário de dominação colonial.

Segundo ele, a consciência do 'negro' é subdesenvolvida e a própria noção de autoconsciência é totalmente desconhecida pelos integrantes dessa raça. O autor destaca: eles "ainda não manifestaram qualquer existência objetiva substancial Deus ou a Lei, por exemplo, na qual o interesse da própria vontade do homem esteja envolvido e na qual ele concretize seu próprio ser (Silva, 2022, p. 300).

No artigo *Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?*, Kabengele Munanga (2015) discute a perspectiva de Hegel sobre os africanos, enfatizando sua visão negativa, que veiculava a ideia de indivíduos ineducáveis, sem progresso humano, habitantes de um lugar sem interesse histórico próprio, instituindo uma narrativa que excluiu a África da história universal devido à crença na falta de evolução cultural, justiça, moralidade e organização política. O pensador alemão considerava a região bárbara e selvagem e via escravidão como possível educação para africanos, elevando a moralidade e a cultura, ressaltando diferenças com outros grupos livres⁶.

Assim, surgiu um incompreensível sistema de poder alicerçado em noções de raça, que penetrou as subjetividades e marcou vivências, traçando rotas afetadas pelo racismo, um mecanismo que se converteu em uma forma de controle complexa de separações, composta por elementos que regulam as dinâmicas de opressão e interconectam estratégias de domínio, uma rede que não apenas define a diferença, mas fundamenta a subjugação do "outro".

A noção de raça produz a noção dos "outros", ou seja, alija indivíduos que não se enquadram em um padrão universal. Especialmente as pessoas negras enfrentam essa realidade,

⁶ Kabengele Munanga nasceu em 1940 na República Democrática do Congo e foi o primeiro antropólogo do país, formando-se em antropologia social e cultural em 1969 pela Universidade Oficial do Congo. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/kabengele-munanga> Acesso em: 29 mai. 2024.

resultado da desigualdade constituída na formação de grupos raciais, que impacta diretamente a forma como somos compreendidos e ajustados na hierarquia social.

A construção de raça foi usada para justificar a superioridade de um grupo sobre o outro, a Europa adotou essa perspectiva eurocêntrica e expandiu o colonialismo ao redor do mundo, justificando a dominação entre europeus e não-europeus, o que levou ao colonialismo europeu global e o resultado foi que a classificação social com base na raça tornou-se um fator de poder universal.

A ordem colonial se baseia na ideia de que a humanidade estaria dividida em espécies e subespécies que podem ser diferenciadas, separadas e classificadas hierarquicamente. Tanto do ponto de vista da lei quanto em termos de configurações espaciais, essas espécies e subespécies deveriam ser mantidas à distância umas das outras (Mbembe, 2019, p. 123).

Estudos racistas foram criados para influenciar relações sociais em busca de lucro econômico, impactando sociedades por séculos. Sueli Carneiro (2019) ressalta que a ciência reflete a influência do poder colonial ao marginalizar e degradar certos grupos, perpetuando a ideia de superioridade e inferioridade entre grupos humanos com base na racialização colonial.

No passado, surgiram inúmeras teorias científicas, tão numerosas que é inviável esmiuçá-las neste estudo, entretanto é importante destacar que elas foram usadas para diferenciar a humanidade. Atualmente, mesmo sendo consideradas pseudociências, ainda causam danos à sociedade, principalmente para a população negra, que vive as consequências das afirmações racistas legitimadas por cientistas brancos como Johann Friedrich Blumenbach que, no século XIX, classificou humanos em categorias raciais sem base científica, favorecendo os brancos como padrão.

A frenologia de Franz Joseph Gall (1758-1828) tentou avaliar traços mentais pelo crânio, uma ideia desacreditada. No século XVII, Johann Kaspar Lavater (1741-1801) associou a aparência física ao caráter moral⁷. Samuel George Morton (1799-1851) sugeriu que negros eram menos desenvolvidos, com moralidade e inteligência inferiores, baseado em variações raciais em crânios, chegando a conclusões completamente equivocadas e discriminatórias, que fundamentaram séculos de violência contra os grupos não hegemônicos⁸.

⁷ Franz Joseph Gall e as origens da frenologia, Disponível em: <https://becker.wustl.edu/news/franz-joseph-gall-and-the-origins-of-phrenology/> Acesso em: 07 abr. 2024.

⁸ Mau uso da ciência, Beatriz Dias Barbieri, 2006 Disponível em: <https://microbiologia.icb.usp.br/cultura-e-extensao/textos-de-divulgacao/metaciencia/o-mau-uso-da-ciencia/#:~:text=A%20mensagem%20final%20que%20fica,Junk%20Science%2C%202006>. Acesso em: 07 abr. 2024.

Essas teorias promoviam a ideia de que europeus brancos eram superiores, enquanto outras pessoas eram vistas como inferiores, graças aos esforços de pesquisadores que espalharam conceitos racistas que desumanizam e discriminam populações negras e não brancas.

Denise Ferreira da Silva (2023) explica o emprego do conceito de universalidade como uma ferramenta poderosa na construção do “Homem” e seus "outros", assuntos limitados pelo pensamento que oferece análises incompletas e negligencia o papel do fator racial na formação humana. Isso destaca a necessidade de examinar como as narrativas científicas e históricas excluem "os outros" da Europa na formação do sujeito universal.

A representação atual do sujeito na história e na ciência buscou apoio na universalidade, que, ao retratar os "outros" por meio da desconformidade com as ideologias dominantes, estruturas do preconceito anacrônico ilegítimo que colonizou o domínio da "verdade". A subjugação racial é inseparável da dominação global, que demanda a erradicação das diferenças raciais e destaca a construção dominante dos sujeitos coloniais como seres universais no contexto histórico social. “Logo, eu examino como o racial, combinado com outras categorias sociais (gênero, classe, sexualidade, cultura etc.), produz sujeitos modernos que podem ser excluídos da universalidade (jurídica) sem provocar qualquer tipo de crise ética” (Silva, 2022, p. 51).

O debate contemporâneo sobre o racismo centra-se numa reflexão baseada na racionalidade universal, que sublinha a exclusividade da razão humana aos brancos e associa os negros a características negativas, não reconhecidas pelos brancos em si mesmos (Carvalho, 2010).

O conceito de diferença do filósofo franco-argelino Jacques Derrida, apropriado por Stuart Hall (2003), em *Da diáspora: identidades e mediações culturais*”, define a diáspora africana como uma diferença binária que não se fixa em um significado definitivo, mas cria limites de exclusão forjados na intersecção de sistemas raciais e de classe, com a submissão dos considerados "outros", que, por meio da dominação global europeia, requer a afirmação de subordinação do outro, instaurando uma diferenciação relacionada com valores políticos determinados por relações sociais hierárquicas. “Nossos povos têm suas raízes nos — ou, mais precisamente, podem traçar suas rotas a partir dos — quatro cantos do globo, desde a Europa, África, Ásia; foram forçados a se juntar nos quatro cantos, na ‘cena primária’ do Novo Mundo. Suas ‘rotas’ são tudo, menos ‘puras’” (Hall, 2003, p. 31).

Durante a escravização africana, os povos negros foram retirados à força de várias partes do continente e transformados em mercadorias no processo eurocêntrico violento da diáspora.

De acordo com Stuart Hall (2003), a diáspora foi a transferência transatlântica dos africanos realizada pelos europeus, a migração compulsória dos africanos escravizados que levou à dispersão dos povos negros para as diferentes partes do mundo, transformando a população africana em mercadoria a ser explorada pelas nações europeias.

Permanecendo vivo, o negro enfrentará os desafios de manutenção da sua saúde física, de preservação de sua capacidade cognitiva, para que compreenda e desenvolva a crítica aos processos de exclusão racial a que está submetido e encontre os caminhos de emancipação individual e coletivos (Carneiro, 2023, p. 138).

Achille Mbembe (2022), no livro *A Crítica da Razão Negra*, afirma que o conceito de "África" geralmente está associado a um território físico e geográfico, abordando não apenas o clima e a geografia do continente, mas também os preconceitos ligados às comunidades locais, como pobreza e exploração, além da presença frequente de superstições, morte e terror que afetam a vida dos habitantes africanos, inspirando representações problemáticas e estereótipos.

Nesse sentido, é notável a forma histórica como o poder da branquitude foi utilizado por dispositivos que incluem discursos, instituições, leis e argumentos filosóficos e morais. Nesse contexto, a episteme funciona como um instrumento estratégico na seleção de afirmações válidas, estabelecendo relações e representações que realçam a relevância do ser humano na era contemporânea.

Segundo Mills (2023), a imposição da supremacia branca nas relações de poder é amplamente reconhecida na história como um aspecto essencial na configuração da sociedade. O "contrato racial" enfatiza a característica sociopolítica da supremacia branca, evidenciando o apoio político à meritocracia e ao acúmulo de riquezas pelos brancos, favorecendo suas gerações futuras. "O propósito de estabelecer uma hierarquia moral e dividir juridicamente o regime político de acordo com a raça é garantir e legitimar o privilégio daqueles indivíduos designados como brancos/pessoas e a exploração daqueles indivíduos designados como não brancos/subpessoas" (Mills, 2023, p. 62).

Essa complexa rede de segregações configura a sociedade e define padrões de comportamento na comunidade, com uma estrutura baseada na cor da pele. Dessa maneira, pessoas que não seguem as normas tornam-se membros de uma sociedade com menos direitos e muitos são considerados pertencentes a uma classe inferior devido à hierarquia social estabelecida, que separa os grupos de poder e os subjugados com base em fatores como classe social, sexo e etnia. "Inteiramente capitalista, do século XIX em diante, o racismo seria incorporado a outros mecanismos simbólicos de exploração de classe como ferramenta

ideológica extra imposta pela classe dominante sobre as classes exploradas” (Silva, 2022, p. 44).

Clóvis Moura (2020), em seu artigo *Civilizados que governam e bárbaros que seguem ordens*, aborda a opressão e a exploração de povos negros pelo colonialismo e pelo imperialismo, fazendo uma reflexão sobre a estrutura de poder e destacando a utilização do racismo para explicar a dominação sobre grupos considerados menos desenvolvidos.

Moura discute como a situação social se modifica com a chegada do capitalismo, destacando a discriminação entre brancos e os trabalhadores não brancos, os quais passaram a ser explorados e deram origem ao racismo nas relações de poder atualmente.

Os povos “inferiores” não tinham condições de entrar no sentido universal da história, eram a-históricos. Com isto justificava-se a repressão contra eles e os seus líderes. Fora dos padrões normativos dos valores políticos europeus, civilizados e “normais”, não existiam movimentos que pudessem ser enquadrados como aceitos pelas nações dominadoras, como continuadores do “sentido” da civilização (Moura, 2020, p. 28).

O racismo sustenta uma dinâmica de poder que concentra os privilégios de grupos dominantes, a estrutura, que funciona como ideologia de dominação, justifica a expansão desses grupos sobre territórios já subjugados. Nesse sentido, a narrativa de superioridade racial, embora desprovida de base científica, serve como fundamento para essa dominação étnica, política e ideológica.

A perspectiva eurocêntrica difusa valoriza globalmente a "europeização" como superior, resultando em uma separação entre europeus e não europeus. Essa visão universalista do Ocidente busca significado em todas as áreas, convertendo dinâmicas sociais em manifestações de poder, o que justifica o fato de muitas teorias acadêmicas serem influenciadas pelas ações do sujeito universal, fundamentando ideologias na omissão e no racismo para validar conquistas colonizadoras.

Segundo Sodré (2002), a ciência desempenha um papel importante na definição do conceito de universal, moldando o indivíduo europeu como dominante, que busca a verdade por meio da simbolização apoiada por um padrão universal, fundamentado no seu conhecimento e na habilidade de entender os significados da perspectiva dominante.

Não se trata de ver (perceber e compreender) a realidade tal como se apresenta e daí constituir as opiniões ou as crenças que possam confluir para uma imagem social, e sim de aderir a um modelo de representação anterior à percepção. Isso é a reflexividade: a sociedade captura a si mesmo num espelho, que é o cenário desejado e supostamente capaz de garantir o seu desenvolvimento ou o seu futuro inalterado (Sodré, 2023, p. 74).

Kilomba (2019) analisa como a projeção dos dominantes se mescla à realidade, refletindo as expressões sociais que simbolizam diferentes locais e conectando-se ao imaginário racista. Nesse sentido, uma visão eurocêntrica universal na geração de conhecimento leva a uma visão problemática da negritude, que é percebida como marginalizada no centro do saber devido ao destaque da branquitude europeia como padrão. A perspectiva ocidental universalista busca significados no seu próprio ponto de vista, explorando, na filosofia e na ciência ocidental, os conceitos universais que justifiquem seu domínio.

Da ênfase na significação universalizada pelo conceito vive a ciência, que constrói seu objeto de conhecimento em função de seu poder semantização, da irradiação de sentido conceitual! de que ele é capaz. E só se considera conceitualmente significativo aquilo que se ajusta à grade de sentido do sistema de interpretação (Sodré, 2002, p. 05).

A maneira histórica pela qual o poder da branquitude foi exercido pelos pensadores europeus promoveu ideologias racistas durante a era imperialista, sustentando a superioridade universal europeia sobre a "raça negra" e limitando a produção de conhecimento das raças consideradas inferiores.

A abrangência dos mecanismos de epistemicídio dos sujeitos universais foi garantida por discursos, instituições, legislações e fundamentos filosóficos e morais. Nesse contexto, a episteme atua como uma ferramenta estratégica para a seleção de afirmações consideradas válidas, como a construção social do conceito de raça, que foi instrumentalizada para justificar a superioridade de um grupo em relação a outro.

As percepções sobre raça afetam a forma como as pessoas negras se enxergam e são vistas na sociedade, sendo frequentemente rotuladas por estereótipos oriundos da discriminação. Não se pode negar que a noção de raça gerou o racismo, um sistema de discriminação e desigualdade que afeta negativamente os grupos não brancos e influencia diretamente a maneira como somos percebidos e tratados.

3.1 A eugenia e a desumanização das mulheres negras por meio do controle de seus corpos

A eugenia se espalhou pelo mundo como uma teoria de aprimoramento social, cientistas aperfeiçoaram a teoria, estabelecendo laboratórios de estudos hereditários e incentivando a reprodução dos mais afortunados de acordo com o padrão ideal de branquitude, com o objetivo de solucionar questões sociais como delitos, prostituição e pobreza. As sociedades mais abastadas organizavam competições entre famílias para promover o padrão ideal de cidadão.

A eugenia utilizou, de maneira significativa, entendimentos acerca de raça, gênero, classe, nacionalidade, idade, etnia, sexualidade e habilidade de modo a tornar suas premissas centrais e, de forma concomitante, obter apoio para seus objetivos políticos (Collins, 2022, p. 30).

A teoria eugenista de Francis Galton possui aspectos e mecanismos que tinham o intuito de reconhecer pessoas "adequadas" e prevenir a geração de indivíduos "inadequados". Tendo sido fundamentada em distorções da teoria da evolução de Charles Darwin, foi empregada para propagar conceitos racistas levando à esterilização compulsória e a limitações nos casamentos inter-raciais nos Estados Unidos.

Lilia Moritz Schwarcz analisou a influência do darwinismo social na construção da eugenia no Brasil. Os livros *O espetáculo das raças* (1993) e *Nem preto nem branco, muito pelo contrário* (2013) destacam a teoria racista no Brasil, que incentivava a busca pelo protagonismo entre raças, reforçando desigualdades raciais e sociais e expondo ideias racistas disfarçadas de ciência. Essas ideias foram defendidas pelo médico Raimundo Nina Rodrigues, que adaptou a teoria racial de Cesare Lombroso, o criador da teoria do "criminoso nato", à realidade brasileira, para legitimar ideias que sustentavam a exclusão de grupos étnicos não europeus da cidadania, justificando a proposta de reforma penal para impor penas mais rigorosas a mestiços e negros.

Durante o período de industrialização do Brasil, marcado pela transição do modelo agrícola nacional para a produção industrial, conhecido como Era Vargas (1930-1945), houve um grande esforço para alterar o perfil do trabalhador. O Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, proibiu a concessão de vistos para judeus, ciganos, negros e japoneses, impondo uma condição que foi justificada como uma forma de garantir a manutenção da ordem e a formação da brasilidade.

O Ministério das Relações Exteriores, por meio de circulares, estabeleceu normas de controle oficial no Brasil para restringir a entrada de imigrantes, levando em conta critérios étnicos e ideológicos. A preferência por europeus foi uma característica marcante dos governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e Eurico Gaspar Dutra (1946-1954), que mediarão ações racistas que barraram a entrada de imigrantes.

O governo estava realizando grandes investimentos em sistemas agrícolas, que demandavam trabalhadores mais qualificados. A ideia era seguir o avanço europeu, de modo que a vinda de imigrantes europeus, fundamentada em teorias eugenistas e políticas de exclusão institucionalizadas, abriria as portas do país para um sujeito com o biotipo ideal eugênico europeu, o que contribuiria para promover a miscigenação brasileira e a alteração do biotipo

nacional. “A eugenia utilizou, de maneira significativa, entendimentos acerca de raça, gênero, classe, nacionalidade, idade, etnia, sexualidade e habilidade de modo a tornar suas premissas centrais e, de forma concomitante, obter apoio para seus objetivos políticos” (Collins, 2022, p. 30).

No Brasil, a Sociedade Eugênica foi estabelecida em 1918, por personalidades notáveis como Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920), um médico pioneiro que, em 1912, ajudou a estabelecer a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Vital Brazil (1865-1950), um notável médico sanitarista, cientista, imunologista e investigador; Arthur Neiva Franco da Rocha (1880-1943), médico sanitarista e fundador dos alicerces da higiene no Brasil; e Monteiro Lobato (1882-1948), escritor, jornalista, tradutor e empresário, escritor conhecido pelo clássico *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, um dos cânones da literatura infantil no Brasil.

Nesse sentido, o uso da eugenia como discurso científico orientou e legitimou a violência extrema sancionada pelo Estado. Genocídios haviam sido cometidos em épocas anteriores, mas a ciência eugenista foi associada ao surgimento político do Estado-Nação moderno. O Estado moderno fez muito mais que apenas fechar os olhos para o desregramento de seus cidadãos (como os linchamentos) ou cometer assassinatos por meio da pena capital, sancionada pelo Estado. Nesse caso, o Estado foi um agente ativo na organização e na administração da violência em grande escala (Collins, 2022, p. 397).

Inicialmente, a eugenia era vista como uma ciência válida, mas atualmente é vista como uma pseudociência, por causa de suas consequências danosas, como a esterilização forçada e discriminatória, além de práticas extremas como a eutanásia e o controle da imigração, métodos que foram empregados nos programas eugenistas nazistas e resultaram no sacrifício de milhares de indivíduos, inclusive durante o Holocausto.

O século XIX foi caracterizado por mais um ato social discriminatório que desumanizou a população negra, a exploração de pessoas como objetos de exibição em várias áreas, incluindo instituições científicas, museus, feiras, teatros, circos e zoológicos, fomentando práticas excludentes que intensificaram a animalização do ser humano. “A animalização será um atributo inerente a uma incompletude humana que se manifesta mais na resposta dos instintos primordiais do que nas exigências de uma racionalidade condutora da ação” (Carneiro, 2023, p. 102).

A história da negritude é caracterizada pela desumanização do continente africano, com um impacto significativo na comunidade negra atual. A colonização global impulsionou a exploração africana e levou à dispersão de africanos ao redor do mundo, trazendo consequências violentas, que geraram e fundamentaram o tratamento do indivíduo negro como

um objeto. Carneiro (2020) descreve essa realidade apontando as circunstâncias históricas que levaram à coisificação da população africana.

Nesse contexto de desumanização, em que o indivíduo é visto pela sociedade como um objeto, Koutsoukos (2020) reafirma que a desigualdade racial foi desenvolvida durante os séculos imperialistas, com base na ideia da superioridade dos fortes sobre os fracos. A narrativa que conta a história de Saartjie Baartman, mulher negra que nasceu na África do Sul entre (1789-1790), recebeu grande admiração do povo khoikhoi, por simbolizar a beleza de sua etnia, mas, quando foi levada do continente para a Inglaterra, em 1810, pelo cientista Georges Cuvier, a mulher foi comparada a macacos por causa de sua aparência física, sendo exposta e explorada em apresentações que a ridicularizavam diante do público. Baartman ganhou fama como "Vênus Hotentote" e foi tratada como um objeto de curiosidade exótica e alvo de apresentações racistas por causa de suas nádegas salientes, uma característica genética chamada esteatopigia.

A exploração de Baartman demonstra a crueldade do tratamento dado às mulheres negras e sua perpetuação. Mesmo após a morte de Saartjie Baartman, a exploração do seu corpo negro persistiu, seus restos mortais permaneceram em um museu em Paris até 1974, retornando à África em 2002, por solicitação de Nelson Mandela, que destacou a trajetória de Baartman como a exploração do racismo colonial, revelando a mentalidade preconceituosa e prepotente dos cientistas, que teve impacto danoso na história mundial, reproduzindo questões racistas que ainda ressoam na sociedade.

No anúncio da apresentação de Sarah em Chester, Inglaterra (imagem 38), o texto informa que membros da família real britânica já haviam visitado a exibição em Londres e dado o seu aval para a curiosidade, autenticando o espetáculo. A imagem 39 foi encomendada por Hendrik Cesars ao artista Frederick Christian Lewis e publicada como propaganda da exibição, em 18 de setembro de 1810 (Koutsoukos, 2020, p. 71).

Existem alguns estudos que são referenciais na ciência médica e são usados como base de pesquisas científicas. Atualmente, se discute a persistência do racismo na saúde, exemplificado pela falta de anestesia nos procedimentos realizados em mulheres negras e indígenas no Brasil, uma condição que enfatiza as injustiças na saúde da população negra, mostrando a discriminação no sistema de saúde.

A série *Mulher negra e saúde*, produzida pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, destaca os impactos do racismo na saúde mental das mulheres negras no Brasil. Negras e indígenas enfrentam obstáculos no acesso à anestesia durante o parto,

consequência da discriminação racial que impacta diretamente a saúde desse grupo, atingido por práticas de violência obstétrica e elevadas taxas de mortalidade materna e infantil⁹.

Dados do artigo *A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil*⁹, da Fundação Oswaldo Cruz (Leal *et al.*, 2017), mostram que mulheres negras ou indígenas têm 50% a mais de chances de não receber anestesia durante o parto, em comparação com mulheres brancas. Os altos índices de discriminação e violência obstétrica refletem o contexto histórico em que médicos realizavam experimentos em "cobaias humanas", o que colaborou com o mito da resistência à dor das pessoas negras, que foi enraizado nas práticas desumanas do racismo.

O relatório da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Brasil, 2017) enfatiza as injustiças na saúde da população negra, mostrando que a população negra tem menos acesso à saúde se comparada à branca. As pessoas de cor preta (11,9%) e parda (11,4%) são destaque entre as que mais se sentiram discriminadas nos serviços do SUS. O estudo também apontou os impactos do racismo na saúde das mulheres negras, mostrando a alta incidência de ansiedade e depressão nesse grupo, em comparação às mulheres brancas, o que reforça que os efeitos do racismo estão relacionados à saúde física e psicológica dessas mulheres, bem como à falta de assistência, à violência e à raiz da miséria em muitas populações.

No dossiê *A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações* (2016), a Organização Mundial da Saúde define a violência de diversas maneiras: física, sexual, psicológica, além de maus-tratos e negligência. Trata-se, portanto, de um fenômeno complexo, com dimensões culturais, ideológicas e políticas, que afeta indivíduos e sociedades, enraizando-se em seus padrões de organização e relacionamento.

Em entrevista para a série *Mulher negra e saúde*, produzida pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, a especialista em psicologia e relações étnico-raciais, Laila Resende, afirmou que é preciso entender os impactos do racismo e as barreiras sociais impostas às mulheres negras. Como uma dessas barreiras, a falta do acesso a serviços de saúde colabora com o aumento de outros tipos de violências que afetam a vida dessas mulheres¹⁰.

⁹ Saúde das mulheres negras: enfrentamento ao racismo também se dá no acesso à assistência. O programa de rádio Saúde com Ciência debate sobre as consequências do racismo nos serviços de saúde e o impacto para a saúde física e psicológica das mulheres negras, Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/saude-das-mulheres-negras-enfrentamento-ao-racismo-tambem-se-da-no-acesso-a-assistencia/> Acesso em: 14 mai. 2024.

¹⁰ Saúde das mulheres negras: enfrentamento ao racismo também se dá no acesso à assistência. O programa de rádio Saúde com Ciência debate sobre as consequências do racismo nos serviços de saúde e o impacto para a saúde física e psicológica das mulheres negras Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/saude-das-mulheres-negras-enfrentamento-ao-racismo-tambem-se-da-no-acesso-a-assistencia/> Acesso em: 14 mai. 2024.

Assim, o racismo é visto como uma especialidade "científica" que perpetua a discriminação e a morte social da comunidade negra, utilizando dispositivos pseudocientíficos para sustentar a ideia de melhoramento genético com base na raça, enraizado na interação social ao longo do tempo.

Segundo Pinho (2022), a morte social é resultado da interação entre o mundo antinegro e a negritude, caracterizada pela falta de reconhecimento da identidade negra e pela emergência da antinegitude, uma expressão do antagonismo entre esses dois polos. A antinegitude nega a coexistência negra no mundo, manifestando-se nas múltiplas mortes das vidas negras, incluindo o argumento de Fanon em “Pele Negra, Máscaras Brancas” (2008), que mostra a condição de "coisificação" da pessoa negra, que implica a negação da autoconsciência reflexiva sobre as características que decorrem de um medo enraizado no inconsciente coletivo, alimentado e direcionado pelo ódio às pessoas negras.

Em seu artigo *Mulheres em movimento*", Carneiro (2003) apresenta uma reflexão relevante sobre a regulamentação da esterilização feminina no Brasil. Por muitos anos, as mulheres negras se opuseram à esterilização em larga escala no país, devido aos elevados índices já existentes entre as mulheres de baixa renda, a maioria delas negras.

O fenômeno da alta incidência de esterilização nas mulheres brasileiras, em especial em mulheres negras (pretas e pardas) e o fato de que a histerectomia (a cirurgia de retirada do útero), ao contrário da esterilização (ligadura de trompas), sempre ter sido paga pelo Sistema Único de Saúde (sus) faz com que não se saiba se as mulheres negras estão mais esterilizadas por retirada de útero ou por ligadura de trompas. De qualquer forma, temos as duas técnicas operando de maneira desproporcional sobre as mulheres negras, resultando num processo de controle populacional da população negra, ou seja, aplicação de tecnologia de biopoder (Carneiro, 2023, p. 76-77).

No governo de Sérgio Cabral, a batalha pela legalização do aborto no Rio de Janeiro foi deturpada pelo governador, que defendia a questão como uma estratégia para combater a violência, vendo as mulheres das favelas como "fábricas de marginais", o que contradiz toda a batalha do feminismo pelos direitos reprodutivos e converte o aborto numa política de eugenia.

O método de esterilização foi empregado como meio de controle social, justificado como uma questão de saúde pública, uma proposta política que pode ser vista como fruto da ideologia eugenista, que visava interromper o nascimento de indivíduos, considerando-os potenciais marginalizados e negando o direito das mulheres. “Com essa lógica relacional, os projetos eugenistas fornecem uma base lógica para a hierarquia social e suas consequências para a cidadania desigual. Tratar as pessoas de maneira diferente conduz a um resultado razoável, quando elas são inerentemente diferentes” (Collins, 2022, p. 401).

Carneiro (2007) também revelou a criação de um documento durante a administração de Paulo Maluf, que debateu a esterilização em larga escala de mulheres negras e pardas para enfrentar as alterações demográficas. O documento *O Censo de 1980 no Brasil e no Estado de São Paulo e suas curiosidades e preocupações* foi entregue aos outros grupos de apoio ao governo com o objetivo de discutir o crescimento da população negra e parda, que aumentou nas décadas de 1970 e 1980. Como a população branca controlava seu crescimento, a meta do estudo era manter o controle político sobre o eleitorado branco para eleger representantes brancos e dominar a política do Brasil, no entanto, esse movimento se viu ameaçado pelo aumento da população negra, que poderia interferir na hierarquia de poder (Carneiro, 2007).

De acordo com Foucault, o biopoder surge quando, no século XIX, ocorre a assunção da vida pelo poder e a consequente inclinação para a “estatização do biológico”.¹ Há uma diferença fundamental no modo pelo qual esse biopoder é exercido em comparação ao modo pelo qual se exercia, até então, o direito de soberania (Carneiro, 2023, p. 61).

Sueli Carneiro (2011) reflete sobre o conceito de biopoder, de Michel Foucault, que foi implementado pelo Estado durante o governo de Paulo Maluf. Esse conceito estabelece que o Estado tem direito de decidir sobre a vida e a morte, apresentando um aspecto do poder soberano dos Estados contemporâneos, que determinam quem vive e quem morre, sendo o racismo um componente importante nessa decisão.

Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde (Carneiro, 2003, p. 02).

A escritora Djamila Ribeiro (2017) argumenta que é crucial não desconsiderar os problemas do racismo institucional e adotar uma perspectiva interseccional para prevenir análises superficiais, dado que as repercussões dessa negligência são sérias. As pessoas negras precisam reivindicar seu direito à expressão e à vida, com o objetivo de alterar a narrativa predominante sobre a vida e os corpos negros, atribuindo novos significados às identidades e criando, assim, novas vozes e espaços para expressões e reivindicações.

Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, “mimimi” ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa

desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando poder (Ribeiro, 2017, p. 45).

Ribeiro (2017) faz referência às escritoras Grada Kilomba e Patricia Hill Collins para debater a marginalização enfrentada pelas mulheres negras, percebidas como “Outros” em relação à norma branca e masculina. O reconhecimento da perspectiva da mulher negra exige um processo de autoafirmação, elemento crucial para enfrentar a opressão imposta pela desumanização social da nossa condição de "outro" pelo poder do privilégio da branquitude.

Kilomba (2019) estudou a elaboração do "Outro" como uma estratégia da branquitude para criar um sujeito inferiorizado, o que foi denominado de "Outridade" e explica a formação da identidade negra pela ótica da branquitude. A autora reconhece esse processo como fruto de um sistema de discriminação racial que oprime os negros, excluindo-os e negando seu direito de existir, num sistema que é reforçado pela desvalorização e pela subordinação do outro, de modo que a desqualificação domina as relações de poder, subjugando o outro ao racismo.

O desenvolvimento de teorias sociais e dos conhecimentos voltados para a resistência busca enfrentar a opressão racial inerente ao racismo, evidenciando as diversas formas de desigualdade que silenciam as vozes de indivíduos negros e destacando a urgência por transformações estruturais. Kilomba (2019) analisa a resistência como um conjunto de reivindicações realizado por uma narrativa que foi deixada de lado pelos acadêmicos e hoje consiste em um reflexo das vozes da comunidade negra que, em virtude da falta de oportunidades para ser ouvida, em consequência do racismo institucional, foi marginalizada.

O ódio é um sentimento que expressa a rejeição da realidade e resulta na desumanização do indivíduo negro, que não é reconhecido nessa estrutura que articula a antinegitude, destacando a vulnerabilidade e a expropriação das culturas dos indivíduos negros na condição de morte social como uma forma de relação estrutural.

Essa desumanização é caracterizada pelo conflito estrutural que impede a coexistência entre a negritude e o mundo, provocando as diversas ocorrências consequentes do colonialismo, que transformou o negro em escravizado, em alguém sem identidade, sem descendência, sem estatutárias, sem familiares ou direitos civis, separado de relações sociais que definem o que é ser uma pessoa em sociedade. Sem essas conexões sociais a população negra ficou reduzida ao ser "ninguém".

Nesse cenário, a resistência surge, unindo os desafios do passado e a busca por reconhecimento e direitos. O racismo criou barreiras e gerou desigualdades, formadas ao longo dos séculos, de modo que é importante de reconhecer que o Brasil se formou sobre bases desumanas, alimentadas pela violência dos colonizadores, criando feridas que ainda afetam a

sociedade. Nesse cenário, as mulheres negras enfrentam uma combinação dolorosa de racismo e sexismo, perpetuados por um sistema opressivo ainda presente e impondo uma luta que é um grito coletivo pela revelação de histórias ignoradas pela narrativa oficial, numa busca contínua por liberdade.

O conhecimento prévio do contexto em que se inserem as intelectuais negras enriquece a jornada pela resistência, pois nos ajuda a compreender que elas surgem armadas com estratégias que, por meio da palavra escrita, revelam um universo repleto de significados. Como relata Kilomba (2019), a escrita vai além da simples manifestação de pensamentos, mas é uma política de resistência feroz contra a opressão. Trata-se de um clamor que se ergue contra o silêncio imposto por aqueles que desconhecem nossas experiências: "Não sou o objeto, mas sim o sujeito". A cada palavra, elas reivindicam o espaço que é seu por direito.

Com respeito à 'imagem da mulher' a relação entre a mulher e o silêncio pode ser assinalada pelas próprias mulheres; as diferenças de raça e de classe estão incluídas nessa acusação. A historiografia subalterna deve confrontar a impossibilidade de tais gestos. A restrita violência epistêmica do imperialismo nos dá uma alegoria imperfeita da violência geral que é a possibilidade de uma episteme (Spivak, 2010, p. 84-85).

Spivak (2010), em seu ensaio *Pode o subalterno falar?*, provoca uma reflexão incisiva sobre quem verdadeiramente detém o poder de falar por si mesmo, reconfigurando a hierarquia imposta pela colonialidade e desafiando a narrativa que não pertence mais aos que dominam, mas àqueles que ousam reivindicar sua voz genuína.

No prefácio da edição brasileira, Sandra Goulart Almeida destaca a obra como fundamental para a teoria crítica, ressaltando a necessidade de protocolos específicos na abordagem tanto do sujeito biografado quanto do texto produzido, um processo de escrita permeado por contradições que exigem um trabalho crítico.

Spivak (2010) revela a complexidade do papel do intelectual que se presume porta-voz do outro, perpetuando estruturas de poder que silenciam o subalterno e negam sua voz. Almeida reconhece sua própria cumplicidade nesse processo, transformando-a em uma motivação para examinar sua própria posição teórica. Spivak, por sua vez, fala sobre a "representação", examinando seus vários significados para investigar essas questões. "Spivak alerta, portanto, para o perigo de se constituir o outro e o subalterno apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro" (Almeida *apud* Spivak, 2010, p. 14).

A autora sublinha a importância da autorrepresentação feminina nos domínios intelectuais, desafiando a ideia de que a experiência europeia seja a única medida de

conhecimento. Ao contar a própria história, intelectuais negras realizam um gesto de subversão contra a hegemonia patriarcal e branca.

3.2 A consolidação da hegemonia eurocêntrica dificulta a coexistência de novas teorias acadêmicas

A abordagem científica da hegemonia branca como algo superior revelou as diversas lacunas nos referenciais acadêmicos epistemológicos, que se mantêm estáveis, dificultando a emergência de novas teorias. Os tradicionais cânones acadêmicos continuam a refletir um modelo universal, centrado no homem branco europeu, sem levar em conta a complexidade diversificada da comunidade acadêmica (Muzart, 1995).

Souza (2021) nos revela que os filhos das famílias de classe média são, de certo modo, os guardiões da tradição acadêmica. Desde os cinco anos, eles se dedicam intensamente aos estudos, num tempo que seus pais aproveitam para transmitir os legados acumulados ao longo das gerações. Nessa troca, valores intangíveis, sejam eles positivos ou negativos, se entrelaçam, especialmente no ambiente familiar e escolar, moldando o futuro desses jovens. Esse emaranhado de ensinamentos e influências perpetua o legado e os aportes teóricos da elite branca no campo acadêmico.

No seu estudo *A questão do cânone* (1995), a pesquisadora Zahidé Lupinacci Muzart afirma que as obras canônicas costumam ser percebidas como criações que enfatizam principalmente a visão do homem branco europeu, negligenciando aspectos como popularidade, humor, sátira e erotismo. Nesse sentido, a avaliação dos cânones está ligada a hegemonia ideológica, tendências, estilo de escrita, local, gênero, etnia e estrato social.

Dessa forma, a linguagem escrita por mulheres é menosprezada e acaba por calar as perspectivas inovadoras femininas. Com a predominância de modelos masculino, a presença de mulheres nas publicações torna-se escassa, o que tende a dificultar a capacidade criativa dessas mulheres, em geral.

Esses cânones são incorporados aos programas de estudo de diversas universidades, perpetuando um padrão de leitura que não se ajusta às mudanças sociais atuais, o que favorece que uma concepção limitada desconsidere formas de escrita não tradicionais, como as produções femininas.

O imaginário sobre os cânones literários brasileiros permite a perpetuação de literaturas que contribuem para manter a estrutura racista como referencial. Em 2020, o relançamento do

livro de Monteiro Lobato *A menina do narizinho arrebitado*, um clássico da literatura infantil no Brasil, levantou o questionamento sobre a edição pelo uso de termos racistas.

O livro, que completou mais de um século, é considerado um marco referencial da literatura infantil no país, apesar de o escritor reproduzir termos extremamente racistas para crianças, como: "macaca de carvão", "carne preta", "beijuda", "um frangalho de nada", colaborando com a formação do imaginário racista do público infantil.

A linguagem produzida pelo autor não pode ser tratada como licença poética, já que Monteiro Lobato declarou sua posição racista em cartas reveladas em 2010, que elogiavam a Ku Klux Klan, organização supremacista branca que assassinava negros Estados Unidos. Lobato também foi membro da Sociedade Eugênica de São Paulo e mantinha laços estreitos com líderes eugenistas brasileiros, que defendiam os estudos de aprimoramento genético das gerações futuras pelo branqueamento.

A discussão sobre a eliminação de termos racistas das obras do autor, em pleno século XXI, demonstra como a nossa nação ainda não compreendeu o que é o racismo estrutural. Mesmo após o longo período de escravização do povo negro, que durou mais de 300 anos, o óbvio ainda precisa ser discutido e, mesmo com leis que classificam os termos racistas como delituosos, ainda precisamos discutir sua perpetuação. A bisneta do autor, Cleo Monteiro Lobato, escolheu republicar a obra "clássica" sem as passagens racistas, promovendo uma versão mais "inclusiva" e "respeitosa"¹¹.

Em contrapartida, autores festejados como Monteiro Lobato permanecem referência para a educação infantil com sua Dona Benta, negra gorda na cozinha, chacota de crianças brancas, dentro e fora dos livros. Mas há algo maior, mais profundo, conforme nos aponta Edson Cardoso, que se revela no livro de Lobato *O presidente negro*, como metáfora literária da vontade de anulação física dos negros, ou seja, o biopoder (Carneiro, 2023, p. 320).

Precisamos fomentar debates sobre a revisão dos padrões acadêmicos. Não se trata de apagar o passado, mas de criar relações de coexistência em uma sociedade que não tolera mais violências perpetuadas pelos privilégios da branquitude. Jessé Souza (2021) defende que as discussões contemporâneas sobre racismo ainda se limitam a confirmar que o racismo existe, em vez de explorar e entender como ele se manifesta, tanto em estudos acadêmicos quanto nas nossas práticas diárias.

¹¹ Para compreender o debate, leia *Devemos editar os termos racistas nas obras de Monteiro Lobato?* Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/01/29/devemos-editar-os-termos-racistas-nas-obras-de-monteiro-lobato.htm>. Acesso em: 12 ago. 2024.

É fundamental criar abordagens de letramento racial como disciplina, para promover uma educação superior mais inclusiva no Brasil. A diversidade presente atualmente precisa refletir novas formas de conhecimento e reconhecer a complexidade das investigações acadêmicas. As produções contemporâneas regularmente não recebem a devida atenção, e as obras de mulheres negras enfrentam desafios adicionais devido ao racismo epistêmico e ao sexismo, tendo como consequência suas criações sendo negligenciadas e excluídas.

É necessário dar ênfase a estudos que foram marginalizados e valorizar autores que não têm o reconhecimento merecido, uma vez que a construção acadêmica exerce uma influência significativa, favorecendo a canonização de certos escritores e sua inserção em associações que perpetuam essa exclusão. “Isso tudo faz parte do cânone, das histórias do cânone... Poderíamos estudar a questão do cânone também no ensino da Universidade brasileira que é Mestra em perpetuar a mesmice: os mesmos, os mesmos escritores nos mesmos programas” (Muzart, 1995, p. 01).

Segundo Jessé Souza, a maioria dos acadêmicos no Brasil são pessoas brancas, o que faz das universidades um ambiente de privilégio e possibilita ver o racismo como um alicerce do sistema social brasileiro. Conforme descrito em seu livro *Como o racismo criou o Brasil* (2021), o autor destaca como a narrativa patriarcal e racista do ocidente é aceita e transfigura-se em um padrão global, restringindo a percepção social dos marginalizados. A branquitude tem acesso privilegiado às oportunidades educacionais e benefícios sociais, garantindo seu sucesso acadêmico e posição social.

Os obstáculos para reconstituir a história da intelectualidade negra no Brasil são complexos devido à falta de documentos materiais. No período colonial, as vivências negras foram silenciadas, levando à discriminação e à dificuldade de ligação aos ancestrais por causa do legado da escravidão, que foi literalmente apagado em 1891, pelo político e jurista brasileiro Rui Barbosa, que determinou a destruição dos documentos sobre o comércio de escravos, excluindo as evidências fiscais que poderiam ser usadas para reivindicar compensações dos antigos donos de escravos após a abolição em 1888.

À proporção que vierem as remessas dos livros e papéis da escravidão, pertencentes aos Estados da União, se irá procedendo à queima. A Confederação Abolicionista pretende comemorar este fato patriótico do sr. ministro da Fazenda, com uma solenidade que o perpetue na memória dos nossos vindouros (Lacombe; Américo; Jacobina, 1988, p. 120).

Na verdade, a ação do político impediu que pessoas negras pudessem acessar informações sobre a sua origem e a história de suas famílias, esse procedimento foi justificado

pelo político como uma maneira de "proteger" as gerações futuras de pessoas negras dos constrangimentos causados pelo sistema escravocrata, mas a decisão tomada pelo poder de homens brancos levou à eliminação da origem histórica da população negra.

O que começou com a promessa de reconstituir a história e reparar erros, acabou transformando-se em frustração, resultado da falta de um plano de integração que realmente contemplasse, de maneira ampla, a população negra. A ausência de políticas públicas eficazes manteve vivos os ciclos de discriminação e desigualdade. Nesse sentido, a conexão entre espaço e tempo evidencia a necessidade urgente de construir um novo sistema, que quebre as narrativas de exclusão perpetuadas ao longo da história.

Desde o nascimento, o acontecimento se inclui num sistema para o qual atrai o objeto que ele acabou de habitar. O acontecimento é a cristalização de um momento da totalidade em processo de totalização. Isso quer dizer que outros acontecimentos, levados pelo mesmo movimento, se inserem em outros objetos no mesmo momento. Em conjunto, esses acontecimentos reproduzem a totalidade; por isso são complementares e se explicam entre si. Cada evento é um fruto do Mundo e do Lugar ao mesmo tempo (Santos, 2001, p. 108).

Mesmo diante desse desafio, autoras como Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Ana Maria Gonçalves, entre outras, decidiram romper as barreiras impostas e realizar o resgate das conexões perdidas, valendo-se dos poucos registros para contar suas próprias histórias, a diáspora africana de seus ancestrais.

As escritoras e pesquisadoras negras destacaram a importância da recuperação da história para a compreensão dos problemas sociais enfrentados pela população negra e a utilização de relatos pessoais para analisar as desigualdades e desafios enfrentados por essa comunidade, especialmente as mulheres negras. Elas enfatizam que as narrativas escritas são essenciais para expressar suas convicções, uma vez que os documentos oficiais não foram mantidos como registros.

O acervo da escravidão nada pode dar de útil ao Brasil sob o ponto de vista histórico, pois só consta de misérias inenarráveis desses tempos de barbaria. Queimar esses arquivos é fazer obra de benemerência, de moralidade, de garantia às gerações futuras, sem afetar interesse algum legítimo e apenas estancando uma fonte de difamação histórica (Lacombe; Américo; Jacobina, 1988, p. 113).

Diante das dificuldades originadas pelo apagamento histórico, torna-se essencial investigar as diversas formas de discriminação que as mulheres negras enfrentam tanto na sociedade quanto no meio científico, além de considerar a perspectiva daquelas que lidam com esses desafios diariamente, a fim de compreender como as desigualdades e as discriminações

raciais impactam a comunidade negra no Brasil, refletindo sobre como a hierarquia racial favorece determinadas dinâmicas sociais.

Nesse contexto, é relevante destacar o desconforto que pode surgir nas instituições acadêmicas, quando nós, mulheres negras, introduzimos novos referenciais teóricos que são questionados por professores brancos e professoras brancas, que frequentemente se limitam a reproduzir teorias tradicionais. Embora os trabalhos de intelectuais negras sugiram uma possível conexão entre teorias universais e epistemes negras, o que pode enriquecer o diálogo científico é a troca, que muitas vezes pode ser desafiadora.

Se refletirmos um mínimo sobre a questão, não teremos dificuldade em perceber o que o sistema de ensino destila em termos de racismo: livros didáticos, atitudes dos professores em sala de aula e nos momentos de recreação apontam para um processo de lavagem cerebral de tal ordem que a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao ensino superior já não se reconhece mais como negra. E são exatamente essas “exceções” que, devidamente cooptadas, acabam por afirmar a inexistência do racismo e de suas práticas (Gonzalez, 2020, p. 32).

O racismo atualmente funciona por meio de dispositivos e concepções discriminatórias que passam pela experiência da dor negra, estruturando sistemas que resultam em impedimentos sociais, num processo de anti-negritude, em que corpos negros são ancorados em diversas formas de violências, sendo considerados como suportes “inertes” para as fantasias dos brancos, amparadas por um contrato racial implícito. Charles W. Mills (2023) considera essa espécie de contrato como uma forma por meio da qual a branquitude reajusta suas estratégias para manter seus privilégios, conservar legados racistas e reter sua supremacia, tornando a luta antirracista mais desafiadora.

Como estudante universitária, pude vivenciar algumas situações que me surpreenderam negativamente, como parte desta pesquisa preciso destacar uma delas para explicar por que escolhi o *corpus* deste estudo. Quando fazia graduação, passei pela primeira vivência real do epistemicídio, sendo o conceito, proposto pelo sociólogo português Boaventura Santos (2009), formado pela ideia de desvalorização ou eliminação de sistemas de conhecimento, especialmente aqueles relacionados a grupos minoritários ou marginalizados.

Em um estudo proposto por um professor branco sobre feminismo negro, um grande equívoco foi apresentado pelo professor sobre a trajetória acadêmica de Sueli Carneiro, uma das minhas maiores referências na luta pela emancipação de mulheres negras no país. Sueli Carneiro foi citada como uma intelectual formada no movimento negro e que, segundo as informações do professor, decidiu abandonar a educação formal para se dedicar exclusivamente ao ativismo, resultando em uma anulação completa de sua trajetória acadêmica. Esse

constrangimento me deixou sem fala e, mesmo diante da situação, ainda tentei argumentar, sem sucesso. “Os estudos apontam ainda para a persistência, entre o professorado, de um imaginário pessimista em relação à educabilidade dos negros. É como se a antiga construção do negro como incapaz para o conhecimento ainda ressoasse” (Carneiro, 2023, p.111).

Minha maior referência estava sendo reduzida pela falta de informação da branquitude. Jessé Souza (2021) explica que os brancos falam de um lugar que é definido pelo espaço que ocupam. Para eles, basta ocuparem um "lugar social", baseado em características como gênero e "raça", para acharem que sabem tudo. Já os negros falam do lugar da opressão que vivem, pois é parte da sua realidade. Nesse sentido, cada grupo social tem seu próprio lugar de fala.

O autor também explica que a confusão sobre o significado do racismo é global, não se restringe ao Brasil, de modo que, mesmo renomados intelectuais e instituições de ensino têm dificuldade em abordá-lo de forma adequada. Um curso na Universidade Sorbonne de Paris tratou do tema a partir do conceito de "privilégio branco", levando alunos brancos a refletirem sobre os privilégios invisíveis que possuem, entretanto, uma forma de compreender que o racismo existe não significa entender verdadeiramente suas lógicas sociais, consequências e propósitos.

Sueli Carneiro, autora do livro *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* (2011), tornou-se uma referência nos estudos sobre o feminismo negro. Sua obra *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser* (2023) analisa filosoficamente o racismo no Brasil, mostrando a relação entre raça, *apartheid* social e luta de classes, além de contestar a influência dessas circunstâncias na ascensão social da população negra.

Saber que o racismo existe não significa compreendê-lo, do mesmo modo que nomear um fenômeno não significa saber o que ele é, como funciona ou como afeta suas vítimas. Mas não é apenas a famosa universidade parisiense que imagina que está ensinando algo acerca do que realmente nada sabe. O tempo todo lidamos desse modo superficial com esse tema tão decisivo e importante que é o racismo (Souza, 2021, p. 16).

Sueli argumenta que a ideia de raça é resultado da discriminação e da exclusão que sustentam a supremacia branca sobre os negros, seu pensamento é reconhecido nos movimentos negros e na academia, e dialoga com intelectuais sobre as dinâmicas de poder do racismo. É importante que as vozes das mulheres negras sejam acompanhadas por ações estratégicas na academia, para dissociar argumentos de suas bases científicas.

Da negação do racismo e da discriminação racial. Da deslegitimação acadêmica de estudos e pesquisas que há décadas vêm demonstrando a magnitude das desigualdades

raciais e da negação do negro como sujeito social, demandador de políticas específicas, bem como de seu direito democrático de reivindicá-lo (Carneiro, 2018, p. 278).

Esse procedimento inclui a implementação de estratégias para aumentar a representação feminina negra no meio acadêmico, descolonizando narrativas e provocando alterações nos currículos disciplinares, fazendo de nossas pesquisas fontes de conhecimento crítico e socialmente relevante, com a legitimação adequada dos nossos argumentos, impedindo que os constantes questionamentos de nossas vozes.

A meta é valorizar a presença das mulheres negras tanto no meio acadêmico quanto nos movimentos sociais, incentivando a comunidade acadêmica a adotar transformações nos procedimentos relacionados à defesa da descolonização dos discursos acadêmicos universais, que impactam a sociedade, de modo que nossas vozes sejam protagonistas de transformações.

O Censo do Ensino Superior de 2016 realizou o levantamento dos dados que abrangem instituições públicas e privadas de ensino superior, via questionário distribuído aos professores pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O levantamento considerou apenas os declarantes de raça e constatou que, do número total dos professores que responderam ao questionário, 44% optaram por não informar sua raça ao Censo e, dos que responderam, 43% representam os professores da pós-graduação, que se identificaram como homens brancos.

A publicação dos dados pela reportagem *Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia*, do Portal Geledés, mostra que mulheres pretas com doutorado representam apenas 0,4% do corpo docente na pós-graduação em todo o Brasil. As mulheres negras e pardas não chegam a ocupar 3% desse espaço, enquanto os autodeclarados homens brancos formam o grupo com maior presença no corpo docente nas instituições de ensino superior, representando 24% e, em segundo lugar, está o grupo composto por 19% de mulheres brancas.

Apesar dos progressos na ciência e na tecnologia, as contribuições das intelectuais negras são restringidas pela predominância intelectual dos homens brancos nas instituições de ensino. Embora estejam presentes, as mulheres negras não têm a mesma visibilidade em seus estudos, perpetuando a tradição de referências acadêmicas majoritariamente brancas. Por isso, reforça-se a relevância do *corpus* composto por estudos intelectuais negras, trazidos nesta dissertação.

Assim como teorias epistemológicas e fatos produzidos por qualquer grupo de indivíduos representam os pontos de vista e os interesses de seus criadores, a própria

definição de quem tem legitimidade para realizar trabalho intelectual não só está sendo politicamente contestada como tem mudado. Recuperar tradições intelectuais feministas negras implica muito mais que desenvolver análises feministas negras com base em critérios epistemológicos convencionais. Implica também desafiar os próprios termos do discurso intelectual (Collins, 2019, p. 53).

Na área científica, as mulheres negras e indígenas são minoria, não recebendo as bolsas de pesquisa mais prestigiadas, o que reflete a situação das pesquisadoras que compõem essa minoria no Brasil. Ao atingirem determinados níveis na geração de conhecimento, são desvalorizadas por serem mulheres e pertencerem a grupos étnicos comumente marginalizados sob um paradigma eurocêntrico e patriarcal, o que destaca a interseccionalidade presente nas relações que envolvem raça e gênero, destacando violações legitimadas pela centralização das relações de poder da branquitude.

Ao levarmos em consideração que a ideologia é veiculada nos meios de comunicação — na escola, nas teorias e práticas pedagógicas —, vamos constatar o quê? Sabemos sempre que a escolha de um sistema de representação, de classificação, valoração e de significação nos remete sempre a uma cultura dominante. No caso da sociedade brasileira, apesar da contribuição extraordinária que o negro trouxe, vamos perceber que a cultura, a classe e a raça dominante impõem ao todo desta sociedade uma visão alienada de si (Gonzalez, 2020, p. 226).

A reportagem de Pâmela Dias, "Mulheres pretas e indígenas são minoria em bolsas de pesquisa valorizadas", publicada no jornal *O Globo* (2023), aborda um tema de grande relevância social e acadêmica, apresentando uma pesquisa realizada pelo movimento *Parent in Science* revelou que, dentre as 16.108 bolsas de produtividade (PQ) concedidas em julho de 2023, 64,4% foram atribuídas a homens e apenas 35,6% a mulheres. No nível 1A (o mais alto e voltado para pesquisadores com pelo menos oito anos de doutorado), das 1.192 bolsas disponíveis, apenas 27,2% são destinadas a mulheres.

É importante ressaltar que nenhuma dessas bolsas foi direcionada para mulheres autodeclaradas negras e indígenas, que ainda não alcançaram, nem de perto, o topo da carreira acadêmica. A participação feminina no recebimento das bolsas de produtividade manteve-se estável nos últimos 20 anos, e ainda é quase nula para mulheres negras, apesar do aumento de pessoas pardas nas instituições de pesquisa.

Helena Castro, uma pesquisadora negra de 55 anos, se sobressai na ciência do Brasil, com mais de 200 trabalhos publicados em microbiologia e biotecnologia, obtendo uma bolsa de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Helena foi a primeira doutora negra titular da Universidade Federal Fluminense, porém

precisou rebaixar sua categoria após alterar o foco de um estudo para continuar atuando como pesquisadora.

Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes (Carneiro, 2018, p. 198).

O racismo no meio acadêmico dificulta o destaque de cientistas negras, limitando o acesso às instituições de ensino superior e desvalorizando seu conhecimento. Rosy Mary dos Santos Isaias, a primeira pesquisadora negra a atingir o maior grau no CNPq, é professora de botânica na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nascida na Baixada Fluminense, enfrentou desafios para alcançar reconhecimento em sua área e, mesmo realizando pesquisas notáveis, ainda enfrenta dificuldades no meio científico.

Rosy simboliza a batalha da comunidade negra pelo progresso na área científica e pela mudança de seus processos em relação à população, mostrando a relevância dos intelectuais negras como impulsionadoras do debate sobre a diversidade na ciência. Os raros e quase inéditos casos de superação, como o da pesquisadora Rosy, não podem ser atribuídos à meritocracia, um argumento constantemente utilizado no campo social para justificar as desigualdades acentuadas na luta por igualdade na educação. Não podemos ignorar o passado em que negros eram privados de educação.

É fundamental validar as vozes das mulheres negras na criação de um padrão acadêmico de conhecimento e sua participação na luta contra os paradigmas sociais impostos por várias injustiças, que resultam em diversas formas de opressão, provocando, como citado por Collins (2019), a privação sistemática e a distribuição desigual de recursos da sociedade, sobrepondo um grupo sobre outro.

Reiteradamente, questionam-se as abordagens epistemológicas tradicionais, uma vez que a universalização reflete a predominância do poder e não considera a capacidade de resistência das estruturas acadêmicas que refletem as consequências dessas imposições no fazer ciência e no exercício profissional.

Fazer essas perguntas é importante porque o centro ao qual me refiro aqui, isto é, o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “Outras/os” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco. Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro (Kilomba, 2019, p. 50).

O trabalho das mulheres negras se destaca pela profundidade comunicativa. Ao conquistarmos espaços para a escrita como um meio de emancipação, ressaltamos a importância de situar nossas trajetórias sociais num contexto que considere aspectos políticos ligados ao poder estrutural e suas repercussões, estabelecendo uma visão que transforma a essência de nossas pesquisas.

E nos lugares em que as palavras das mulheres clamam para ser ouvidas, cada uma de nós devemos reconhecer a nossa responsabilidade de buscar essas palavras, de lê-las, de compartilhá-las e de analisar a pertinência delas na nossa vida. Que não nos escondamos por detrás das farsas de separação que nos foram impostas e que frequentemente aceitamos como se fossem invenção nossa (Lorde, 2019, p. 53).

Trata-se de um processo de construção do saber que nos coloca como protagonistas nos estudos, em vez de meras participantes passivas, enquanto enfrentamos diversos obstáculos para ampliar o alcance de nossos conhecimentos e contribuir para o enriquecimento da produção acadêmica. Uma forma de fortalecer esse cenário seria promover debates interdisciplinares que abordam questões de identidade e patrocinam a exploração de novas propostas de investigação. Este será o foco do próximo capítulo, em que serão apontados modos como a escrita das intelectuais negras do *corpus* deste estudo, Sueli Carneiro e Grada Kilomba, expressam de outra episteme, a partir do ponto de vista de suas trajetórias individuais e coletivas como mulheres negras, articulando suas vivências com a construção do pensamento intelectual e o questionamento da epistemologia hegemônica, propondo novos modos de pensar suas áreas de conhecimento (filosofia e psicologia). Por meio da escrita de si, elas conjugam, de modo indissociável, narrativas da experiência, argumentação e elaboração teórica.

A produção científica de mulheres negras, corroborada pela ótica foucaultiana da escrita, demonstra a ligação entre a escrita, o conhecimento e a comunicação, pois, a partir de narrativas individuais e coletivas, cria-se um conhecimento inédito, desafiando a epistemologia dominante e oferecendo perspectivas inéditas para as referidas áreas de atuação. Essa inovação é resultado da ligação entre as práticas de vida e a comunicação intelectual presente nas produções escritas dessas autoras.

4 A ESCRITA DE MULHERES NEGRAS E A SUA LIGAÇÃO COM OS CONCEITOS DA ESCRITA DE SI DE MICHEL FOUCAULT: A INTERSECÇÃO ENTRE ESCRITA E CONHECIMENTO NA COMUNICAÇÃO

4.1 A "escrita de si" como ferramenta de autoexpressão

Michel Foucault (1926-1984) desenvolveu o conceito de "escrita de si", publicado em fevereiro de 1983, como um processo de conhecimento que aprimora, documenta e organiza o pensamento. Analisando textos da Grécia Antiga sobre conduta humana, em que se destaca a importância do contexto histórico da escrita, o pensador utilizou como exemplos as obras fundamentais da antiguidade. *A vita Antonii*, de Santo Atanásio; *Diálogos*, de Epicteto; e *Cartas a Lucílio*, de Sêneca, revelaram o papel da escrita na vida ascética, a "escrita espiritual", configurando-se como um meio de expressão do pensamento interior e como instrumento de proteção, contribuindo para a purificação mental e a superação (Bastos, 2017). “Consideremos e escrevamos, cada um, as ações e os movimentos de nossa alma, como para nos fazer mutuamente conhecê-los, e estejamos certos de que, por vergonha de sermos conhecidos, deixaremos de pecar, e nada teremos de perverso no coração” (Foucault, 1992, p. 144).

Para Foucault, a escrita se sobressai como ferramenta empregada pelo cuidado de si como fundamento da razão prática, para desenvolvimento do autoconhecimento e da racionalidade em relação à existência, resultando de uma "exposição de si" ao outro. Essa exposição, por sua vez, convida à reflexão sobre os autorrelatos ao longo da história da cultura ocidental (Santos, 2012).

A escrita resiste a imposições externas, reivindicando a autonomia do autor em relação a discursos dominantes, num ato íntimo e político, que expressa liberdade individual e contesta narrativas tradicionais. Nesse sentido, representa um poder que transforma a percepção de si e as relações com o mundo. Uma análise histórica da escrita convida à reflexão sobre a condição humana em um contexto moldado por palavras e subjetividade, que se desenvolve como um método para potencializar, registrar e estruturar o pensamento por meio da autorreflexão.

De acordo com Bastos (2017), Michel Foucault, a prática da escrita de si vai além de simplesmente narrar pensamentos, trata-se de um exercício de autorreflexão, um processo que permite revelar e aprimorar as habilidades pessoais, facilitando a exposição do sujeito e sua interação com o outro. Nesse sentido, configura-se como uma forma de escrever e captar modos de ser, incorporando relatos e sentimentos.

A escrita como exercício pessoal feito por si e para si é uma arte da verdade díspar; ou,

mais precisamente, uma maneira racional de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam seu uso (Foucault, 1992, p. 05).

Escrever sobre si torna-se um processo de autoconhecimento que inclui expressar emoções e ponderar vivências, o que não é uma mera transcrição de pensamentos, mas uma imersão em experiências, possibilitando um estudo aprofundado das próprias emoções. Ademais, favorece uma disciplina na escrita, na documentação de ideias e ações, o que é essencial para o autoconhecimento e a externalização dos pensamentos, pois estimula uma reflexão pessoal e coletiva, permitindo às escritoras questionar suas ideias e ações. “A voz que busco hoje, portanto, é tanto individual quanto coletiva, é pessoal e política, e reflete a intersecção de minha biografia única com o significado mais amplo do momento histórico em que vivo” (Collins, 2019, p. 19).

A escrita, assim como o rosto, revela a individualidade, representando uma prática reflexiva que transforma a vivência em resistência às normas sociais, redefinindo representações sociais a partir de experiências individuais e interações. Como afirma Foucault (1992, p. 8), "escrever é mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o próprio rosto junto ao outro".

Escrever provoca reflexões, experiências, afetos e modos de resistência, construindo uma forma singular de relacionamento com o mundo e com o outro. Distanciando-se dos modelos tradicionais, a "escrita de si" apresenta-se como uma abordagem analítica transversal, por meio da qual autores expressam suas subjetividades e questionam as representações sociais.

É a própria alma que há que constituir naquilo que se escreve; todavia, tal como um homem traz no rosto a semelhança natural com os seus antepassados, assim é bom que se possa aperceber naquilo que escreve a filiação dos pensamentos que ficaram gravados na sua alma (Foucault, 2004, p. 06).

Para Foucault (2004), pensar sobre a “escrita de si” é promover uma reflexão que se desdobra em uma análise profunda do papel da escrita na cultura filosófica do eu, iluminando sua conexão com as dinâmicas do pensamento e sua função como um testemunho da verdade. Os diversos fios do raciocínio, a prática da escrita e as vivências cotidianas se integram de maneira emaranhada, formando um ciclo contínuo, no qual as anotações se convertem em mapas que nos guiam em direções inesperadas da escrita da compreensão (Ragusa; Oliva, 2020).

Foucault (2020) defende que, ao documentar pensamentos e emoções tanto para si mesmo quanto para os outros, por meio da escrita, manifesta-se uma força relevante e indiscutível, abrangendo períodos de introspecção, reflexões, análises profundas da

consciência, momentos de silêncio e escuta atenta ao outro. Assim, moldar uma narrativa pessoal transcende a simples escrita em diários ou reflexões, reside na essência que esses registros nutrem e cultivam em nós.

4.2 Para mulheres negras, a escrita de si é um ato de emancipação e resistência

Essa passagem de objeto a sujeito é o que marca a escrita como um ato político. Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais, tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada (Kilomba, 2019, p. 28).

Para mulheres negras intelectuais, a escrita é um ato de emancipação fundamental para a afirmação de sua autoria e de seu lugar como detentoras do conhecimento, o que pode ser compreendido a partir da relação de oposição entre sujeito e objeto, em que o sujeito define sua realidade e identidade, enquanto o objeto aceita o que lhe é imposto, o que determina a importância da escrita.

O ato de escrever se transforma em uma ferramenta de resistência contra discriminações, especialmente o racismo, com processos interligados que não podem ser dissociados. A criação de identidades exige resistência, e a escrita se posiciona como um ato político e descolonizador, que valida a autoria ao dar nome e voz a realidades historicamente marginalizadas. Assim, enquanto combate o racismo, a escrita reinventa o ser e manifesta resistência, definindo-se como ato que legitima e expressa narrativas frequentemente silenciadas ou distorcidas.

A escrita de mulheres negras tece narrativas de experiência que promovem a emancipação do pensamento, marcadas pela forte conexão com a subjetividade. Conforme a definição de Foucault (1992), a escrita é um ato de empoderamento, revelando a profunda conexão do sujeito consigo mesmo, numa perspectiva que é evidenciada na escrita de mulheres negras, que a utilizam como ferramenta de expressão e autorreflexão.

Assim como teorias, epistemológicas e fatos produzidos por qualquer grupo de indivíduos representam os pontos de vista e os interesses de seus criadores, a própria definição de quem tem legitimidade para realizar trabalho intelectual não só está sendo politicamente contestada como tem mudado. Recuperar tradições intelectuais feministas negras implica muito mais que desenvolver análises feministas negras com base em critérios epistemológicos convencionais. Implica também desafiar os próprios termos do discurso intelectual (Collins, 2019, p. 53).

A produção científica de intelectuais negras surge como um ato de resistência contra o racismo epistêmico, demonstrando a força indomável que reside em suas vozes. Armadas com a palavra, elas desafiam e expõem as múltiplas facetas da discriminação e, ao se expressarem, não só reivindicam seu lugar, mas também alertam para a luta contra o apagamento histórico e a morte social, numa batalha que se manifesta na intersecção entre as estruturas opressoras e a afirmação da negritude.

Autoras negras compartilham suas próprias histórias e, ao mesmo tempo, entrelaçam narrativas das suas comunidades, criando identidades que abraçam novas ideias e horizontes, enquanto reconfiguram suas relações com a sociedade. Dessa maneira, elas estabelecem o que Foucault (1992) descreveu como uma forma de documentação e articulação do pensamento, enfatizando a importância da conexão profunda com o eu. Nesse sentido, o filósofo ressalta que “escrever é, portanto, ‘mostrar-se’, expor-se”.

Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. O poema ilustra o ato da escrita como um ato de tornar-se e, enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminedou (Kilomba, 2019, p. 28).

Para autoras negras, a escrita de si é uma ferramenta importante para fortalecer a memória e a identidade política coletiva, o que colabora com o desenvolvimento do pensamento crítico e com a educação, desempenhando um papel fundamental para que, na prática, seja possível alinhar a percepção do eu e do outro, enfrentando as ações diárias e as regras sociais impostas pelo poder.

Quando escritoras recorrem a uma escrita que se expressa na primeira pessoa, com o objetivo de fomentar a autoconsciência, reforçam sua atuação como autoras, numa perspectiva que desafia os modelos teóricos tradicionais, fundamentados na perspectiva europeia, ao tratar diretamente as causas históricas do desprezo às catedráticas negras. Do mesmo modo, mostram as suas lutas contra a desvalorização constante de suas contribuições, portanto, esse método de escrita potencializa a voz e o reconhecimento das pesquisadoras negras, questionando a situação atual.

Quais de meus argumentos ecoam suas preocupações? Quais não as ecoam? E, o que é ainda mais importante, por quê? Para que possamos ter diálogos bem fundamentados com os outros, é preciso que cada um de nós aprenda a escrever sua própria história, em vez de procurar um livro único que conte todas as nossas histórias (Collins, 2019, p. 16).

Concentrar diferentes perspectivas, mantendo um diálogo com acadêmicos e movimentos negros, propõe uma colaboração que gera uma narrativa que investiga a singularidade, além de promover uma visão coletiva, o "nós", que se solidifica na prática da autocompreensão e da crítica reflexiva. Fica estabelecido um princípio que, embora tenha raízes em vários contextos, se revela no âmbito do conhecimento, por meio de manifestos e convocações que visam converter a prática em saber.

Meus escritos podem ser incorporados de emoção e de subjetividade, pois, contrariando o academicismo tradicional, as/os intelectuais negras/os se nomeiam, bem como seus locais de fala e de escrita, criando um novo discurso com uma nova linguagem. Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não com palavras que descrevam a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes (Kilomba, 2019 p. 58).

O lugar tem uma esfera política que sustenta dinâmicas de poder e violência, onde as palavras formam identidades e mostram que há uma diferença entre opor-se à "outridade" e criar um novo espaço de "oposição". A superação da colonialidade exige mais do que a simples negação do espaço, é preciso uma conscientização coletiva que se oponha ao discurso hegemônico do intelectual branco, transformando o espaço vazio, resultante dessa negação, em um palco de resistência e ação.

Para desconstruir as hierarquias que ainda persistem e reinventar a imagem da mulher negra intelectual nos dias de hoje, a formação dessas mulheres se torna um projeto emancipatório, que abrange os diversos saberes em contextos de vulnerabilidade. Acessar as obras de autoras negras é, portanto, um passo essencial, pois suas narrativas complexas apresentam um compilado de reivindicações, reflexões e denúncias que confrontam a dura realidade da marginalização. Ao escrever sobre sua comunidade, as intelectuais negras também escrevem sua própria história, reafirmando sua presença e importância na sociedade.

A autodefinição é a chave do empoderamento dos indivíduos e dos grupos, de modo que ceder esse poder a outros grupos (não importa quão bem-intencionados sejam nem quanto apoiem as mulheres negras) reproduz em essência as hierarquias de poder existentes (Collins, 2019, p. 91).

Cada escrito ultrapassa a simples narrativa, convidando a sociedade a desenvolver uma compreensão mais reflexiva e solidária sobre as batalhas presentes em suas vivências. O saber que eleva as vozes femininas se transforma em histórias construídas em um contexto de poder, resistência, afirmação e contestação.

Com uma diversidade de abordagens, elas desmantelam narrativas dominantes e fomentam perspectivas inclusivas, convocam o público a agir contra preconceitos e desafiam as histórias convencionais, utilizando mensagens de grande impacto, que traduzem suas vivências e seu olhar sobre a sociedade (Santos, 2018).

A escrita de si se torna uma forma de produzir reflexões profundas quanto às experiências, transformando emoções em resistência contra as normas convencionais. O ato de escrever redefine as representações sociais, levando em consideração a vivência das autoras e suas interações com o mundo e com as outras pessoas.

Quando comecei este livro, tive de superar minha relutância a transpor minhas ideias para o papel. “Como eu, uma única pessoa, posso falar por um grupo tão grande e complexo quanto as mulheres afro-americanas?”, perguntei a mim mesma. A resposta é que não posso nem devo, porque cada uma de nós deve aprender a falar por si mesma. Ao longo da escrita, passei a ver meu trabalho como parte de um processo maior, como uma voz em um diálogo entre pessoas que foram silenciadas (Collins, 2019, p. 23).

Nenhuma estratégia é tão eficaz quanto a ousadia de revelar verdades ocultas. O ato de revelar permeia as obras das escritoras negras, que se empenham em consolidar nossa memória e identidade política. Nesse contexto, a educação que elas promovem por meio da conscientização racial surge como um componente importante para o progresso social, estabelecendo um ambiente favorável ao aprendizado, e a escrita se torna um instrumento fundamental nesse processo. “No caso do relato epistolar de si mesmo, trata-se de fazer coincidir o olhar do outro e aquele que se lança sobre si mesmo ao comparar suas ações cotidianas com as regras de uma técnica de vida” (Foucault, 2004, p. 10).

Esse diálogo provoca uma reflexão sobre a liberdade e a identidade das mulheres negras por meio da "escrita de si". Com base em uma análise inspirada em Foucault, que considera a escrita como um meio de autoconhecimento, e fundamentada nas obras de pensadoras negras como Grada Kilomba e Sueli Carneiro, esse conceito possibilita a descrição das narrativas dessas mulheres. Normalmente, a imposição de narrativas “externas” hegemônicas gera desafios significativos, pois silencia as vozes das mulheres negras. Entretanto, a escrita dessas mulheres estabelece uma definição que redefine suas histórias, transformando-se em um ato de resistência e mudança dessa dinâmica de poder.

Ao contrário da proposta de Michel Foucault, que busca a conciliação entre a perspectiva do "outro" e a própria, a perspectiva de escritoras negras, conforme Patricia Hill Collins ressalta, é uma reivindicação da sua própria visão, desafiando a hegemonia imposta. Assim, a escrita de si se estabelece como um exercício de poder e resistência, reafirmando sua

identidade diante das narrativas opressoras. Nesse processo, as mulheres negras transcendem a condição de meros objetos de descrição na análise das relações de poder, e confluem suas linguagens e identidades para alcançar um protagonismo fundamental, sua autonomia.

Embora existisse uma tradição de escrita de mulheres negras, ela estava disponível sobretudo para as mulheres com educação formal. Sem acesso à instrução que lhes possibilitaria ler livros, e sem tempo para isso, as mulheres negras da classe trabalhadora lutavam para conquistar uma voz pública (Collins, 2019, p. 217).

Escritoras negras, em meio às estruturas de herança colonial ainda presentes em nossa sociedade, resistem por meio da construção e da reparação coletiva, erguendo uma forma de resistência que se manifesta na busca por inserção em sistemas opressores, mediante um pensamento que une o sujeito marginalizado à sua comunidade. Em suas narrativas, estabelecem uma rica confluência, enriquecendo nossa experiência e permitindo a genuína celebração do que é considerado pelo sistema formal como diversidade e que, para nós, mulheres negras, é simplesmente nossa forma de existir.

Essa nova forma de narrar está enraizada na ancestralidade e no compartilhamento, sendo capaz de manifestar a força de comunidades marginalizadas, que mantêm a valorização da oralidade e das narrativas que transcendem o individual. Para Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo (2023), lavrador, poeta, escritor, professor e ativista político, essa "confluência" representa o poder da partilha.

A interação respeitosa e de reconhecimento mútuo entre escritores negros e suas comunidades amplifica vozes historicamente silenciadas nos meios intelectuais. Essa troca promove um saber mais diverso e representativo, construindo narrativas originárias de espaços marginalizados e fortalecendo vozes subalternizadas. “De espírito aberto, te convido a esse diálogo, confiante de que é possível conquistar corações e mentes, mesmo entre os que, como tu, rejeitam o som de vozes subalternas, para construir outros cenários e roteiros que representem a emancipação para todos” (Carneiro, 2023, p. 12).

A interação entre autor e leitor transforma aquele que lê em um parceiro da escrita, estabelecendo um diálogo que, ao discutir questões sensíveis relacionadas ao racismo cotidiano, revela um universo decifrado pelo leitor por meio de suas próprias vivências e pontos de vista. Nesse diálogo, as autoras constroem uma troca que ocorre por meio das diversas formas de comunicação ao longo da obra, formando uma identidade que une autor e leitor e expande seus mundos individuais.

Essa conexão é favorecida pela empatia, aproximando o leitor da narrativa e dos próprios autores, além de favorecer a participação ativa do leitor, elemento fundamental para o sucesso da obra. Embora a obra explore conceitos antirracistas, seu objetivo vai além de uma simples exposição de ideias, ela motiva o leitor a não apenas assimilar a história, mas aproveitá-la para criar uma experiência significativa e estimular a reflexão crítica.

Outra providência necessária é dizer que, provisoriamente, assumo a definição que me ofertastes, demarcando-lhe o sentido exato que ela tem para mim, uma abertura, para que possas também reabilitar a tua onticidade, como premissa inicial de um diálogo entre iguais que, se bem-sucedido, nos alçará, ambos, à realização e contemplação celebratória de nosso ser-aí (Carneiro, 2023, p. 11).

A relação entre autor e leitor é recíproca, pois fica estabelecido um diálogo intencional, que busca a emancipação de ideias que escapam ao julgamento dominante, uma relação que se constrói por meio da confluência de identificação mútua.

Essa confluência, segundo Bispo, fomenta diálogos respeitosos e impulsiona a luta por justiça social, ao abordar questões de identidade e pertencimento, promovendo um intercâmbio interdisciplinar, que une saberes e ativismo. Assim, prepara um campo propício para o debate crítico de questões sociais e políticas, reescrevendo a história a partir da perspectiva da intelectualidade negra.

Bispo destaca, ainda, a importância dos conhecimentos ancestrais, dialogando com comunidades indígenas e propondo uma reflexão analítica que desafia a norma de poder colonial para desconstruir sistemas opressores. Nesse contexto, o pleno viver ocorre como uma potente forma de resistência e afirmação cultural, que transcende o conhecimento ancestral oral de sua comunidade e ganham novas designações quando apropriadas como conceitos acadêmicos. “A partir daí, seguimos na prática das denominações dos modos e das falas, para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las” (Bispo, 2023, p. 08).

A valorização das vozes negras na luta contra o racismo é essencial, uma vez que as experiências de discriminação expõem as deficiências da academia para tratar dessas questões. Dessa maneira, a presente análise busca destacar a valiosa contribuição das autoras negras na promoção do conhecimento, que vai além de trazer novas perspectivas.

Suas narrativas são fundamentais para criticar a relação entre o saber e as lutas por emancipação. Ao ler atentamente essas escritoras, torna-se vital o reconhecimento de suas vozes e o papel que desempenham na conscientização social entre grupos antirracistas, conectando suas experiências com as comunidades.

Essa deveria ser a preocupação primordial da descolonização do conhecimento acadêmico, isto é, 'lançar uma chance de produção de conhecimento emancipatório alternativo', como Irmgard Staeuble (2007, p. 90) argumenta, a fim de transformar 'as configurações do conhecimento e do poder em prol da abertura de novos espaços para a teorização e para a prática'. Como escritoras/es e acadêmicas/os negras/os, estamos transformando configurações de conhecimento e poder à medida que nos movemos entre limites opressivos, entre a margem e o centro. Essa transformação é refletida em nossos discursos (Kilomba, 2019 p. 58-59).

Collins (2019) destaca a falta de representatividade, assim como a carência de espaço e visibilidade, de intelectuais negros na academia, descrevendo um "vácuo" e refletindo sobre a existência de um espaço que é, ao mesmo tempo, visível e invisível, onde os corpos das mulheres negras já foram marcados pela colonização.

Em resposta à ausência mencionada e ao prolongado silêncio das mulheres negras, que finalmente foi rompido, a autora revela que a motivação para a escrita de seu livro foi bastante simples: ela queria que sua mãe o lesse. Contudo, sua mãe faleceu antes que a primeira edição fosse publicada, e a autora sentia que sua escrita poderia ter proporcionado algum consolo à sua vida.

Essa intenção se relaciona com a diversidade que se manifesta na produção intelectual de mulheres negras em várias áreas, englobando desde a maternidade e tarefas domésticas até o meio acadêmico, as artes e a militância, independentemente das funções ou atividades de seu público. O diálogo possibilita a escuta de diferentes territórios.

A autora defende que, por meio da escrita, o diálogo confluyente entre os pares convoca as mulheres negras a compartilhar seus conhecimentos para além de suas comunidades, estabelecendo uma comunicação fundamentada na responsabilidade ética, o que permite disseminar saberes em diferentes contextos, promovendo a diversidade de pontos de vista e estimulando a colaboração e o intercâmbio de experiências entre todos os leitores.

No entanto, conforme eu ia escrevendo, ia também falando com ela, por ela e para além dela, honrando sua memória conforme criava um futuro para mim e para as mulheres e meninas negras, um futuro com o qual ela não teria ousado sonhar para si própria. Pela memória da minha mãe, busquei contar as verdades da vida das mulheres afro-americanas, esperando que minha narrativa ecoasse as questões, as lutas, os compromissos e a imensa criatividade das mulheres negras. Hoje percebo que escrever *Pensamento feminista negro* foi uma forma de ativismo intelectual, uma forma de trabalho criterioso, alicerçado em princípios, visando colocar o poder de nossas ideias a serviço da justiça social (Collins, 2019, p. 13).

A escritora angolana Djaimilia Pereira de Almeida, autora do livro *O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo: ensaios* (2023), expressa gratidão por alcançar um destino no passado inimaginável para mulheres negras, uma conquista, que, porém, gerou uma

reflexão intrigante: quem se interessaria por seu pensamento, por sua visão e pelas emoções de uma mulher negra?

Motivada por essa questão, Almeida (2023) se comprometeu a analisar as condições vivenciadas por gerações anteriores, desconstruindo narrativas de submissão e encorajando outras mulheres a explorarem a consciência de sua própria história.

Pode-se muito bem definir como crime contra a humanidade o apagamento da interioridade negra por meio da opressão colonial e a maneira como ele se perpetua na desconsideração pela experiência diaspórica. Tribunal algum vai acolher o pedido dessa restituição. A interioridade negra foi tomada de nós. Mas sua restituição é tarefa nossa (Almeida, 2023, p. 61).

No contexto lusófono, essa ausência reflete uma persistente ignorância sobre a violência institucional e a inadequação de muitas reflexões sobre a diáspora. Djaimila escreve sobre a sugestão de um leitor em Lisboa sobre o rótulo "escritora negra", pois acreditava que ela podia limitar sua obra, o que ilustra uma problemática que mostra como o imaginário sobre escritoras não acolhe a escrita de mulheres negras.

No entanto, a escritora acredita em uma estratégia de restituição que reside na comunicação da expressão artística, que apenas as artes, a literatura e as humanidades podem reconstruir a interioridade negra e restituir a riqueza da experiência diaspórica, o que seria a missão fundamental de muitos artistas negros luso-afro-brasileiros.

Ser uma escritora negra do meu idioma, hoje, estar aqui e em lugares como este, falando para vocês, é me encontrar em uma posição de privilégio em comparação com gerações de escritoras da minha cor, do meu idioma, que nunca se encontraram em posição semelhante. Por um lado, sim, estou aqui, falando para vocês, e posso apenas falar por mim e a partir da minha visão de mundo. Mas, por outro lado, enquanto estiver aqui, diante de vocês, trago comigo a responsabilidade desse privilégio que assim foi dado a mim e negado a tantas. Não posso falar por elas. Mas, ao falar para vocês, falo com a consciência dessa responsabilidade (Almeida, 2023, p. 68-69).

Djaimila reivindica a urgente restituição da interioridade negra, ausente em representações autênticas da experiência negra. Seu trabalho busca valorizar a beleza complexa do sujeito, fomentando um profundo sentimento de compartilhamento da inteligência sensível, que transcende o apagamento imposto. A oposição a essa representação superficial, cruelmente imposta pela opressão colonial, ainda presente na escrita de língua portuguesa, que silencia vozes diaspóricas, causando uma perda irreparável para toda a nossa comunidade.

A restituição a que a autora se refere representa um bem intangível, insubstituível por medidas meramente formais, já que a ausência de reconhecimento e valorização da sua

ancestralidade interiorizada é apagada por alguns cânones literários, configurando-se como uma perda dolorosa da representação da ancestralidade de toda a população negra.

Nesse sentido, é preciso destacar o impacto da construção do “ser”, de Sueli Carneiro (2023), que nos instiga a repensar nossa visão sobre ser o “outro”, o não universal, apresentando uma interpretação que ultrapassa a simples ruptura, mas se torna essencial para estabelecer uma nova paridade, onde o conceito de “não ser” se torna fundamental para moldar o “ser”, que se manifesta com força, repleto de significados e possibilidades.

A escrita é posicionada a partir de relações de territorialidade, comunica por meio de terminologias linguísticas que perpetuam a ideia de uma normalidade e valida apenas certas expressões da condição humana como "verdadeiras", tendo em vista o lugar que elas ocupam na escala estabelecida nos territórios de poder.

O trabalho de intelectuais é caracterizado pela maneira como se dirigem a um "tu" que abrange não só outras mulheres negras, mas também o sujeito dominante do conhecimento. Nesse contexto, a linguagem escrita torna-se um elemento importante na perpetuação e na transformação do pensamento contemporâneo.

A relevância desse grupo reside no fato de que a perspectiva das mulheres negras sobre o conhecimento representa uma via de emancipação que traz benefícios não apenas para elas, mas para toda a sociedade. Sendo assim, é fundamental que elas mantenham um diálogo confluyente tanto com sua comunidade quanto com os representantes hegemônicos no espaço acadêmico, fomentando um debate que sugere a possibilidade de coexistência.

A percepção da diferença, que antes era considerada uma recusa ou uma celebração da história colonial, mudou para um reconhecimento do "paradigma do outro", um novo espaço, que traz sentimentos renovados na consciência coletiva. Trata-se de um processo que passa por caminhos que vão além do reconhecimento e, por fim, à reparação. Não representa um julgamento moral, mas um processo de responsabilidade para a criação de novas formas de poder e conhecimento na predominância de lugares.

A escrita acadêmica de mulheres negras se constitui como estratégias de resistência e de enfrentamento ao racismo epistêmico, confrontando as estruturas de poder que afetam suas comunidades. Como quero argumentar nesta dissertação, é na própria escrita que essa resistência se manifesta, na construção de uma formação intelectual emancipada e no estabelecimento de uma escrita que é comunicação, no maior sentido da palavra, porque promove a educação e o compartilhamento de conhecimento entre mulheres negras e com a sociedade, gerando um ciclo virtuoso de saberes partilhados.

Seus relatos pessoais, transformados em reflexões profundas sobre experiências individuais e coletivas, adotam uma perspectiva etnográfica que evidencia a riqueza e a complexidade de suas realidades, destacando a pluralidade de situações e encontros vivenciados em vários contextos.

Encontro

Para o que devemos nos preparar toda vez antes de sairmos de casa
 previa alguns danos, mas ninguém
 espera a violência dos olhares, dos escritórios,
 das calçadas e estações de trem, dos espelhos de banheiro
 especialmente, dos telefones atozes, da grosseria da
 luz do dia, das decisões bruscas do ar,
 dos homicídios casuais dos vestidos
 O inesperado e o ordinário (Sharpe, 2024, p. 200).

Uma busca por novas possibilidades, impulsionada por mudanças essenciais para entendermos o que significa "ser", é moldada pelas interações que vivenciamos em diferentes contextos. Revela-se uma busca que se entrelaça com práticas etnográficas do cotidiano, proporcionando reflexões valiosas sobre o conhecimento e nos levando a enxergar o mundo e a nós mesmos de maneira mais profunda.

4.3 A conquista da memória coletiva: o delicado encontro entre a escrita e a narrativa

A formação da memória coletiva se destaca como um reconhecimento significativo das diversas lutas enfrentadas, favorecendo que a experiência das mulheres negras se torne o núcleo da resistência. Carneiro (2023) enfatiza que essa memória serve como um testemunho das batalhas da população negra, retratando, de maneira intensa, a vivência feminina e a força que dela emana.

A intelectualidade negra, ao articular conhecimento acadêmico e ativismo, ressignifica narrativas a partir de suas raízes, impactando profundamente a experiência negra. Como demonstra Kilomba (2019), as marcas históricas, persistentes na vida cotidiana, não silenciadas, revelam a contínua presença do passado no presente. Essa dinâmica aprisiona o indivíduo em uma estrutura colonial, reduzindo-o à condição de "outro", o exótico e submisso.

Sem dúvida, houve aqueles que resolveram “matar a memória”, porque assim era mais fácil seguir. Esquecer pode ter tornado menos penoso suportar os sofrimentos da escravidão e aceitar a nova vida num mundo de estrangeiros. Talvez não tenha sido por escolha, e o passado lentamente desapareceu com o passar dos anos, ou o choque de ser escravizado o destruiu num só golpe (Hartman, 2021, p. 150).

Nesse contexto, Christina Sharpe (2023) apresenta uma nova concepção sobre a narrativa da vida negra, navegando com maestria pela complexidade da vida para expor suas palavras por meio das notas de um registro do cotidiano que são uma forma de dizer: vejo tudo o que está acontecendo ao meu redor e compreendo como o mundo atua contra mim, mas estou trabalhando para criar algo diferente disso.

Sharpe (2023) descreve a experiência negra com uma habilidade notável, que flui pela realidade e nos lembra, como nos advertiu Foucault (2002, p. 02), de que “o discurso não é apenas um eco das lutas, mas a própria essência do combate que travamos, a força que buscamos reivindicar”.

É evidente que há pessoas Negras que frequentam memoriais e museus e que não os percebem como eu os descrevi. Para uma grande parte das pessoas Negras que os visitam, há algo nesses locais que se aproxima de um acerto de contas - o fato de tais memoriais existirem é uma espécie de recompensa, algum reconhecimento de danos. Alguma tentativa de reparo (Sharpe, 2024, p. 64).

A escritora exalta a beleza, numa celebração singela e surpreendente da redescoberta da estética do dia a dia. Sharpe demonstra como a valorização da beleza se transforma em um refúgio contra a violência, mesmo que seja apenas a organização cuidadosa de alfinetes. Os detalhes simples do dia a dia se transformam em registros da história, pois fazem parte da singularidade da história construída no dia a dia.

As autoras que definem a imagem da "protagonista negra" trazem consigo uma rica história de experiência negra, em busca de novas abordagens epistemológicas. Sempre alinhadas a um compromisso intelectual voltado para a transformação social, elas conseguem expressar características únicas, algumas delas enraizadas em convenções, enquanto outras surgem de uma observação que se afasta das normas tradicionais.

Longe disso. Assim como as mulheres afro-americanas, muitas outras pessoas que ocupam categorias socialmente preteridas foram silenciadas. A voz que busco hoje, portanto, é tanto individual quanto coletiva, é pessoal e política, e reflete a intersecção de minha biografia única com o significado mais amplo do momento histórico em que vivo (Collins, 2019, p. 19).

Essas escritoras negras frequentemente incorporam, em suas narrativas, uma sequência de eventos reais, mas o texto também pode ter um aspecto do saber em sua força expressiva, ilustrando casos que incluem elementos e relatos. A abrangência desses relatos pode variar, mas entre suas características marcantes a pesquisa histórica da sua população consta na narração de

suas próprias histórias de vida e o uso de pronomes pessoais na primeira pessoa, como "eu" e "nós" é comum, além dos pronomes possessivos como "meu" e "minhas".

Quando uma autora se entrega e se liberta de regras de imposição, ela incorpora sua narrativa de forma quase palpável, refletindo sobre a experiência humana em toda sua profundidade, o que cria um ambiente propício para a reflexão sobre a complexidade da escrita das autoras negras, que representa um testemunho dos processos históricos que atravessam séculos de desigualdades e injustiças sociais.

Eu posso viver?"

Saidiya Hartman expande os registros do que pode ser pensado, imaginado, declarado em relação à vida Negra. Ler seu trabalho é alcançar uma noção da amplitude do porão, do barracão e da prisão, e vislumbrar e expandir nosso conhecimento do que pode ser feito nele e apesar dele. É testemunhar como a vida acontece. Aprender como a vida se dá é sustentada por pessoas que se recusam e aceitar a vergonha fabricada por outrem, e que estão determinadas a viver livres, precisamente porque tudo está em jogo (Sharpe, 2024, p. 113).

Escrever sobre a própria vida vai além de simplesmente relatar emoções, transforma-se em um convite à introspecção e à reflexão sobre as experiências pelas quais passaram e que passam a ser conhecidas por outros, leitores de suas obras. Quando mulheres negras empregam a escrita como uma ferramenta para denunciar e lutar contra as múltiplas formas de discriminação geradas pelo racismo, elas não apenas expressam suas reações às injustiças, mas, por meio de suas palavras, levantam um movimento de resistência.

As notas, de modo geral, discorrem acerca dos múltiplos significados das palavras "ordinária" e "nota", bem como sobre o que elas podem significar, fazer, (as)segurar e visionar numa vida Negra neste momento em qualquer lugar do mundo. Estas são notas sobre vivência Negra. Estas são as coisas que pensamos ao nos depararmos com o cotidiano, o literário, o visual, a violência, o arbitrário, o ordinário e o belo. Estas são notas sobre vida Negra (Sharpe, 2023, p. 09-10).

Autoras negras compartilham suas próprias histórias e, ao mesmo tempo, entrelaçam narrativas das comunidades negras, criando identidades que abraçam novas ideias e horizontes, enquanto reconfiguram suas relações com a sociedade.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault (1999) destaca o papel da linguagem na construção do discurso universal, fundamental para a compreensão do conhecimento humano, apesar de a análise poder ser reduzida à noção de uma linguagem universal, suscita questionamentos sobre sua capacidade de abarcar todas as culturas, principalmente aquelas que apresentam formas alternativas de saber.

O autor busca revelar as estruturas subjacentes que moldam nossa visão do mundo e o modo como, constantemente, somos levados a ter uma perspectiva idealizada de uma mensagem universal, que parece incluir todos os tipos de conhecimento relacionados às desigualdades sociais.

Por meio de uma linguagem usada para interpretar o mundo e examinar os contextos em que essa linguagem é aplicada, em sua autodescrição, as escritoras negras empregam a escrita e o jogo de palavras como ferramentas expressivas e reparadoras, trilhando um caminho de ajuste, um percurso que apresenta informações que ajudam a compreender os processos de exclusão, expondo dinâmicas culturais, articulações das estruturas sociais e sutilezas das interações humanas.

É nesse contexto que se dá a resistência negra. Se, como afirma Foucault, a todo poder se opõe uma resistência, essa se dará, em primeiro lugar, nas estratégias de sobrevivência física, já que o anjo da morte do biopoder do racismo impõe, para a racialidade dominada, o manter-se vivo como o primeiro ato de resistência. Permanecendo vivo, o negro enfrentará os desafios de manutenção da sua saúde física, de preservação de sua capacidade cognitiva, para que compreenda e desenvolva a crítica aos processos de exclusão racial a que está submetido e encontre os caminhos de emancipação individual e coletivos (Carneiro, 2023, p. 138).

Nesse cenário, a discussão sobre racismo nas obras escritas por intelectuais negras avança rumo a uma compreensão mais completa da história e da subjetividade, uma proposta que estabelece conexões e desafia dois domínios teóricos que abordam a subjetividade, promovendo um diálogo entre Foucault e autoras negras que compartilham suas experiências em suas produções acadêmicas.

Agora, a decisão a que me refiro é irreversível, ela implica num compromisso de cotidiano, no seu trabalho, onde você estuda, onde você leciona. Tudo passa a ser como você vive, sua casa, seus afetos, é uma totalidade e essa urgência. Aí eu vou fazendo o que tem que fazer (Cardoso, 2023, p. 165 *apud* Carneiro 2023, p. 165).

A citação de Edson Cardoso, registrada por Carneiro (2023), ilustra como os dispositivos de poder, segundo Foucault, geram resistências. Ele expressa que sua decisão é irreversível, refletindo um compromisso cotidiano em seu trabalho e na forma como vive, assim, a totalidade de sua vida, incluindo sua casa e afetos, se torna um reconhecimento da urgência do que deve ser feito para compreender o racismo.

Na falta de uma base teórica na compreensão do racismo cotidiano propõe-se uma forma de analisar as vivências de pessoas que fazem parte da diáspora africana. A partir de suas histórias de vida, analisamos as ideias do academicismo convencional que refletem os interesses

políticos da sociedade branca. Em desvantagem, pela ausência de um espaço teórico mais diversificado, as autoras se concentram nas histórias sobre as "políticas de espaço" do racismo, ressaltando o desconforto e o preconceito enfrentados e mencionados por seus entrevistados e entrevistadas, expressos em perguntas sobre sua origem e em afirmações que confirmam sua identidade.

A relação entre autora, vida e obra permite questionar como os indivíduos constroem suas identidades no contexto histórico, reescrevendo a história ao compartilhar suas vivências. Os relatos das autoras negras e da coletividade não apenas situam eventos históricos, mas essencialmente refletem a realidade da vida, revelando narrativas que clamam para serem contadas. Como afirma Kilomba (2019), escrever se torna um ato de descolonização: uma resistência às narrativas coloniais e assim a autora se estabelece como uma escritora reconhecida e legitimada em sua busca por representação e verdade.

A existência de um ponto de vista autodefinido pelas mulheres negras, que utiliza a epistemologia feminista negra, põe em questão o conteúdo atualmente reconhecido como verdade, ao mesmo tempo que questiona os processos que permitiram chegar a essa verdade (Collins, 2019, p. 485).

Nesse processo de autorreinvenção, reformulamos realidades que antes eram distorcidas ou até ignoradas, numa manifestação do desejo complexo que desafia a experiência de ser visto como "outro" e reimaginar-nos de formas inovadoras, em um lugar em que a oposição e a reinvenção se entrelaçam, sendo que uma não é suficiente sem a outra.

Enfrentar o racismo requer resistência e coragem de contar novas histórias, especialmente sobre a escrita de mulheres negras. Nesse sentido, a escrita de si é fundamental para entender a história e questionar a subjetividade, pois investiga a particularidade das experiências, enfatizando que a subjetividade é formada por crenças e emoções individuais e que encontra refúgio no coletivo por meio da confluência das experiências.

Ao enfatizar a subjetividade, é possível compreender o mecanismo de racialidade na sociedade brasileira, que configura uma rede de poderes e conhecimentos, enquanto, simultaneamente, nega esses fatores. Assim se estabelece uma dinâmica que provoca uma divisão ontológica, colocando o sujeito branco em uma posição de superioridade em relação ao negro, resultando em epistemicídio e exclusão intelectual.

As escritoras e críticas negras estão agindo de acordo com o velho ditado que diz que cada um deve falar por si mesmo, se deseja ser ouvido. Estão percebendo que ninguém mais pode ou vai dizer o que elas têm a dizer, e que o silêncio condena o silencioso à má representação e à negligência (Tate, 2023, p. 36).

A crítica literária e teórica norte-americana Claudia Tate é amplamente reconhecida por suas pesquisas sobre a literatura afro-americana. Em *Vozes Negras: A Arte e o Ofício da Escrita* (2023), suas análises abordam a maneira como autoras negras subvertem as normas da escrita formal estabelecidas por meio de suas subjetividades, ao mesmo tempo em que exploram a construção de identidades significativas diante do racismo.

Para essas escritoras, a autoconsciência é fundamental para afirmarem e valorizarem suas características. Elas constroem a subjetividade por meio de experiências, utilizando uma linguagem provocativa que desafia convenções, amplia a expressão feminina e desconstrói estereótipos, revelando as vivências das mulheres negras na escrita.

4.4 A comunicação e a escrita de Sueli Carneiro em: Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser

Sueli Carneiro (2023) é uma intelectual que carrega uma força singular e, no cenário brasileiro, se destaca como filósofa, escritora e ativista, sendo conhecida por suas contribuições ao feminismo negro e à filosofia afrodescendente. Ela é uma referência pela profundidade de sua abordagem teórica, inspirada por uma experiência transformadora que a autora absorveu do pensamento do filósofo Michel Foucault e por vertentes existencialistas apontadas na estrutura e na interpretação de seus textos. É importante trazer um pequeno trecho da “apresentação” de seu livro, chamada pela autora de *O Ser e o Outro*.

De cunho reflexivo e especulativo, este estudo pretende tornar evidente a potencialidade do conceito de dispositivo, elaborado por Michel Foucault, para a compreensão da dinâmica das relações raciais no Brasil. Inspirada pelo filósofo francês, procuro mostrar a existência de um dispositivo de racialidade operando na sociedade brasileira de tal modo que, pela articulação de múltiplos elementos, configura a racialidade como um domínio que produz poderes, saberes e subjetividades pela negação e interdição de poderes, saberes e subjetividades (Carneiro, 2023, p. 13).

A autora amplia o dispositivo teórico-metodológico proposto por Michel Foucault para analisar a questão racial no Brasil. A partir de sua perspectiva como intelectual negra brasileira, ela articula um diálogo reflexivo e especulativo entre o pensamento europeu em evolução e a sua própria experiência como sujeito "outro", construindo assim sua singularidade intelectual.

A experiência, destacada por Carneiro (2023) mostra a importância do sensível e da singularidade da experiência, propõe a relevância da razão como ponto de partida para reflexões profundas sobre o corpo e o espírito, impulsionando um engajamento ativo com a experiência

científica. Nesse sentido, a autora aprimora a noção da educação como um espaço estratégico para a comunidade negra, confirmando-a como campo de racionalidade, mas também como ferramenta de ativismo e resistência.

Sua análise desafia as narrativas dominantes, mantendo um tom direto e assertivo que facilita a compreensão de sua perspectiva teórica, que busca questionar a epistemologia hegemônica e valorizar os conhecimentos marginalizados. A epistemologia decolonial presente na obra de Carneiro expõe as desigualdades estruturais e não apenas as denuncia. Trata-se de uma convocação à ação política, ressaltando a dignidade e os direitos das mulheres negras como fundamentos para a transformação social, de modo que seu trabalho integra comunicação e ativismo político em prol da valorização da memória negra no Brasil.

A escrita atenta e acolhedora de Sueli Carneiro ressoa fortemente em minha busca por emancipação, refletindo as experiências de diversas mulheres negras. Suas análises sobre a intersecção entre racismo e sexismo servem como um alerta contínuo para que enfrentemos nossa realidade, assemelhando-se aos conselhos de um ancestral que nos motiva a perseguir uma vida mais significativa.

No diálogo entre Foucault e Gilles Deleuze em *Os intelectuais e o poder*, Deleuze afirma que a 'prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro'. Nesse sentido, este livro é resultado de uma reflexão que integra a ação teórica e a ação prática de tipo militante sobre a questão racial no Brasil (Carneiro, 2023, p. 14).

A leitura de seus textos ressoou profundamente em minha trajetória, suscitando reflexões sobre a condição da mulher negra no Brasil, as desigualdades enfrentadas e a busca incessante por autoconhecimento para superá-las. Sua perspectiva, que transcende a escrita e se configura como uma crítica contundente à estrutura social, me inspira e motiva.

Os conceitos transformadores apresentados pela autora reformulam a percepção pessoal e coletiva sobre as questões raciais e suas imposições no mundo, o que permite analisar uma forma de busca por liberdade e respeito.

Com uma linguagem direta, a autora desvela a identidade das opressões e reforça a força feminina ao analisar os efeitos desumanizadores do racismo e incorporar relatos pessoais que enriquecem sua narrativa, permitindo aos leitores compreenderem o impacto dessa realidade.

Sueli é uma intelectual de múltiplas facetas. Nascida em São Paulo, em 1950, trilhou um caminho significativo no movimento negro brasileiro e entrelaçou ativismo a sua jornada acadêmica na Universidade de São Paulo (USP), onde deu início ao curso de Filosofia, na

década de 1970. Contudo, ela é contundente ao afirmar: “não devo nada à universidade; o verdadeiro responsável pela minha formação foi o movimento negro!”¹².

A partir dos anos 70, com o crescimento da consciência negra através de seus movimentos sociais, viu-se nascer novas áreas de pesquisas, enriquecidas entre outros pela discussão sobre o resgate da identidade e sobre estratégias de inclusão e de participação na sociedade. Lenta e arduamente alguns raros negros começaram a penetrar no espaço conceitual das ciências humanas, fomentando novas linhas de pesquisa na problemática da educação, do multiculturalismo e das políticas públicas dentro do contexto de *affirmative actions* inspirado nos Estados Unidos e na África do Sul pós-apartheid (Carneiro, 2023, p. 42).

Ao entrar na universidade e vivenciar os processos de embranquecimento, Sueli começou um processo de reafirmação, explorando as concepções cosmológicas do candomblé, com o intuito de resgatar sua ancestralidade e identidade. A busca por uma reconexão com suas raízes ancestrais, bem como pela compreensão do pensamento africano e afro-brasileiro, se intensificou ao longo de sua trajetória acadêmica.

O relato de Carneiro ilustra a experiência de mulheres negras em ambientes de poder dominados por homens brancos, em lugares em que esses homens são cultuados como referências inquestionáveis e que, por meio da docência, são responsáveis por mediar o conhecimento. Na universidade, enfrentamos o desafio de reconectar-nos com nossas raízes ancestrais, empreendendo uma jornada que também se fundamenta pela necessidade de combater o embranquecimento imposto por modelos universais e evitar a frustração decorrente da desconexão com nossas próprias experiências e repertórios.

Em contrapartida, analisar as ideias e as iniciativas desses grupos excluídos, de modo que sejam percebidos como sujeitos, revela um mundo no qual o comportamento corresponde a uma asserção filosófica, e no qual uma tradição vibrante, ao mesmo tempo acadêmica e ativista, se mantém íntegra (Collins, 2019, p. 55).

Compreendo a trajetória de Sueli, pois, como pesquisadora, também busquei minha própria voz por meio de um processo de reconexão. No entanto, minha jornada se deu de forma diferente, impactada pela frequência na disciplina "Outras Filosofias da Imagem", ministrada pela professora Luciana Oliveira, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

As aulas me proporcionaram conhecer novas pensadoras negras, que foram fundamentais para eu me reconectasse com o meu eu interior. A cada aula, uma nova

¹² Uma biografia da autora está disponível em: <https://acervo.casasuelicarneiro.org.br/biografia> Acesso em: 21 mar. 2025.

perspectiva sobre a minha identidade se revelava, promovendo uma transformação profunda em meus pensamentos e impactando tanto meu espírito quanto meu corpo. “A paz e a tranquilidade manifestam-se também na possibilidade de reconhecimento e aceitação da mulher negra ressignificada na dimensão de parceira de uma condição existencial única, cúmplice dos segredos ditados pela racialidade” (Carneiro, 2023, p. 341).

Durante sua trajetória, Sueli se empenhou na busca por transformações sociais e políticas e, em 1983, já marcava seu comprometimento ao participar do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. No entanto, notando a ausência de mulheres negras, Sueli batalhou para que essas vozes fossem reconhecidas e integradas ao conselho, o qual inicialmente havia deixado de fora as mulheres negras. Assim, tornou-se uma forte defensora da inclusão dessas mulheres.

Em 1988, fundou o Geledés, Instituto da Mulher Negra, a primeira organização negra e feminista independente de São Paulo, criou um programa de saúde específico para mulheres negras, que inclui atendimento psicológico, assistência social, cursos e palestras sobre temas como sexualidade e contracepção, do qual mais de trinta mulheres participam semanalmente.

Em 1992, em resposta ao pedido por segurança de um grupo de músicos da periferia de São Paulo, foi criado o Projeto Rappers no Geledés, Instituto da Mulher Negra, que ofereceu alguns recursos para desenvolver critérios de proteção e funcionou como um escritório de apoio para jovens negros que vinham das periferias.

Reconhecendo a significativa participação da juventude negra para estabelecer a denúncia da violência policial e a construção da consciência cidadã negra, Sueli, em conversa no podcast *Mano a Mano*, de Mano Brown (Mano a Mano, 2022), afirmou: “Percebemos vocês como a vanguarda, a força mais revolucionária na contestação da ordem racial e no combate à violência racial. Não tínhamos dúvidas. E vocês, Racionais MC’s, em especial, representavam o paradigma dessa luta. Por isso, incorporamos o rap à atuação do Geledés”¹³.

Sou particularmente grata pela formação desses rappers, que foram uma das maiores contribuições de Sueli para a minha educação. Eu cresci ouvindo as canções dos Racionais MC's e me moldando por meio das letras conscientes sobre a condição negra no Brasil, o que me motivou a formar um grupo de "estudos" apenas para meninas, onde conversávamos sobre

¹³ Mano Brown recebe Sueli Carneiro, uma das maiores intelectuais e referência histórica do movimento negro do Brasil. Numa ideia Mano a Mano, que merece ser ouvida e refletida por todas as gerações, eles falam de sociedade, racismo, sobre primórdios do rap no Brasil e a conexão com movimentos negros da época, e visões de futuro para o povo brasileiro. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrijmog0RkUnCPr>. Acesso em: 24 nov. 2024.

nossa negritude, ouvimos o rap dos Racionais e visitávamos a galeria da Praça Sete de Setembro, em Belo Horizonte, para nos manter atualizadas sobre as tendências musicais.

Sueli Carneiro emerge como uma das vozes mais influentes do feminismo negro no Brasil, sua escrita brilhante e sua atuação como articuladora no Correio Braziliense foram fundamentais para dar visibilidade à brutalidade da violência de gênero e raça sofrida por mulheres negras.

Ao escrever críticas sobre a posição subalterna a que a população negra é submetida, ela elabora um retrato marcante da luta por dignidade e reconhecimento. Sua escrita está registrada em mais de 150 artigos voltados para a população negra no Brasil, representando uma trajetória que testemunha o firme compromisso com a vida pública e a criação de políticas focadas na justiça social.

Por meio de palavras tocantes, palestras que impactam e sua participação ativa em conselhos de ONGs, Carneiro se transformou não apenas em uma fonte de inspiração, mas recebeu prêmios e reconhecimentos que celebram sua incessante busca por igualdade e justiça.

A incansável busca de Sueli Carneiro por igualdade e justiça social lhe rendeu diversos prêmios e reconhecimentos, incluindo o prestigiado título de Doutora *Honoris Causa* pela Universidade de Brasília; seu impacto é reconhecido nos campos do jornalismo e da cultura, onde sua jornada foi celebrada com distinções como o Prêmio Jabuti.

Suas investigações foram moldadas pela leitura de obras de notáveis ativistas, incluindo pensadores como Michel Foucault, bem como autores e autoras dedicados aos direitos humanos e ao feminismo, construindo as bases de sua tese de doutorado, intitulada *A construção do outro como não ser como fundamento do ser* (2005). Esse estudo emergiu 27 anos após sua graduação em Filosofia pela USP, refletindo a profundidade de sua jornada intelectual, algo que acadêmicas negras buscam para reconstruir narrativas negras, fortalecendo laços sociais e compartilhando experiências, num trabalho, que visa ampliar a compreensão sobre suas produções.

A autora apresenta uma análise crítica das doutrinas filosóficas da Europa e dos Estados Unidos, propondo uma reflexão que visa restaurar a igualdade e a dignidade da população negra. Sua escrita estimula o pensamento sobre os desafios que promovem a desconstrução de preconceitos e estereótipos profundamente arraigados na sociedade.

É no ensino superior que esse conflito alcança uma arena privilegiada, onde a potencialidade do negro para o conhecimento erudito é construída e reconstruída, negada ou afirmada. Adentrar a universidade, longe de significar superação dos estigmas e estereótipos, é o momento da confrontação final, no campo do conhecimento, do negro com os mecanismos que o assombra ao longo de toda a sua

trajetória escolar. Ali estão a branquitude do saber, a profecia autorrealizadora, a autoridade exclusiva da fala do branco — os fantasmas que têm de ser enfrentados sem mediações, em nome do que Foucault chamou de ‘insurreição dos saberes’ (Carneiro, 2023, p. 119).

Sueli Carneiro se lança em uma exploração profunda das nuances de sua tese de doutorado, com um olhar afiado de quem traz a formulação do conceito de epistemicídio, do intelectual Boaventura de Sousa Santos (2009), que se revela como uma ferramenta que atua de forma desonesta e que é usada para atacar sem aviso prévio e perpetuar as hierarquias sociais, simbolizando a erradicação de saberes que desafiam as normas estabelecidas.

Dentre os seus elementos constitutivos destaco o epistemicídio, conceito que empresto de Boaventura de Sousa Santos para evidenciar o papel da educação na reprodução e permanência de poderes, saberes e subjetividades que o próprio dispositivo produz. Através do epistemicídio — que é uma forma de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão — as pessoas negras são anuladas enquanto sujeitos do conhecimento e inferiorizadas intelectualmente (Carneiro, 2023, p. 13-14).

Sua abordagem revela as metodologias de dominação históricas eurocêntricas, que, por muito tempo, ofuscaram as contribuições culturais e sociais da negritude. As manifestações de discriminação representam, na verdade, um dispositivo de racialidade, conceito que foi desenvolvido pela autora para expor a articulação de poderes, saberes e modos de subjetivação que produziram formas de assujeitamento e exclusão sobre a população negra.

Em sua tese, Carneiro emprega o termo "epistemicídio", originado por Santos (2009), para destacar a marginalização dos saberes das populações colonizadas, especialmente das mulheres negras. Em seus trabalhos sobre gênero, estabelece conexões com outras importantes feministas negras brasileiras.

Em busca de um estudo mais aprofundado, a autora empreende uma investigação intelectual que desmistifica a complexidade do racismo e das relações raciais no Brasil. Para isso, ela dialoga com obras de renomados autores europeus, frequentemente considerados cânones acadêmicos, e com a produção de importantes autores(as) negros(as) brasileiros(as) e autores(as) estrangeiros(as), como Lélia Gonzalez, bell hooks, Abdias Nascimento, Kabengele Munanga e Charles W. Mills. Em uma análise interdisciplinar, fundamentada na experiência e na resistência da população negra, desvenda as dinâmicas das relações raciais, buscando compreender sua profunda confluência.

O conceito dispositivo de racialidade, desenvolvido pela intelectual, é uma inspiração das ideias do filósofo francês Michel Foucault (1999), que conceituou o dispositivo de sexualidade para descrever como as relações de poder são caracterizadas por articulações que

se engendram a partir de uma multiplicidade de elementos de disparidades que são estabelecidos pela relação de poder.

A intuição que deu origem a essa investigação surgiu em 1984 durante a escrita de um trabalho de conclusão de curso para uma disciplina de mestrado ministrada pelo professor José Augusto Guilhon Albuquerque na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo [...], quando pela primeira vez entrei em contato com o pensamento de Michel Foucault. Naquele momento, o conceito de dispositivo se apresentou para mim como uma revelação, tal era a sua potencialidade para a compreensão do dinamismo que impulsionava e configurava as relações raciais no Brasil (Carneiro, 2023, p. 17).

Sob essa ótica, Sueli apresenta uma análise que compreende o racismo como uma ferramenta de poder que articula e forma subjetividades, perpetuando a opressão e a exclusão. A autora institui um processo que evolui como um método analítico, no qual Michel Foucault desempenha um papel de mediador, por ser reconhecido pelo público acadêmico.

Por ser um autor muito lido e conhecido em pesquisas de várias áreas do saber, o autor facilita a interpretação da proposta de Carneiro a respeito da discussão sobre as diversas manifestações do racismo e sobre como essa discriminação serve como um mecanismo de controle. Carneiro entrelaça sua perspectiva sobre a luta contra o racismo com a geração de saberes e a formação da continuidade do avanço da comunidade negra (Araújo; Perreira, 2022).

Ao propor um sistema de convivência que valoriza e dá voz às experiências de quem vive e enfrenta determinadas situações, a coexistência se transforma em um espaço de respeito e apreço pelas subjetividades e pela teoria acadêmica. Na obra analisada, a interação comunicacional entre Michel Foucault e Sueli Carneiro mostra que a experiência da autora como intelectual negra configura-se como uma ferramenta para a reflexão e a transformação do conhecimento.

Para esse árduo trabalho para o qual te convido, precisamos de ajuda. Então, convoquei Michel Foucault, sim, o francês. Sei que ele é um sujeito da tua confiança e goza também de minha simpatia. É um mediador razoavelmente confiável para as nossas possíveis contendas. Por ser um elemento de fronteira, ele conversa bem com todo mundo (Carneiro, 2023, p. 12).

Em sua apresentação sobre a questão racial, Sueli Carneiro transcende os limites de um público exclusivamente negro, dialogando diretamente com o leitor. Sua estratégia utiliza conceitos científicos amplamente difundidos para alcançar uma audiência mais vasta, sem renunciar à incorporação de sua própria perspectiva e conhecimento, instigando, assim, uma reflexão crítica sobre a realidade racial brasileira.

A pluralidade de sua perspectiva confirma que sua subjetividade na interpretação da realidade fomenta a humanização e a transformação de práticas sociais. Ao enfatizar a vulnerabilidade e a importância do "outro", a autora destaca o papel do pesquisador na construção do conhecimento.

Segundo Foucault (2002), o discurso não se limita a refletir lutas e opressões; ele é, simultaneamente, instrumento de poder e palco de disputas. Essa perspectiva subverte a compreensão tradicional da materialidade do discurso, revelando sua imprevisibilidade e, conseqüentemente, suas potencialidades e perigos muitas vezes ocultos. As batalhas, conquistas e cicatrizes inscritas nas palavras, muitas vezes ofuscadas ou apagadas nas formas de sua expressão oral ou escrita.

Para Carneiro (2023), o autor nos alerta para o fato de que a estrutura interna do discurso se origina da própria natureza discursiva, de modo que cada palavra tem o potencial de exercer controle e organização, funcionando quase como um arquétipo que busca submeter as nuances do acaso e dos eventos.

No cenário brasileiro, essa forma de controle se manifesta no discurso sobre o mito da democracia racial. Sua origem e continuidade ao longo do tempo revelam uma função estratégica evidente: atuam como um apaziguador das tensões étnico-raciais, encobrindo as realidades subjacentes que ainda permeiam nossas interações sociais.

Tais políticas, que reforçam uma imagem de inferioridade intelectual, selam a morte de identidades que poderiam servir como alicerces para a superação do estigma, aprisionando os sobreviventes em uma integração social marginal e subordinada, o que pode ser associado ao conceito de morte social (Pinho, 2022). Nesse contexto, a escrita de Carneiro não apenas expõe o racismo estrutural, mas também reflete sobre a intersecção entre memória e identidades nacionais, conectando a diversidade de experiências e suas complexas relações com o passado. “Mulheres negras (especialmente as estudantes) que estão em busca de respostas sobre a formação social da identidade, querem saber como as mulheres negras radicais pensam, mas também querem saber sobre as nossas formas de ser” (hooks, 2019, p.103).

A legitimidade do ato de pensar e criar revela que a escrita e o conhecimento muitas vezes orbitam em torno de paradigmas eurocêntricos, marginalizando mulheres negras e estabelecendo uma exclusão que se transforma em conhecimento na busca por reparação, cura e reconciliação.

Carneiro (2023) amplia o conceito de dispositivos de sexualidade e biopoder de Foucault (1988), examinando como o fator racial atua como um instrumento de poder que

influencia a vida e a morte, colocando a população negra em uma condição de fragilidade existencial, em contraste com a manutenção da vitalidade da população branca.

Trata-se de uma relação que expõe a desvalorização baseada na manifestação do biopoder, que não apenas ameaça a vida física, mas também silencia as vozes e mentes negras. Por meio de uma orquestração de procedimentos hegemônicos, o conhecimento é sufocado, e a existência é minada, configurando um verdadeiro projeto de extinção intelectual.

O fascismo epistemológico existe sob a forma de epistemicídio, cuja versão mais violenta foi a conversão forçada e a supressão dos conhecimentos não ocidentais levadas a cabo pelo colonialismo europeu e que continuam hoje sob formas nem sempre mais subtis (Santos, 2009, p. 455).

A comunicação entre Sueli Carneiro e Michel Foucault ilumina as dinâmicas de poder que permeiam a vida e as interações sociais. Embora seus estudos se concentrem em campos distintos, a interação de suas perspectivas revela conexões significativas, observáveis na forma como analisam e interagem com os dispositivos de poder.

Ao investigar as profundas raízes do racismo, a autora apresenta a interseccionalidade na atuação do racismo por meio da discriminação epistêmica, que se ancora na ideia de que a opressão das estruturas sociais revela sua verdadeira face, um sistema que desmerece o conhecimento negro pelo epistemicídio e que é, portanto, uma metáfora da destruição sistemática das sabedorias e conhecimentos das populações negras.

A hegemonia do conhecimento no Brasil perpetua desigualdades, o eurocentrismo educacional marginaliza diversas culturas em favor de uma elite dominante, ignorando a pluralidade de visões de mundo. Essa imposição cultural alimenta ideologias que reforçam desigualdades sociais e se manifesta em práticas racistas que excluem as minorias, racializando a pobreza e condenando a população negra a viver nas camadas mais baixas da sociedade. Na tentativa de contribuir para a superação dessa realidade, educadores negros trabalham para valorizar a cultura afro-brasileira, destacando a importância de integrar o conhecimento das comunidades negras e combater o racismo e a discriminação.

Nesse contexto, Carneiro (2023) provoca reflexões perspicazes sobre quem tem o direito de pensar, escrever e gerar conhecimentos, questões que se conectam e formam a base da produção intelectual e da análise que a autora realiza sobre o sistema educacional, na busca por respostas que revelam outras problemáticas, que impactam a condição epistêmica da população negra no Brasil.

Enquanto a política identitária da luta pela sobrevivência do grupo se refere às especificidades das injustiças sociais sofridas pelas mulheres negras estadunidenses, a política de coalizão associada à luta pela transformação institucional conecta as questões individuais das mulheres negras a pautas sociais mais amplas (Collins, 2019, p. 377).

A escrita de Sueli aborda as experiências e lutas das mulheres negras, servindo como uma forma de se expressar, por meio da realização de uma crítica contundente ao racismo e à opressão, desafiando as estruturas de poder e desigualdade, enquanto também valoriza a riqueza da cultura, da história e da ancestralidade.

Como já foi mencionado, Sueli compilou importantes depoimentos de ativistas e militantes negros em sua pesquisa, de modo que suas vozes dialogam e coexistem com as vozes de pensadores hegemônicos, sendo Michel Foucault um elo desse diálogo.

A autora, de forma deliberada, incentiva o apoio, a conscientização e a autonomia em relação ao racismo e ao biopoder, destacando intelectuais negros que se sobressaem, o que enriquece significativamente a produção acadêmica sobre as questões raciais, desafiando as tradições acadêmicas e promovendo a valorização do trabalho intelectual negro no Brasil.

Carneiro explora as condições em que o racismo foi internalizado na educação e na sociedade, trazendo desafios para a afirmação negra. Assim, ressalta a conexão entre conhecimento e identidade num sistema que perpetua a exclusão racial; critica a ideia de meritocracia na construção do conhecimento; e demonstra que a educação no Brasil esconde desigualdades estruturais e históricas que reforçam o predomínio branco e seus privilégios.

O acesso à educação para a população negra sempre foi restrito e, mesmo após a abolição da escravidão em 1888, as políticas públicas não foram tão eficazes na sua aplicação. Dessa maneira, a Lei 10. 639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, tenta incluir a contribuição negra nos currículos, mas ainda falha em lidar com os obstáculos de raça, gênero e classe social (Brasil, 2003).

O reconhecimento formal não resolve a desigualdade racial na educação, o que prejudica a autoestima dos negros e perpetua um processo de epistemicídio que marginaliza suas vozes, Carneiro (2023) argumenta que a educação formal, em vez de ser inclusiva, muitas vezes contribui para a exclusão, ignorando as contribuições e experiências da população negra.

Em *Dispositivo de Racialidade* (2023), Sueli Carneiro realiza uma análise abrangente do racismo brasileiro, destacando o papel da educação na promoção do cuidado e no fortalecimento da população negra. A obra não apenas apresenta a difícil realidade histórica e social dos negros, mas também mostra uma crítica interseccional, articulando as diversas opressões que afetam, predominantemente, as mulheres negras, como o racismo e o sexismo.

Nesse sentido, a presente pesquisa se fundamenta no diálogo da epistemologia feminista negra, de Carneiro, e na interseccionalidade de Patricia Hill Collins (2019). Juntas, aprimoram a perspectiva para analisar a utilização de testemunhos pessoais e pesquisa participativa como instrumentos de humanização. Essa abordagem prioriza as vozes dos entrevistados, ampliando a participação de intelectuais negros na produção científica e integrando suas vivências em um contexto de opressões e resistências. A contribuição de relatos pessoais constrói e legitima narrativas, desafiando o silenciamento histórico e promovendo a visibilidade das lutas desses grupos.

São testemunhas e, ao mesmo tempo, vozes insurgentes contra a subordinação, o epistemicídio e demais cídios aos quais se acha submetida a negritude no Brasil. Eles não esgotam as múltiplas formas de resistência, combate e afirmação racial na sociedade brasileira. Prestam-se a ilustrar desdobramentos que o dispositivo de racialidade/biopoder produz, em função das relações de força que o sustentam, considerando que onde existe poder, existe resistência (Carneiro, 2023, p.139).

Uma metodologia participativa resiste ao epistemicídio como projeto de emancipação coletiva. A luta pela voz e dignidade dos indivíduos negros, proposta como esforço conjunto, busca novas subjetivações e fortalece os laços comunitários, protegendo o saber e a subjetividade negra da exploração.

Compreender o impacto do racismo e de outras opressões exige a conscientização sobre a percepção e a experiência do mundo moldadas por influências históricas, culturais e sociais hegemônicas, num processo de educação fundamental, conforme a perspectiva compartilhada por autoras como Sueli Carneiro e Grada Kilomba.

Trataremos, isto sim, de apreendê-la na voz de alguns sujeitos que encarnam com suas vidas uma memória ancestral, o processo tortuoso de construção da identidade, os enfrentamentos com o racismo e a discriminação, a tomada de consciência individual e da dimensão política e coletiva desse processo, a construção da crítica e da autonomia de ação e pensamento em relação aos efeitos de poder e saber produzidos pelo dispositivo (Carneiro, 2023, p. 139).

Ao enfatizar a educação como uma ferramenta para a emancipação da população negra, Carneiro aborda a “educação crítica” como um de seus pilares e prioriza uma análise crítica das estruturas de poder e opressão, com foco no racismo e nas desigualdades sociais e tendo em vista a falta de valorização da história e da cultura negra nos currículos escolares.

A emancipação e a valorização dos saberes negros exigem a escuta atenta dos intelectuais dessa comunidade, o que é fundamental para construir uma nova ética, que reconheça

e valorize suas narrativas, revitalizando a memória coletiva e o estudo do testemunho, elementos essenciais nos debates sobre racismo e na garantia de plena cidadania para a população negra.

A abordagem multidimensional de Carneiro oferece uma perspectiva crítica valiosa para compreender a complexidade da experiência negra e os instrumentos necessários para combater o racismo. A análise crítica que ilumina as vivências e os desafios das comunidades negras no Brasil, destacando suas experiências como fundamentais para a compreensão do racismo e da injustiça social, inaugura uma perspectiva que contribui para uma conscientização mais profunda e impulsiona mudanças sociais que promovam a valorização da diversidade.

O trabalho de Sueli caracteriza um enfrentamento ao impacto do racismo, com o uso de ferramentas teóricas que permitem a desconstrução de narrativas coloniais e o enfrentamento de estruturas racistas, afirmando a importância do reconhecimento das múltiplas formas de opressão que assolam a subjetividade negra, moldando identidades sociais, culturais de influências históricas. Sueli aprofunda-se nesse tema, ressaltando a relevância do reconhecimento e da validação das experiências negras.

Sueli Carneiro (2023) explora a corporeidade negra como uma forma de resistência aos padrões culturais ocidentais, que promovem a figura do "negro de alma branca", perpetuando a submissão ao opressor. Trazendo uma análise que se entrelaça com a obra de Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*, a autora discute a influência social na subjetividade do oprimido, fundamentando sua reflexão na psicanálise. Carneiro propõe uma nova ética de resistência, inspirada pelo conceito de "cuidar de si", de Michel Foucault, visando formar indivíduos coletivos que rompem com a opressão, promovendo solidariedade e emancipação entre os negros.

A partir da noção de "cuidado de si", Foucault investiga um elemento importante, que surge das práticas individuais da Grécia e Roma antigas, um aspecto pouco explorado, as práticas que eram vistas como um "exercício de si sobre si mesmo", sendo capazes de transformar tanto o indivíduo quanto sua maneira de existir. Para os gregos, o "cuidado de si" era essencial para uma vida boa e para a liberdade. Contudo, uma versão posterior dessa ideia, que inclui o cuidado com o outro, assume uma dimensão política e coletiva, afastando-se do contexto original greco-romano.

Sueli reinterpreta o conceito de "cuidado de si" proposto por Foucault para discutir a educação do eu. A consciência que ela obtém por meio do reconhecimento do outro capacita-a a enxergar também a outra, a parceira, a mulher negra, como uma aliada nesse contexto, de modo que tranquilidade e paz emergem da habilidade de reconhecer e acolher a mulher negra, que

passa a ser ressignificada sob a ótica de companheira, assumindo uma condição existencial única, de cúmplice dos segredos que são moldados pela racialidade.

Indo, da perspectiva de Edson Cardoso, registrada por Sueli Carneiro (2023), que mudou seu olhar anteriormente voltado para o desejo do “outro hegemônico” para um enfoque mais natural sobre os semelhantes, Sueli busca um equilíbrio interno, reatando laços com aqueles que são parecidos e unindo vida, anseios e lutas transformadoras. Assim, a descolonização do olhar e do desejo desponta como resultado de um processo de subjetivação que vai além das estruturas de poder convencionais, manifestando-se nas profundezas da emancipação racial.

“Todavia, no domínio da resistência existe a possibilidade de uma ética renovada que se insurge aos modos de subjetivação e à moral social que lhes corresponderiam. No cerne desta ética renovada encontra-se o “cuidado de si”, termo que empresto de Foucault, mas com outro sentido, pois diz respeito à possibilidade da construção de sujeitos coletivos libertos dos processos de subjugação e subalternização. Na minha acepção — formulada a partir dos relatos de Edson Cardoso, Sônia Maria Pereira do Nascimento e Fátima Oliveira — o cuidado de si se realiza no cuidado do outro, na busca coletiva por emancipação (Carneiro, 2023, p. 337-338).

Carneiro (2023) estabelece um diálogo com Edson Cardoso, jornalista, professor, ensaísta e ativista do Movimento Negro desde a década de 1970, enfatizando a importância da educação na emancipação negra, bem como a construção da consciência racial e a urgência de tratar questões raciais na sociedade. Cardoso compartilha que sua compreensão sobre esse cenário começou na universidade, influenciado por amigos e literatura negra, levando-o a uma reflexão sobre a invisibilidade do intelecto negro, o que fez com que o jornalista destacasse a importância do reconhecimento mútuo na valorização da identidade racial na luta antirracista.

Carneiro também aborda as ações afirmativas, como as cotas raciais nas universidades, buscando corrigir desigualdades históricas e garantir inclusão para estudantes negros. A formação de professores é outro tema crucial em sua discussão, evidenciando a importância de educadores capacitados para lidar com a diversidade racial e fomentar uma educação antirracista. Ela defende a autonomia dos negros, fornecendo as ferramentas necessárias para que se tornem agentes de mudança em suas comunidades.

No Brasil, a educação é uma prática de autocuidado para a população negra, que aprende a questionar narrativas hegemônicas que obscurecem a diversidade histórica. Nesse sentido, o trabalho de Carneiro aspira construir uma comunidade racialmente consciente, que valorize as contribuições dos negros nas diversas áreas sociais e científicas.

Num contexto social em que os negros são permanentemente postos em dúvida como sujeitos cognoscentes, Fátima Oliveira apresenta-se como produtora de conhecimento

em áreas científicas das quais os negros se encontram tradicionalmente alijados e o faz com a convicção e a certeza de que está tanto ensinando os produtores do saber do campo da genética e da bioética, como oferecendo à opinião pública e aos movimentos sociais (notadamente os de mulheres e negros) as ferramentas para o monitoramento e a defesa em relação às possíveis articulações entre as produções científicas nesses campos e a tecnologia do biopoder, particularmente no que diz respeito ao seu potencial eugenista (Carneiro, 2023, p. 343).

A metodologia proposta por Carneiro apresenta uma análise que se afasta das narrativas convencionais, utilizando uma categorização temática das entrevistas que evidencia o desconforto enfrentado por mulheres negras ao produzir ciência, bem como os questionamentos que validam sua presença e determinados de poder e revelam perspectivas distorcidas, que obscurecem a diversidade da produção de conhecimento.

Carneiro enfatiza a importância de fortalecer a metodologia, fundamentada em relatos pessoais e pesquisa humanizada, que fornecem instrumentos para enfrentar o racismo e estimular diálogos sobre a diversidade na sociedade brasileira, essenciais para promover a transformação social e superar desigualdades.

O desafio de trabalhar com os depoimentos reside fundamentalmente, para mim, em não incorrer na crítica que o próprio trabalho se empenhava em criticar, ou seja, não transformar intelectuais negros insurgentes em meras fontes primárias de pesquisa, abandonando e mesmo rejeitando seu estatuto de autoridades do saber sobre si mesmos. Dessa perspectiva, nossa intenção era a de tratá-los com o devido respeito e reconhecimento a esse estatuto que de fato lhes pertence e os constitui, e, assim, no contexto deste livro, como portadores da autoridade da fala sobre o tema que nos propomos trabalhar (Carneiro, 2023, p. 141).

Sueli (2023) traz, como uma abordagem estratégica, a busca por amplificar as vozes de especialistas negros em questões raciais, frequentemente subestimados e tratados apenas como meros fornecedores de informações, ao invés de serem reconhecidos como autoridades no tema, com destaque para a relevância genuína de suas vozes na construção das narrativas.

A autora ainda problematiza um conceito que ecoa da reflexão foucaultiana sobre a "indignidade de falar pelo outro", o que, para autora, é o fruto do colonialismo epistêmico, que impõe perspectivas dominantes enquanto silencia as experiências negras em favor de outras vozes, promovendo uma representação distorcida de grupos marginalizados.

Em sua jornada, o feminismo negro desponta não apenas como um conceito, mas como uma perspectiva por meio da qual a autora descreve o enegrecer do feminismo, a partir de uma identidade que se constrói em sua origem (Carneiro, 2011).

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na

configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (Carneiro, 2011, n.p.).

Em um campo marcado por profundas hierarquias, a obra de Carneiro apresenta um poderoso processo para a emancipação das mulheres negras. Ao destacar as vozes das militantes antirracistas, ela oferece um espaço de reflexão sobre estratégias de resistência, onde o cuidado de si se entrelaça com o cuidado do outro, forjando um sujeito político comprometido com a liberdade coletiva.

4.5 A comunicação e a escrita de Grada Kilomba em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*

Grada Kilomba é uma artista portuguesa com múltiplas facetas, cujas suas raízes estão conectadas a São Tomé e Príncipe e a Angola. Seu trabalho não apenas incorpora suas influências ancestrais, mas também as experiências interdisciplinares que a motivam e que cruzam limites entre arte, psicologia e pesquisa acadêmica.

Kilomba se empenha para preservar sua identidade e sua singularidade negra em sua produção artística, construindo uma abordagem que provoca reflexões sobre a superficialidade que frequentemente envolve a compreensão da identidade e a essência de sua criação.

No Brasil, a trajetória de Kilomba foi reduzida pela forma como sua vida foi apresentada, muitas vezes sendo simplificada à narrativa de ser a única estudante negra na universidade na Alemanha que recebeu uma bolsa de estudo, enquanto todo o restante fica nas sombras.

Em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), obra mais vendida na edição 2019 da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), Grada Kilomba discute o racismo vivenciado por mulheres negras, priorizando a valorização de suas experiências (Oliveira, 2019). Esse foi um livro pelo qual esperei, por anos, a tradução em português e que aparentemente passou despercebido por muitos dos meus colegas psicólogos negros, embora sua comunicação tenha atingido outros campos sociais, o que mostra a estratégia epistêmica de sua abordagem.

Na introdução do seu trabalho, Grada Kilomba (2019) destaca a carência de terminologia adequada em português para uma análise real da sua escrita e critica as heranças

coloniais e patriarcais da nossa língua. A autora argumenta sobre a falta de uma tradução objetiva que revele a teorização sobre os conceitos que ressaltam a presença de um discurso fundamentado no poder.

Sem conhecimento concreto nem contato com o “Outro” não branco, os teóricos brancos caminham em direções discursivas teóricas que ameaçam e põem em risco a prática crítica que serviria de apoio à luta radical pela libertação. A crítica pós-moderna da “identidade”, ainda que seja relevante para a luta pela libertação negra, frequentemente é feita de forma problemática. Em vista do amplo domínio político da supremacia branca que busca evitar a formação de uma subjetividade radical negra, não podemos descartar arrogantemente a preocupação com as políticas identitárias (hooks, 2019, p. 76).

A realidade apresentada retrata algo problemático na esfera política, por estabelecer, consolidar e perpetuar dinâmicas de violência, o que ocorre porque cada vocábulo empregado molda a construção de identidades que provocam reflexões sobre narrativas que conectam experiências a questões sociais, mostrando como a escrita entrelaça vivências individuais e problemáticas coletivas.

Grada Kilomba (2019) apresenta uma comunicação escrita na perspectiva descolonial e empoderadora sobre o cuidado de si e do outro. A autora enfatiza o autoconhecimento e a reflexão crítica sobre experiências e identidades, propiciando o reconhecimento e o enfrentamento de opressões internalizadas que, por meio de narrativas pessoais e autobiográficas, exploram as vivências de mulheres negras. Nesse sentido, Kilomba valida essas experiências, criando espaços de cura e emancipação.

A análise de Kilomba é enriquecida pelo diálogo com diversas teorias do feminismo negro e da diáspora africana. Recursos como a alegoria da "máscara colonial" simbolizam as políticas de silenciamento e opressão, enquanto a escrita é apresentada como um ato político fundamental para a descolonização do pensamento e da linguagem.

A escritora previu esse problema com a linguagem e produziu um glossário para colaborar com a leitura de sua obra como um critério excepcional, que busca superar os desafios gerados pela carência de termos equivalentes em português e ampliar a comunicação das ideias da intelectual, que contestam as formas do racismo epistêmico na produção científica.

A concepção multifacetada de Grada Kilomba revela-se como uma ferramenta de poder para mulheres negras que desejam enfrentar o racismo nas diferentes esferas e empregar suas próprias linguagens em um percurso de reparação e transformação.

A ação coletiva de mulheres negras transforma a realidade, destacando a importância da solidariedade e do apoio mútuo. Elas promovem práticas de cuidado integral, que englobam

a transição de suas próprias linguagens em saúde mental e emocional e criam espaços seguros para compartilhamento de experiências e suporte recíproco.

Em geral, não se atribui a condição de produção de trabalho intelectual a artistas e ativistas políticas negras. Em instituições de ensino superior de elite, em especial, essas mulheres costumam ser consideradas objetos de estudo, uma classificação que cria uma falsa dicotomia entre pesquisa acadêmica e ativismo, entre pensar e fazer (Collins, 2019, p. 55).

O trabalho de Kilomba evidencia sua abordagem interdisciplinar, pois ela defende que tanto o conhecimento quanto a expressão artística são campos que necessitam de desconstrução na batalha pela descolonização. Originada de um estudo acadêmico, sua obra evoluiu para uma performance teatral vibrante, demonstrando sua abordagem interdisciplinar.

Os estudos culturais e a crítica cultural me entusiasмам porque são um espaço que obviamente acolhe trabalhos interdisciplinares, abarcando a teoria feminista que busca reunir múltiplas perspectivas, além de trabalhos que são escritos de um ponto de vista que inclui análises de aspectos de raça e classe (hooks, 2019, p. 46).

No mês de abril de 2024, em Inhotim, presenciei a performance *O Barco*, da artista, um trabalho que aborda a história da migração marítima das pessoas negras que foram retiradas de seu continente para serem escravizadas, um dos processos do racismo.

Na ocasião, tive a chance não só de apreciar a obra de perto, mas também de dialogar com a artista. Ela foi muito atenciosa ao meu breve relato sobre essa dissertação e, para minha felicidade, assinou o meu livro, o que representou um momento que certamente guardarei na lembrança por um longo período.

Ao aguardar o início do espetáculo, reencontrei amigos do universo artístico que desconheciam a formação acadêmica de Kilomba como psicóloga e escritora, o que não representa um erro da escritora, mas uma estratégia que a torna conhecida em diferentes áreas. Acredito que isso gere reações interessantes, já que quem segue o trabalho de Kilomba não consegue separar suas várias atividades, que se entrelaçam em múltiplas vozes e significados¹⁴.

Para a autora, tanto o saber quanto a expressão artística demandam desconstrução no processo de descolonização, o que Kilomba não trata como uma dissociação, mas como uma coexistência que não apresenta uma só razão de ser, mas se transforma em uma visão multidimensional.

¹⁴ Inhotim, maior museu a céu aberto do mundo, fica localizado em Brumadinho. O museu expôs obras de Grada Kilomba e Paulo Nazareth em 2024. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/entretenimento/inhotim-tera-exposicoes-de-grada-kilomba-e-paulo-nazareth-em-2024-1.3333952> Acesso em: 20 set. 2024

Ao produzir a interconexão entre arte e conhecimento acadêmico, ela apresenta narrativas que instigam a reflexão crítica sobre as hierarquias do saber, frequentemente arraigadas nas instituições educacionais. Por meio de sua arte, Kilomba busca desconstruir essas estruturas, edificadas sobre o universalismo europeu.

Nós temos uma noção muito patriarcal e fálica do que é o conhecimento, mas há uma hierarquia: aquilo que está ligado à academia é o verdadeiro conhecimento e a verdadeira profissão. Depois, nós nos especializamos numa coisa, depois fazemos um mestrado, um doutorado... É uma coisa bem fálica que vai crescendo, crescendo, crescendo. Eu acho a coisa muito mais cíclica, mais circular, em que nosso conhecimento atravessa muitas diferentes disciplinas e está em diálogo com diferentes formatos (Kilomba, 2019, n.p.).

Sua escrita sugere a descolonização de narrativas em ambientes acadêmicos dominados por homens brancos e que servem para manter a falta de vozes e a invisibilidade dos não brancos, especialmente mulheres negras, que são vistas como objetos de estudo sem autonomia.

A autora narra sua trajetória, destacando a importância da descolonização nas instituições sociais e na linguagem, que perpetuam estereótipos racistas, e questionando o papel de indivíduos brancos e suas comunidades em relação a padrões eurocêntricos.

Em sua obra *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), Kilomba não apenas faz um trabalho de coleta de dados, metodologia e argumentação coerentes com sua tese no campo da psicologia, mas também descreve sua trajetória pessoal e profissional após sua formação em psicologia em Lisboa, examinando suas dificuldades como a única estudante negra no Departamento de Psicologia Clínica e Psicanálise.

Como psicóloga, enfrentou discriminação de pacientes, sendo confundida com funcionária de limpeza e lidando com a recusa de atendimento, o que evidencia uma dinâmica do racismo que impede que mulheres negras sejam vistas em posições de autoridade, sendo frequentemente consideradas “menos inteligentes”. Na obra, todos esses episódios são trazidos, juntamente com outros, coletados por meio de “entrevistas narrativas biográficas com mulheres negras” (Kilomba, 2019, p. 81). A análise provoca reflexões sobre narrativas que conectam experiências a questões sociais, mostrando como a escrita entrelaça vivências individuais e problemáticas coletivas.

Grada Kilomba (2019) compartilha seus desafios na trajetória acadêmica em busca de reconhecimento como uma intelectual negra. Em um desses relatos, ela descreveu as dificuldades enfrentadas ao iniciar seu doutorado na Alemanha, onde lidou com situações racistas documentadas em sua tese, a qual foi apresentada inicialmente em sua defesa em Berlim, em 2008.

Durante longas noites e dias solitários na cidade, Kilomba escreveu o livro em inglês, explorando um universo literário pouco abordado pelo tema. A autora compõe seu escrito com o uso e a aplicação de diversas abordagens das teorias alinhadas a análises psicanalíticas, sociológicas e históricas, em especial a de Frantz Fanon, dialogando intensamente com a interpretação fenomenológica.

Quando um outro tenta obstinadamente me provar que os negros são tão inteligentes quanto os brancos, digo: a inteligência também nunca salvou ninguém, pois se é em nome da inteligência e da filosofia que se proclama a igualdade dos homens, também é em seu nome que muitas vezes se decide seu extermínio (Fanon, 2008, p. 43).

Sua obra se conecta a um conjunto valoroso de pensadores e pensadoras negras, como bell hooks, Patricia Hill Collins, Stuart Hall, Philomena Essed, Felly Nkewto Simmonds e Malcolm X. Traçando um caminho de autodescoberta, Kilomba analisa profundamente seus pensamentos e experiências emocionais, utilizando a escrita como uma ferramenta poderosa.

Para Grada Kilomba (2019), escrever é quase uma convocação interna, uma busca pela sua verdadeira identidade. Ao relatar sua própria história, ela não se limita a ser apenas a personagem de sua narrativa. No poema *Enquanto eu escrevo*, publicado na Revista Água Viva (2018), ela ilustra como o ato de escrever é um processo de autoconstrução, ao produzir a escrita, ela se posiciona como narradora e autora de sua realidade, exercendo a autoridade sobre a sua própria história.

A prática escrita do seu trabalho é quase uma reconfiguração do sujeito, que desafia as normas tradicionais de identidade. Em seu poema *Enquanto eu escrevo*, Grada Kilomba faz a reflexão do papel da escrita sobre práticas e eventos que moldam as existências negras. Os temas que permeiam sua escrita incluem racismo e discriminação, o feminismo negro e o empoderamento, a identidade cultural e a conexão com a ancestralidade, história e memória, resistência e resiliência, amor e família, corpo e sexualidade.

Sua escrita é como um meio de preservar e reconstruir saberes, pois, ao reunir relatos pessoais de inúmeras mulheres traz à tona episódios categóricos que lançam o foco sobre as lutas coletivas contra o racismo, instituídas pela força da memória.

Sua utilização como livro de vida, guia de conduta parece ter se tornado comum a todo um público culto. Ali se anotavam citações, fragmentos de obras, exemplos e ações que foram testemunhadas ou cuja narrativa havia sido lida, reflexões ou pensamentos ouvidos ou que vieram à mente. Eles constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas; assim, eram oferecidos como um tesouro acumulado para releitura e meditação posteriores. Formavam também uma matéria prima para a redação de tratados mais sistemáticos, nos quais eram dados os argumentos e meios para lutar contra uma determinada falta (como a cólera, a inveja,

a tagarelice, a lisonja) ou para superar alguma circunstância difícil (um luto, um exílio, a ruína, a desgraça) (Foucault, 2004, p. 03-04).

A autora revela uma resistência na firme articulação de memórias e vivências individuais que se transforma num poderoso diálogo entre o eu e o outro. Por meio das entrevistas, essas vozes tornam-se agentes de reflexão, desafiando normas narrativas tradicionais e recriando representações sociais sob a perspectiva vivida de quem carrega essa história, o que Foucault definiu como um registro.

Kilomba coloca, em sua obra, uma forte ênfase no existencialismo, ressaltando a importância da liberdade individual e da responsabilidade, ao mesmo tempo em que realiza uma análise crítica das estruturas de poder e conhecimento.

Tentaremos explicitar em que sentido o entendemos. De qualquer modo, o que podemos desde já afirmar é que concebemos o existencialismo como uma doutrina que torna a vida humana possível e que, por outro lado, declara que toda verdade e toda ação implicam um meio e uma subjetividade humana (Sartre, 1970, p. 03).

A obra de Grada combina elementos de autobiografia com relatos de outras histórias de vida e reflexão teórico-crítica, criando interseções de experiências, pensamentos e reflexões profundas, características essenciais da prática de escrita que envolve o registro de vivências significativas, a exploração de sentimentos, o desenvolvimento de autoconhecimento e a partilha de histórias únicas. Trata-se de uma livre expressão que se torna um caminho para um registro emocional terapêutico e histórico, em que a crítica ao racismo e à opressão se torna uma parte integral do discurso. Grada Kilomba (2016) questiona o que é o conhecimento, quem pode produzi-lo e a quem ele pertence. Nos trechos retirados do seu poema *Enquanto eu escrevo*, podemos perceber a busca pela legitimação da voz da intelectual negra¹⁵.

Eu sou vista como um corpo que
 Não pode produzir conhecimento
 Como um corpo fora do lugar
 Eu que, enquanto escrevo
 Cada palavra escolhida por mim
 Será examinada
 E, provavelmente, deslegitimada
 Então, por que eu escrevo?
 Eu tenho que fazê-lo
 Eu estou incrustada numa história
 De silêncios impostos,
 De vozes torturadas,
 De línguas interrompidas por

¹⁵ Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5737704/mod_resource/content/1/Enquanto%20eu%20escrevo.pdf
<https://www.youtube.com/watch?v=UKUaOwfmA9w>. Acesso em: 11 nov. 2024.

Idiomas forçados e
 Interrompidas falas
 E eu estou rodeada por
 Espaços brancos,
 Onde dificilmente eu posso adentrar e permanecer
 Então, por que eu escrevo?
 Escrevo, quase como na obrigação
 Para encontrar a mim mesma
 Enquanto eu escrevo
 Eu não sou o Outro
 Mas a própria voz
 Não o objeto
 Mas o sujeito (Grada Kilomba, 2016).

A criatividade de Kilomba floresce a partir da observação minuciosa de ambientes e pessoas, alimentada pela reflexão crítica e pela narrativa pessoal. Suas técnicas de escrita resultam em histórias profundas, autênticas e legítimas, que ecoam intensamente na confluência de seus leitores e leitoras.

Sua trajetória incluiu interações com comunidades de mulheres negras, feministas e do público LGBTTQIA+, que trouxeram uma politização tanto surpreendente quanto inspiradora, permitindo que Kilomba aprofundasse suas análises provocativas. Transformada em livro, a tese foi traduzida e publicada no Brasil em 2010.

Ao escolher investigar as condições de mulheres negras que compartilham histórias semelhantes às suas, Kilomba estabelece uma dinâmica de pesquisa em que a relação entre pesquisadora e participantes é marcada por uma equidade. Inspirada pelos conceitos da cientista social Philomena Essed, ela desvenda as sutis, porém persistentes, manifestações do racismo nas interações cotidianas, revelando como essa realidade traumática se conecta com a história colonial, o que torna a presença de mulheres negras quase invisível, mas dolorosa e inegáveis as discriminações.

O interesse cada vez maior que as pesquisas acadêmicas inspiradas pelo feminismo negro tem demonstrado tanto pelo sofrimento das mulheres negras que passam por todo tipo de relacionamentos abusivos quanto pelas preocupações específicas das adolescentes negras tende a levar ao surgimento de um novo espaço intelectual e político para a discussão do “inferno” que muitas mulheres negras ainda enfrentam. Ao menos nesse momento histórico, criar uma frente unificada parece menos importante que explorar as várias maneiras pelas quais as mulheres negras são pessoalmente empoderadas e desempoderadas, mesmo dentro de espaços supostamente seguros. (Collins, 2019, p. 235).

A junção das palavras "plantação" e "memória" reflete não apenas uma reencenação do passado, mas também a persistência de suas cicatrizes no presente, palpáveis em diversas comunidades africanas e afrodiaspóricas. Com um olhar atento e pessoal, Kilomba traz as

histórias de vida de mulheres negras na Alemanha, pois a pesquisa da autora se debruçou sobre entrevistas narrativas biográficas que revelam suas memórias pessoais forjadas em meio a estruturas racistas.

As teorias são elaboradas e redigidas por pessoas situadas em contextos específicos, que não são neutros ou universais, mas dominantes, refletindo, assim, as relações de poder existentes. Ao inserir discursos na realidade, busca-se transformar conhecimentos e práticas, evidenciando que a autoria está internamente ligada à posição de poder do autor.

Escrever se torna, portanto, um ato conferindo voz e autoridade sobre a própria narrativa, rompendo com o colonialismo e inaugurando uma expressão que envolve uma negociação entre quem fala e quem escuta. A permissão para se manifestar advém do reconhecimento da voz, de modo que aqueles que são ouvidos fazem parte, enquanto os que não o são ficam à margem dessa relação.

Kilomba (2019) investiga a esfera psicológica do racismo cotidiano por meio dos eventos que mulheres negras compartilharam no território. Como elas possuem origens distintas, a autora adota uma abordagem fenomenológica e interpretativa que permite confluir com as vozes das narradoras em primeira pessoa, convertendo a escrita em uma vivência coletiva com as entrevistadas.

A abordagem metodológica utilizada pela autora incentivou a interação entre a pesquisadora e as entrevistadas, tratando de assuntos que lhe são comuns, como identidade racial, beleza negra e problemas associados ao cabelo da população negra.

Nos relatos, são apresentadas entrevistas e vivências do racismo na infância. Nas seções seguintes, a conversa se concentra na visão da branquitude e na exclusão da negritude, por exemplo, as histórias de Alicia e Kathleen destacam suas experiências de estranhamento e a fantasia branca, desafiando a construção de novas narrativas.

Por meio de relatos autênticos e eventos vivenciados no racismo, o estudo se concentra em vozes que, conforme são argumentadas, mostram a diversidade das vozes e o poder de escuta da autora, que analisa profundamente suas implicações psicológicas e sociais. Assim, cada seção representa a etapa de um processo de reconhecimento do eu e do trauma na transformação dos desfechos da jornada como intelectual negra, desafiando a noção de uma pesquisa científica que reafirma a força de sua subjetividade.

Ainda assim, mesmo no campo da cultura, as discussões sobre a subjetividade negra frequentemente se limitam ao tema da representatividade, das imagens boas e ruins, ou são contidas por projetos que visam recuperar e/ou inventar tradições (expressadas nos círculos literários pela busca da formação de um cânone). Curiosamente, essas duas empreitadas não representam iniciativas de resistência (hooks, 2019, p. 60-61).

A autora introduz informações sobre o racismo, revelando como as interseções da memória coletiva e individual estão ligadas às vivências contemporâneas, às cicatrizes do colonialismo e da escravidão.

Grada (2019) transforma episódios de racismo em narrativas íntimas, compartilhando histórias que não apenas evocam a repetição do passado colonial, mas expõem uma realidade traumática, que frequentemente é deixada à margem e que transporta a pessoa negra para um cenário colonial, como em uma plantação, onde se torna “outra”, confinada em uma posição de subordinação e exótico.

O passado se une com o presente, como se o sujeito negro estivesse revivendo a agonia de um tempo que se repete. Reconstrói-se um território que apresenta a memória, o trauma e descolonização, no qual a interseccionalidade desses tópicos é apresentada como o conceito de máscara, como símbolo de políticas coloniais e de repressão severa. Nesse sentido, a discussão sobre o lugar da voz do sujeito negro deve ser reformulada, considerando o que o homem branco temia ouvir.

Autores da raça branca escreveram bons livros, pelos quais sou profundamente grato, mas parece ser quase impossível um homem branco se colocar plenamente em nosso lugar. Nenhum homem sente de fato o ferro que perfura a alma de outro homem. (Collins, 2019, p. 90-91).

A obra de Kilomba apresenta uma análise que ultrapassa os temas relacionados à dor e à memória, mas abrange também a formação da negritude como “outra”, algo que pode parecer um evento isolado, mas que revela uma sequência de episódios violentos, estabelecendo um padrão histórico de abuso racial, um acúmulo de opressões que não apenas evoca os horrores da violência racista, mas também resgata as memórias coletivas do trauma colonial. Desse modo, somos invadidos por uma condição de singularidade, um conhecimento nas experiências dolorosas provocadas pelo racismo cotidiano atrelado ao trauma inicial, manifestado continuamente na nossa identidade racial.

Ao explorar o racismo cotidiano, Kilomba (2019) eleva a escrita a um potente ato de descolonização. Com sua sabedoria, não apenas desafia as velhas estruturas coloniais, mas trabalha na reinvenção do eu, conferindo autenticidade à própria voz e às vozes de outras mulheres negras, ao expor as realidades que, por muito tempo, permaneceram nas sombras ou foram distorcidas. Sua obra se transforma em um poderoso emblema de dois anseios profundos, a resistência à marginalização e a busca incessante por uma nova identidade, cheia de significados e reconhecimento.

A interação entre resistência e reinvenção une um ciclo de aprendizagem mútua, de modo que se opor ao racismo não é apenas um passo, mas uma necessidade urgente para que novas realidades possam florescer. Nesse cenário, a escrita se converte em um elo que nos conecta através da essência humana em comum, desvelando uma maneira inovadora de nos comunicarmos. Trata-se de um movimento que almeja preencher os vazios deixados pela herança colonial e patriarcal que ainda nos envolve e busca cultivar um novo terreno de resistência e criar uma nova forma de linguagem.

É comum grupos oprimidos serem ouvidos apenas quando enquadramos nossas ideias em uma linguagem familiar e confortável para um grupo dominante. Esse requisito muitas vezes modifica o significado de nossas ideias e contribui para fortalecer as ideias dos grupos dominantes (Collins, 2019, p. 20).

Essa linguagem, que nos propõe a autora, nos convida a refletir sobre a importância de libertar nossas palavras dos grilhões coloniais, por meio das escolhas lexicais que fazemos, uma vez que a terminologia está enraizada na história das políticas de insulto e do racismo cotidiano na língua portuguesa.

Para evitar a reprodução da violência e dos traumas inerentes a ele, a autora se dissociou dos termos racistas e optou por grafá-lo em itálico, abreviado e em minúsculas. A utilização de guardas em "N." e "M." é intencional, exclusivamente nas entrevistas e análises das mulheres, como parte da desconstrução da linguagem colonial. Essa estratégia pode ser tanto ferramenta de opressão quanto de resistência, visto que as palavras são, ao longo da história, as matrizes que sustentam as dinâmicas de poder que perpetuam a violência. Portanto, a necessidade de descolonizar a linguagem é um clamor por uma transformação social que ressoe livremente, ajudando a reescrever as narrativas de nosso passado e esculpir um futuro mais inclusivo.

O debate sobre poder, representatividade e marginalização suscita importantes reflexões sobre escutar e viabilizar as perspectivas dos oprimidos, questionando as hierarquias existentes no meio acadêmico e reforçando que não se deve falar pelo subalterno, mas sim criar espaços para que ele próprio possa se expressar e ser ouvido.

A interação entre a oposição e a reinvenção acontece em um ciclo de complementaridade, em que resistir ao racismo não é apenas a base de algo maior, mas também é urgente para dar vida ao novo. Nesse processo, a escrita revela uma linguagem que nos conecta em nossa humanidade compartilhada, representando uma nova forma de expressão. Esse processo reivindica significados que preenchem as lacunas da nossa herança colonial e patriarcal, enriquecendo as ideias de uma nova linguagem.

Segundo a autora, trata-se de um convite para refletir sobre a urgência de libertar a linguagem das amarras coloniais, revelando como as palavras que escolhemos podem ser agentes tanto de opressão quanto de resistência, já que certos termos e expressões, ao longo da história, nutriram dinâmicas de poder que perpetuaram a violência. Portanto, o ato de descolonizar a linguagem é uma reivindicação de transformação social.

4.6 Estratégias de autonomia: como autoras negras enfrentam racismo epistêmico e marginalização intelectual

A emancipação é mais do que um conceito, é um ato de libertação e independência que, por meio das vozes das mulheres negras, representa um chamado para recompor cenários e criar novos critérios de conhecimento, que honrem a liberdade coletiva nas particularidades da experiência da mulher negra, reconhecendo a importância de enredar a luta de gênero com a batalha antirracista, criando, assim, uma militância robusta. “A nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo *apud* Duarte; Nunes, 2020, p. 12).

Conforme Carneiro (2023), o objetivo principal da intersecção entre gênero e raça é unir forças na criação de uma composição que elabore estratégias políticas que proporcionem protagonismo às mulheres negras, contribuindo para que o cuidado consigo mesmas e com os demais se torne um alicerce essencial na busca pela emancipação.

O feminismo hoje passa necessariamente pelo debate sobre a questão das mulheres negras no Brasil. É impossível tratar do tema da emancipação das mulheres sem tratar da temática negra”, afirma Sueli. ‘As mulheres negras, por força da exclusão que sofrem, são lideranças do feminismo brasileiro hoje, acredito que inequivocamente, até porque somos o segmento que mais tem a cobrar’ (Carneiro, 2019, n.p).

Conceição Evaristo (2020), a criadora do conceito de "escrevivência", uma junção das palavras "escrever" e "vivência", nos instiga a refletir que é preciso ir além do que é considerado solene pelos acadêmicos, desafiando-nos a desvendar os diversos significados que esse termo possui.

A "escrevivência", originada na escrita das mulheres negras, torna-se uma prática e não meramente um ato de criação, provocando o desmantelamento das narrativas opressivas de um passado marcado pela supressão das vozes e dos corpos das mulheres escravizadas, que foram moldadas e silenciadas por um sistema de opressões, onde homens, mulheres e até crianças exerciam funções de dominação (Hermínio, 2022).

No primeiro capítulo da obra *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, intitulado *A máscara, colonialismo, memória, trauma e descolonização*, Kilomba (2019) apresenta um dos trechos mais impactantes do livro. Nele, a autora elucida o conceito de racismo, expõe a crueldade do silêncio opressivo e desvenda a angústia gerada pela escravização.

Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os “Outras/os”: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (Kilomba, 2019, p. 33).

A história de tortura que envolve a escravização de Anastácia, retratada por Kilomba, apresenta relatos e descrições do que foi vivido por uma mulher negra escravizada que foi obrigada a usar a máscara do silenciamento, um pedaço de metal colocado na boca dos escravizados, utilizado como ferramenta de opressão por colonizadores europeus para impedir que escravizados comessem e, principalmente, para deixá-los calados e com medo durante o trabalho forçado nas plantações.

Kilomba propõe um processo de “cura” por meio de sua escrita, promovendo autoconhecimento e superação de traumas, ao mesmo tempo em que desafia a linguagem colonial e as estruturas de poder subjacentes à opressão, convertendo experiências de racismo em diálogos sobre memória e identidade. Assim, sua obra transcende a mera representação da dor, focando na conscientização e na transformação social, sublinhando a necessidade de fortalecer as vozes marginalizadas.

Nesse contexto, a linguagem se mostra como uma ferramenta essencial de resistência e de oposição ao silenciamento da voz da pessoa negra. O silêncio imposto à boca e à voz do outro nasce do temor do colonizador de confrontar a dura realidade da violência escravocrata e do racismo. O medo do confronto evidencia a necessidade urgente de silenciar quem ousa discordar de tais opressões, impondo que a boca permaneça fechada e sua voz seja abafada.

No trabalho de Kilomba, as questões de raça, gênero e colonialismo são evidenciadas sob a perspectiva da resistência ao silenciamento, de modo que a centralidade de sua argumentação é uma reivindicação da própria voz, recusando a representação de indivíduos marginalizados por outros, o que desafia as narrativas hegemônicas que silenciam vozes minoritárias e é fundamental, assim como a formação de espaços diferentes para a sua expressão.

Nós nos voltamos para a “identidade” e a “cultura” para nos relocalar, como prática política uma identidade que não se baseia em um nacionalismo cultural estreito que mascara o fascínio pelo poder do outro hegemônico branco. Em vez disso, a identidade é evocada como a etapa de um processo por meio do qual se constrói uma subjetividade negra radical. Reflexões críticas recentes sobre noções estáticas da identidade negra pedem uma mudança profunda em nossa percepção acerca de quem podemos ser, sem deixarmos de ser negros (hooks, 2019, p. 63-64).

A máscara representa o domínio da branquitude e simboliza as políticas de conquista, dominação e silenciamento do “outro”. A boca, órgão da fala, é controlada pelos brancos como forma de posse e controle sobre os negros e, nesse sentido, os mecanismos da dinâmica do silenciamento para a marginalização dos negros na sociedade brasileira são evidentes. Historicamente, o discurso da democracia racial supostamente serviu para justificar a igualdade perante a lei, mas, na verdade, esconde a hierarquia racial e a dominação branca.

Anastácia é um exemplo de resistência contra a opressão da escravidão, evidenciando a necessidade urgente de dar visibilidade a histórias moldadas por contextos adversos, visto que a preservação dessas narrativas se torna essencial para promover justiça e reconhecimento histórico das comunidades marginalizadas.

A história construída em contextos desafiadores preserva a memória e promove a justiça de comunidades marginalizadas. Autoras negras como Grada Kilomba (2019) e Conceição Evaristo (2020) abordam as feridas do racismo estrutural, destacando seu impacto na vida das pessoas negras e trazendo narrativas que confluem.

Com o conceito de "escrevivência", Conceição Evaristo transforma experiências e dores em escrita, ao reconhecer suas próprias feridas. Exercendo seu lugar de mulher negra que promove conscientização e empatia entre seu público, restaura a voz de outras mulheres negras por meio de suas obras. Evaristo revisita as cicatrizes do racismo estrutural, analisando a memória e a identidade, além destacar as conexões ancestrais que fortalecem a história e a experiência da população negra, a partir de uma estratégia de emancipação,

Um exemplo poderoso dessa conexão entre diversas vozes negras é a escrita da autora Carolina Maria de Jesus, que, mesmo antes de o termo “escrevivência” ter sido elaborado por Evaristo, incorporou as palavras "escrever" e "vivência" à própria experiência de escrita. Em seus cadernos desgastados, escreveu e narrou seu cotidiano na favela, proclamando: “Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos” (Jesus, 1992, p. 17)

Reside nesse trecho da obra de Carolina a essência da escrevivência: um testemunho das injustiças, dores e silêncios que, de outra forma, permaneceriam eternamente ocultos. Conceição Evaristo concedeu uma declaração publicada pelo Instituto de Estudos Avançados da

Universidade de São Paulo (USP) em 2022. Ela afirma que: “A escrevivência não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade” (Evaristo, 2022, n.p).

Para Evaristo, a literatura é uma arma na luta contra o racismo e o machismo, o que faz a escrevivência brotar do cotidiano, das memórias e vivências das autoras e de seu povo. Nesse cenário, a escrita negra é notória como um ato fundamental, pois saberes se confluem sem que a essência se perca, mas se enriquecendo mutuamente. A circularidade do conhecimento estabelece um eterno fluxo, onde tudo se transforma, ao mesmo tempo em que flui e se revela.

As mulheres negras, agora donas de sua escrita, criam novas correntes de cura, fazendo com que as feridas que outrora sangravam transformem-se em cicatrizadas. Assim, a escrita se torna um campo de batalha onde passado e presente se destoam, clamando por reconhecimento e justiça, por reparação. Nessa perspectiva, a "escrevivência" desponta como uma poderosa ferramenta de reconexão com as raízes ancestrais e seus valiosos saberes.

Nêgo Bispo (2023) apresentou uma visão profundamente enraizada nos conhecimentos orgânicos, uma rica confluência que revela a dinâmica entre os diversos elementos das tradições, que se incorporam ao se encontrarem.

Mas o que aconteceu foi que a palavra que melhor germinou foi confluência. Não tenho dúvida de que a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia (Bispo, 2023, p. 09-10).

A "escrevivência", por Conceição, é uma jornada de fortalecimento que transforma a memória do passado em uma forma de ser ouvida e vivida, num caminho que busca não apenas compreender o pensamento orgânico, mas também integrar o sintético. Ao explorar as intersecções desses saberes, a abordagem traça uma perspectiva firmemente alicerçada nos saberes tradicionais e enfatiza a interação entre as diferentes vertentes do conhecimento dos povos negros, abrangendo nossas comunidades e proporcionando uma nova compreensão de nossa identidade.

Embora seja evidente que os livros desempenham papéis cruciais na comunicação, especialmente na difusão de ideias nas esferas social e acadêmica, é fundamental ressaltar a luta contra o racismo epistêmico, que se manifesta na publicação e na circulação de obras produzidas pela intelectualidade negra.

Alguns dados alarmantes revelam a negligência em relação às produções da intelectualidade negra. De acordo com Vera França (2018), o funcionamento dos meios de comunicação muitas vezes reflete o olhar enviesado de quem analisa a realidade, revelando a necessidade de uma perspectiva mais inclusiva.

Autoras negras enfrentam o racismo epistêmico na divulgação de suas obras, sofrendo a exclusão de suas vozes no campo intelectual. No meio acadêmico, são muitas vezes pressionadas a apresentar teorias que se alinhem a estratégias políticas relevantes, o que, para bell hooks (2019), a educação crítica que se mostra na escrita, no ensino e na vida está ligadas ao desenvolvimento de estratégias para descolonizar o pensamento e a ação de pessoas colonizadas, promovendo, assim, a libertação do conhecimento suprimido.

Enquanto escrevia estes ensaios, refleti de forma bastante consciente sobre o processo de descolonização, sobre o que acontece quando nós, negros, começamos a descolonizar nosso pensamento, quando escrevemos a partir dessa perspectiva e depois passamos o trabalho para preparadores e editores que podem não ter a mínima ideia do que estamos tentando dizer ou que podem tentar reorganizar o trabalho para que ele diga outra coisa (hooks, 2019, p. 48).

Em uma entrevista ao jornal Correio Braziliense em 2018, Conceição Evaristo destacou que a literatura ainda está predominantemente sob o controle de homens brancos, apontando que a publicação de um livro representa um ato político, sobretudo para mulheres negras. Ela enfatiza que o mercado editorial brasileiro reflete o racismo estrutural presente na sociedade, dificultando o acesso de escritores negros à publicação de suas obras.

Ao abordar esse tema, a autora ressalta o valor de escrever e publicar como um gesto de resistência que desafia as estruturas que perpetuam opressões históricas. Sob esse olhar, a produção e a divulgação acadêmica das pesquisadoras negras também podem ser vistas como atos de rebeldia, tal como Evaristo vê a literatura ficcional.

A autora aborda o racismo presente na sociedade brasileira em suas obras, o que representa muito do que ela vive no seu cotidiano, como o relato de um episódio em que ela foi abordada por uma arquivista em um evento. A pessoa associou sua imagem à foto de um livro, perguntando se ela escrevia livros de receitas. Essa situação ilustra o imaginário do Brasil, que ainda não permite que mulheres negras sejam vistas como escritoras literárias.

No entanto, graças ao trabalho em conjunto de autores negros, essa realidade tem se transformado de maneira significativa, a presença da autora em eventos literários aumentou e os convites são mais frequentes. Conceição tem certeza de que a escrita e a narrativa das histórias negras escritas por pessoas negras combatem o preconceito e a autora deixou

registrado seu interesse em redigir ensaios sobre escritoras negras, considerando isso como um dever a ser cumprido¹⁶.

O aspecto mais empolgante de ensinar fora de estruturas convencionais e/ou salas de aula universitárias tem sido compartilhar as teorias que escrevemos na academia com públicos não acadêmicos e, mais importante, ver quão famintos eles estão de ter contato com novas possibilidades de aprender, quanto desejam usar esse conhecimento de maneiras significativas para enriquecer a vida cotidiana (hooks, 2021, p. 17).

Ao explorar as obras de escritoras negras, podemos desvelar como elas investigam e reinterpretam o contexto de seus estudos. Ao focarmos na produção das intelectuais negras, observamos uma exclusão gritante de suas vozes nas estatísticas de produtividade, o que se configura como um reflexo claro do racismo e do sexismo, que perpetuam o esquecimento de suas valiosas contribuições.

De acordo com os dados da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, publicada em 2021 e realizada entre os anos de 2015 e 2019, livros alcançam grandes públicos e o índice de leitores no Brasil chega a 52% da população. Esse índice aumenta quando fazemos o recorte da população com ensino superior, o alcance desses leitores chegou ao percentual de 68% da população em 2019, de modo que podemos constatar a relevante circulação de livros na sociedade brasileira.

Desde o lançamento do livro *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*, de Sueli Carneiro, em 2023, a obra já foi citada em aproximadamente 20 resultados científicos, de acordo com o Google Acadêmico, ferramenta que oferece acesso a uma ampla gama de documentos científicos, incluindo artigos, livros, teses e dissertações¹⁷. Por outro lado, *Memórias da plantação* (2019), de Grada Kilomba, foi mencionado em aproximadamente 4600 pesquisas. Nesse sentido, a relevância desses livros como mediadores da comunicação acadêmica é evidente¹⁸.

A Pesquisa realizada pela Universidade de Brasília (UnB) no ano de 2014 e publicada pelo Jornal da USP em 2021, aponta que apenas 10% dos livros brasileiros publicados entre 1965 e 2014 foram escritos por autores negros. O levantamento não tem o recorte das

¹⁶ Leia a entrevista de Evaristo ao Correio Braziliense. *Conceição Evaristo: A literatura está nas mãos de homens brancos*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-literatura-esta-nas-maos-de-homens-brancos/> Acesso em: 15 jul. 2024.

¹⁷ Google Acadêmico, Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?scisbd=1&q=dispositivo+da+racialidade+++%22sueli+carneiro%22&hl=pt-PT&as_sdt=2007. Acesso em: 22 de jan. 2025.

¹⁸ Google Acadêmico, Disponível em: Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=2005&sciodt=0%2C5&cites=1560344756107437352&scipsc=&as_ylo=2019&as_yhi=2025. Acesso em: 22 de jan. 2025.

publicações feitas por mulheres negras, mas a escassez de publicações de pessoas negras indica os altos índices de desigualdade nas publicações editoriais do país.

Quando decidi escrever livros sobre amor, assumi que meu público seria composto por leitores de qualquer raça que estivessem interessados pelo tema. Contudo, quando negocie com quem toma as decisões no mercado editorial, pediram que eu identificasse qual público seria. Explicaram que poderia ser difícil atrair leitores brancos, pois eles me associavam à libertação negra. Acreditei que poderia transcender o consumo baseado em raça que é a norma em nossa sociedade (hooks, 2021, p. 58).

A pesquisa foi conduzida pela UnB, que examinou publicações das principais editoras do Brasil de 1965 a 2014, revelando que o negro aparece mais como assunto do que como autor, e que os escritores brasileiros são predominantemente homens (70%), brancos (90%) e paulistas ou cariocas (50% do total). Os personagens apresentados também refletem a realidade desses escritores, visto que os personagens principais são homens. (60%), brancos (80%), heterossexuais (90%). Quando o negro é personagem (6,2% dos romances publicados entre 2004 e 2014), 4,5% deles protagonizam as histórias e a maioria (obras de 1990 a 2014) exerce funções como assaltante, empregado doméstico, escravo, profissional do sexo e dona de casa.

É importante destacar as diversas camadas de desigualdade que se entrelaçam nas vidas das mulheres negras, moldando experiências que se transformam em resistência diante das adversidades sociais. Ao se tornarem autoras, elas enfrentam o desafio de um sistema que perpetua o apagamento, encarando a presença de negros na literatura brasileira mais como personagens de um enredo alheio do que como vozes autênticas.

Embora ainda tímida, a crescente visibilidade de autoras negras na academia é um fundamento na luta contra o racismo estrutural e epistemológico, constitui um dos eixos centrais da análise das estratégias de resistência dessas mulheres. Assim, para esta pesquisa, os livros foram considerados como *corpus* de análise comunicacional, fundamentando a coleta de dados bibliográficos e documentais e a subsequente análise do discurso presente em autobiografias de mulheres negras.

Essas autodefinições da condição de mulher negra foram pensadas para resistir às imagens de controle negativas da condição de mulher negra promovidas pelos brancos e às práticas sociais discriminatórias que essas imagens de controle sustentavam. Em suma, a participação das mulheres negras na elaboração de uma cultura afro-americana em constante mudança estimulou visões de mundo especificamente negras e centradas nas mulheres (collins, 2019, p. 45).

Recentemente, o surgimento de editoras que se dedicam exclusivamente à literatura negra tem suscitado transformações significativas no enquadramento literário. Contudo, esse desinteresse persistente do mercado em relação a autores negros pode ser atribuído, em parte, à percepção equivocada de que não existe um público desejoso por suas obras.

Em grande medida, isso se deve ao próprio racismo que permeia as estruturas sociais, o que pode ser caracterizado como epistemicídio, configurando-se como um sequestro silencioso do saber, que rebaixa e marginaliza as pessoas negras e resulta na negação de sua existência como agentes do conhecimento, impondo um olhar de inferioridade intelectual sobre autoras negras e o desejoso de seus leitores, algo que precisa ser urgentemente desfeito¹⁹.

Atualmente, o mercado literário tem se tornado um mosaico de vozes, pois a interação dos leitores nas redes sociais molda novas narrativas, que podem redefinir outros rumos da leitura. Tal fenômeno democratiza o poder das escolhas literárias, revelando um cenário onde a tecnologia de impressão e as plataformas de venda on-line se entrelaçam para dar espaço à diversidade de expressões de autoras negras.

Editoras consagradas expandiram seus horizontes e novas editorias surgiram com a missão de amplificar essas vozes negras. A Malê, por exemplo, dedica-se a proporcionar acesso a obras de escritores negros contemporâneos e já enriqueceu o cenário literário com cerca de 140 títulos. A Kitembo, por sua vez, adentra o espaço do afrofuturismo, enquanto a Pallas se destaca ao oferecer histórias que celebram a ancestralidade afro-brasileira e africana, encantando leitores de todas as idades (Lledó, 2023).

Em um cenário marcado pela indiferença dos editores brasileiros, Carolina Maria de Jesus (1992) viu suas palavras serem silenciadas em um vazio ensurdecedor em meio aos interesses comerciais. O investimento para a publicação de seus escritos demandava quantias que seu bolso não podia alcançar.

Cansada de esperar por uma chance no Brasil, decidiu mudar de rumo e lançar suas aspirações rumo à terra das oportunidades. Armada apenas com a lista de editoras norte-americanas que um amigo lhe confiou, a autora usou sua coragem de sonhadora e ofereceu seus manuscritos em troca de abrigo e alimento. Segundo ela, assim como nós, as palavras também clamam por sustento. “Pois é, Toninho, os editores do Brasil não imprime o que escrevo porque sou pobre e não tenho dinheiro para pagar. Por isso eu vou enviar o meu livro para os Estados Unidos. Ele deu-me vários endereços de editoras que eu devia procurar” (Jesus, 1992, p.113).

¹⁹ Confira um artigo sobre a participação de autores negros na literatura tem avançado no Brasil - Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/participacao-de-autores-negros-na-literatura-tem-avancado-no-brasil/> Acesso em: 27 nov. 2024.

No prefácio do livro *Escritos de uma Vida* (2018), de Sueli Carneiro, Conceição Evaristo enfatiza o poder transformador das palavras, destacando especialmente a importância das vozes das mulheres negras. Essa perspectiva incentivou Sueli Carneiro a reunir e publicar textos essenciais, uma iniciativa que, até então, não era uma prática comum em nossa luta. Esse esforço representou um passo significativo no registro e na valorização das contribuições individuais na batalha contra o racismo e outras formas de discriminação no Brasil.

A proposta apresentada no livro *Escritos de uma Vida* (2018) estimulou Carneiro a colocar em prática a escrita e a publicação de suas obras: “Nunca pensei ser escritora. Escrever sempre foi, para mim, uma chance ou condição de remover a trava que a timidez colocava em meu desejo de comunicar minha indignação frente às injustiças do mundo” (Carneiro, 2018, p. 11).

O universo literário, em sua essência diversa, revela uma rica complementaridade entre diferentes conteúdos. Nesse cenário, a geografia se destaca como um espaço de permanências e dinâmicas, de modo que Santos (2006) afirmou que as estruturas fixas que definem cada local não são apenas cenários, elas geram ações que transformam seus próprios ambientes, enquanto os fluxos resultantes dessas ações redefinem o significado e o valor das permanências. Assim, para identificar e mapear as redes de saberes materializadas a partir dos livros das autoras que constituem essa pesquisa, busquei identificar o alcance e os fluxos das autoras negras e seus livros com o uso da tecnologia para divulgação de suas obras nos espaços digitais.

O livro que constitui o *corpus* desta pesquisa *Memórias da Plantação*, de Grada Kilomba, publicado pela editora Cobogó em 2019, conquistou o título de quarto livro mais vendido na categoria de não ficção durante a Festa Literária Internacional de Paraty em 2019, com impressionantes 1.355 cópias comercializadas.

De acordo com Google Trends, o interesse pela obra cresceu ao longo de seus cinco anos de publicação, com a Bahia liderando a busca pelo livro, especialmente em 2023, ano em que Kilomba foi uma das curadoras da 35ª Bienal de Arte de São Paulo, realizada no Parque Ibirapuera entre setembro e dezembro de 2023, período de maior procura do livro²⁰.

O livro foi lançado no Festival Internacional de Literatura, em Berlim, no final de 2008, e a partir daí começou um itinerário de vários anos que eu nunca imaginaria: Londres, Oslo, Viena, Amsterdam, Bruxelas, Roma e Estocolmo, passando por Acra, Lagos, Joanesburgo, São Paulo e Salvador, entre muitas outras cidades. Foram precisos dez anos para chegar a Portugal e ao Brasil (onde é publicado simultaneamente) e à sua tradução na língua portuguesa. Foi um caminho longo. E, no entanto, eu sei que não

²⁰ Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano, nos últimos 5 anos no Brasil. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=today%205-y&geo=BR&q=%2Fg%2F11fvgzcfdg&hl=pt> Acesso em 01 nov. 2024.

poderia ter chegado antes – nem este nem tantos outros livros –, pois os comuns gloriosos e românticos discursos do passado colonial, com os seus fortes acentos patriarcais, não o permitiram (Kilomba, 2019, p. 13).

Em Minas Gerais, o envolvimento com a obra teve seu auge em 2021 e, atualmente, o estado ocupa a 14ª posição em termos de interesse. O livro também se destacou em diversas plataformas acadêmicas e, em 2024, foi escolhido como leitura da edição de julho do Clube de Leitura da Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles (BDB) Cultural, do Ministério da Cultura²¹.

A atriz Taís Araújo, reconhecida defensora dos direitos das mulheres negras pela ONU Mulheres Brasil, indicou a obra como leitura, elogiando-a como um dos livros mais significativos que já leu e um aliado no seu processo de formação. Ela acredita que essa leitura poderá proporcionar uma jornada mais empática, responsável e antirracista para todos²².

Mais uma vez, à medida que nos educamos mutuamente de modo a adquirir consciência crítica, temos a oportunidade de ver quão importante a diversidade de perspectivas pode ser para qualquer luta política progressista que leve a sério a transformação (hooks, 2019, p. 39).

Publicado em 2023, o livro *Dispositivo de Racialidade: A Construção do Outro como Não Ser como Fundamento do Ser*, uma obra da filósofa Sueli Carneiro que tem impacto em várias áreas acadêmicas, já inspirou uma gama de trabalhos, incluindo o clube de leitura "Lendo Sueli Carneiro", do portal Geledés. É impressionante o número de estudos que já reconhecem sua influência. Em 2024, o Sesc-SP e a Casa Sueli Carneiro deram vida ao curso Educação a Distância (EAD) gratuito *Dispositivo de Racialidade*, uma oportunidade aguardada por muitos leitores do livro²³.

O alcance dessa obra chegou ao magistrado e, em 2023, a decisão do juiz Guilherme Lamas, que condenou um segurança por atos racistas, repercutiu amplamente, conforme a reportagem do portal Terra de 25 de agosto de 2023: "Juiz cita Sueli Carneiro e Kabengele Munanga ao condenar segurança por racismo". O magistrado fundamentou sua sentença nas ideias de Sueli Carneiro e Kabengele Munanga, destacando a necessidade de desnaturalizar a

²¹ Livro *Memórias da Plantação*, de Grada Kilomba, foi o escolhido da edição de julho do Clube de Leitura BDB Cultural Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/livro-memorias-da-plantacao-de-grada-kilomba-e-o-escolhido-da-edicao-de-julho-do-clube-de-leitura-bdb-cultural-1>. Acesso em: 01 nov.2024

²² *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo no Cotidiano*, da Grada Kilomba, é a nossa leitura do mês! Disponível em: <https://www.instagram.com/taisdeverdade/reel/DA1sxsxxghy/> Acesso em: 01 nov.2024

²³ *Sesc SP e Casa Sueli Carneiro lançam Dispositivo de Racialidade, novo curso EAD gratuito* Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/sesc-sp-e-casa-sueli-carneiro-lancam-dispositivo-de-racialidade-novo-curso-ead-gratuito/> Acesso em: 01 nov. 2024

concepção racista do "Outro" e de revelar, na prática, as imposições sofridas por aqueles que são subjulgados pelo racismo (Simões, 2023).

A citação dos intelectuais reforça a importância de confrontar a naturalização do ideário racista e as imposições que lhe são atribuídas. A consolidação do livro e sua circulação são demonstrados pela disponibilidade de vendas em praticamente todas as plataformas de vendas virtuais e pela circulação dos seus conceitos nas redes sociais. De acordo com hooks, “Os projetos de justiça social precisam de um vocabulário comum e funcional que amplie a compreensão da política de empoderamento” (hooks, 2019, p. 494).

Além disso, embora há muito existam historiadoras, escritoras e cientistas sociais negras, até recentemente essas mulheres não ocupavam posições de liderança em universidades, associações profissionais, publicações impressas, veículos de rádio e teledifusão e outras instituições sociais de validação do conhecimento. A exclusão das mulheres negras de posições de poder nas principais instituições levou à valorização das ideias e dos interesses da elite masculina branca e à correspondente supressão de ideias e interesses das mulheres negras no mundo acadêmico tradicional (Collins, 2019, p. 37).

Paralelamente, surgem questões sobre como constituem a complexa realidade tornando-se um intrigante campo de investigação, que, atualmente, define os elementos fixos que assumiram uma nova visão, que propõe que o espaço deve ser compreendido como um conceito histórico, intimamente relacionado ao fenômeno das redes e à globalização.

Foram estabelecidos territórios onde intelectuais de diversas áreas investigam a interação entre a linguagem verbal e a tecnologia digital, analisando como a produção e o consumo dessa linguagem mudaram com os novos meios de circulação, provocando a reflexão sobre a influência das redes virtuais nas práticas de leitura e levantando questões sobre as consequências para o aumento ou a diminuição da leitura.

Hoje, com a velocidade das redes e mídias sociais, outros dilemas se apresentam: as vozes parecem perder densidade e estimular discursos de efeito, categorias simplificadas ou, no limite, gritos sem teor. Entretanto, seria injusto não reconhecer o caráter de expansão e abertura para o debate público que há pouco tempo estava restrito aos espaços especializados, acadêmicos e ativistas. As mídias sociais são suportes que podem galvanizar as pessoas para a mudança (hooks, 2019, p. 13-14).

A pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, elaborada pelo Instituto Pró Livro e pelo Itaú Cultural e divulgada em 2020, aponta uma perda de 4,6 milhões de leitores entre 2015 e 2019. Com a assinatura do decreto que regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, são retomadas as discussões para aumentar o número de leitores no Brasil.

A publicação da Agência Brasil (2024) informa que Dante Cid, presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, sugere a combinação de livros digitais e impressos para atrair mais leitores, afirmando que somente livros digitais não são suficientes, mas sim, um sistema misto de bibliotecas físicas e digitais para melhorar o acesso a livros.

A digitalização facilita o acesso aos livros, permitindo que leitores de todo o mundo se conectem a uma ampla variedade de títulos, o que tem alterado a circulação literária, envolvendo diversos atores na disseminação do conhecimento e na análise de suas relações. O cenário literário começou a se transformar em relação à visibilidade das escritoras negras e, embora ainda haja algumas raras exceções que atestam o desinteresse do mercado, a discussão sobre racismo e suas repercussões diárias ganhou destaque nas conversas públicas, tornando-se um tema recorrente que invade o cotidiano de todos nós.

Ampliar o reconhecimento das contribuições de intelectuais negras não apenas valida a produção escrita de mulheres negras, como abre espaço para o desenvolvimento de novos saberes, o que ocorre por meio de uma análise das interações que envolvem a disseminação de suas epistemologias, focadas nas realidades dos fenômenos, valorizando as vivências, ao invés de limitar sujeitos ou objetos a categorias rígidas.

Ao investigar como esses fenômenos reverberam na consciência coletiva, essa abordagem busca estabelecer uma base robusta para a educação midiática, um tema essencial para expandir a visibilidade intelectual e promover a transformação prática das teorias na luta contra o racismo institucional que permeia nossa sociedade. Desse modo, propõe-se um avanço significativo no campo do conhecimento e na compreensão das dinâmicas sociais que nos impactam por meio do reconhecimento de nossas produções.

Escrever crítica cultural como uma resposta a conversas tidas com amigos, colegas e alunos é diferente de escrever um texto para aprimorar a lista de publicações de alguém com vistas a um processo de progressão de carreira na universidade ou qualquer outro processo de avaliação acadêmica. Como muitos dos homens brancos que têm poder na instituição onde leciono “amaram” Faça a coisa certa, eu estava ciente de que escrever e publicar o que eu pensava poderia ter consequências negativas (hooks, 2019, p. 47).

Quando o reconhecimento de escritoras negras ocorre, ele se transforma em um fenômeno social capaz de moldar comportamentos e refletir a essência da cultura e dos valores de uma sociedade. Assim, esse reconhecimento não representa apenas uma celebração individual, mas cria uma relação entre as pessoas.

Isso revela uma condição do nosso tempo que se firma como uma forma autêntica de expressão coletiva, o que permite a transparência como um processo de coexistência intelectual.

Nesse sentido, a seleção dos trabalhos de escritoras negras como leitura obrigatória nos vestibulares da Fuvest/USP entre 2026 e 2029 representa uma quebra histórica no modo como a intelectualidade negra é tratada no Brasil. Conceição Evaristo, Djaimilia Pereira e Paulina Chiziane são nomes que representam contribuições literárias que continuamente foram negligenciadas pela academia, sendo historicamente invisibilizadas, mas agora farão parte deste marco histórico.

A universidade, a mídia e as agências governamentais constituem esferas importantes de reprodução dessas imagens de controle. Ainda que a academia e os estudos produzidos e divulgados por seu corpo docente tenham desempenhado historicamente um papel importante na geração dessas imagens de controle, seu significado atual na reprodução dessas imagens é observado com menos frequência (Collins, 2019, p. 175).

Em 2024, Conceição Evaristo alcançou um novo marco pioneiro, tornou-se a primeira mulher negra e a décima mulher a integrar, como imortal, a Academia Mineira de Letras. A celebração, em Belo Horizonte, foi um tributo à sua trajetória e à importância da representatividade feminina negra.²⁴

Natural da capital mineira, Evaristo já havia conquistado reconhecimento mundial por suas premiadas obras literárias. Sua integração à Academia Mineira de Letras destaca a relevância da diversidade na literatura brasileira, impulsionando a expansão e o enriquecimento da produção literária nacional

A valorização de algumas escritoras negras está ganhando destaque social, porém ainda é insuficiente em comparação ao que já se tornou realidade na nossa sociedade. As instituições de ensino não têm dado a mesma atenção que os movimentos sociais dedicados ao estudo da negritude, o que levanta questões sobre a subvalorização e a anulação dessa inteligência. É difícil, porque conquistar um grande estrelato significa, ao mesmo tempo, cair isolado e ser famoso. Isso, então, gera um territorialismo feroz, já que convivemos em uma matriz social que nos diz constantemente que apenas um de nós pode estar no topo (hooks, p. 202, 2019).

Nilma Lino Gomes (2017), uma figura de grande importância para as mulheres negras no meio acadêmico, destaca a necessidade urgente de lutar pela libertação do conhecimento, com a educação das margens, que tem o poder de transformar as estruturas acadêmicas. Sem esse tipo de conhecimento, o avanço na compreensão das questões raciais no Brasil e a execução de políticas de igualdade racial não teriam sido possíveis.

²⁴ Conceição Evaristo é a primeira mulher negra a ingressar na Academia Mineira de Letras - Por Jornal Nacional - 2024 Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/03/09/conceicao-evaristo-e-a-primeira-mulher-negra-a-ingressar-na-academia-mineira-de-letras.ghtml> Acesso em: 25 de mar. 2025

Embora atualmente haja um número significativamente maior de mulheres negras na academia, muitas frequentemente adotam uma postura anti-intelectual, o que geralmente representa uma consequência das dificuldades enfrentadas como alunas ou professoras que, em várias ocasiões, são alvo de desconfiança e desdém por parte de colegas no cotidiano. Por outro lado, elas podem argumentar que o trabalho que se baseia na experiência vivida possui um valor mais significativo do que as formas de produção intelectual que não são destinadas a um grande público.

Diante da falta de endosso e apoio públicos, constantes, as negras que escolhem vocações intelectuais quando enfrentam esse trabalho, em isolamento, em espaços privados, não admira que negras individualmente se sintam oprimidas por dúvidas, que esses espaços intensifiquem receios de incompetência, receios de que suas ideias talvez não mereçam ser ouvidas (hooks, 1995, p. 472).

A ascensão da produção de conhecimentos pela intelectualidade negra apresenta-se importante à medida em que nos conecta a várias áreas de conhecimento, ganhando novos contornos na busca por respostas que solucionem os dilemas manifestados nas subjetividades e que, transformados em reflexões coletivas, proporcionam novos referenciais epistêmicos, instigando a busca de novas oportunidades de pesquisa.

A experiência da escritora Grada Kilomba (2019) reflete um cenário de discriminação epistêmica, bem como as desigualdades presentes nos espaços acadêmicos, onde mulheres negras são constantemente questionadas e desafiadas como pesquisadoras, devido às estruturas racistas na educação, que dão aos dominantes maior acesso às estruturas e mais condições, que favorecem o grupo majoritário branco.

Fazer essas perguntas é importante porque o centro ao qual me refiro aqui, isto é, o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “Outras/os” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco. Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro (Kilomba, 2019, p. 50).

Diante desse contexto, é importante apontar que os trabalhos das escritoras Sueli Carneiro e Grada Kilomba ressaltam a relevância de desenvolver um pensamento crítico que transite entre o saber adquirido na experiência e o saber acadêmico. Nos estudos dessas intelectuais, ambas colocam suas epistemes como partes inseparáveis do processo de pesquisa, sem fazer distinção entre um e outro, numa perspectiva fundamental para examinar a escrita

como meio de resistência e afirmação da subjetividade da pesquisadora negra. Muitas mulheres negras, quando se viram confrontadas com essa injustiça estrutural dirigida ao nosso grupo, reafirmaram nosso direito de definir nossa própria realidade, estabelecer nossa própria identidade e dar nome a nossa história (Collins, 2019, p. 154).

Carneiro (2023) e Kilomba (2019) pontuaram que a questão da neutralidade no espaço acadêmico tem sido historicamente uma ilusão, uma vez que o privilégio dos brancos levanta questões sobre quais conhecimentos são valorizados, quem detém autoridade e quem são marginalizados.

Os negros são reiteradamente objetos de discursos dos brancos, privados de voz e de presença legitimada. A deslegitimação dos negros pela falta de neutralidade da academia não é um indicativo de falta de luta, mas decorrência da exclusão contínua de suas perspectivas, originada pelo racismo arraigado na sociedade. Enquanto os brancos desenvolvem teorias que os colocam em destaque, os negros são relegados à margem, sofrendo desumanização e silenciamento.

A estrutura do saber hegemônico permite que pessoas brancas tenham a oportunidade de se tornarem “especialistas” em culturas de outras pessoas, enquanto continuam a manter uma ordem colonial opressiva, o que nos convoca a questionar essa realidade para enfrentar a supremacia branca e estimular a representatividade e o reconhecimento dos conhecimentos negros no ambiente acadêmico, visto que a academia não se resume à geração de saberes, mas também é um local de conflitos.

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós. De ambos os modos, somos capturadas/os em uma ordem violenta colonial. Nesse sentido, a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a. Como acadêmica, por exemplo, é comum dizerem que meu trabalho acerca do racismo cotidiano é muito interessante, porém não muito científico (Kilomba, 2019, p. 51).

Os progressos tecnológicos tornam a conexão indispensável, mas também provocam conflitos, as narrativas racistas presentes na ciência entrelaçam-se e distorcem a realidade, sustentando ideologias nocivas, convertendo o racismo científico em uma rede que se liga ao ser universal e às normas acadêmicas aplicadas com restrição de suas epistemologias.

As autoras negras Sueli Carneiro e Grada Kilomba, que são essenciais para este estudo, argumentam que a pesquisa científica serve como uma plataforma para a reafirmação da escrita como um ato político, não apenas de ampliação de suas vozes, mas também de transformação,

através da escrita. Por meio da pesquisa científica, torna-se viável contar sua própria história, desafiar sistemas opressivos e fortalecer o protagonismo da narrativa, enfrentando as imposições coloniais e afirmando a identidade, ao mesmo tempo em que rejeitam ser vistas como objetos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória das mulheres negras em sua busca por legitimidade no campo intelectual é marcada por uma história de dor e luta por reparação, viabilizando a reestruturação das relações de poder e conhecimento. Nesse contexto, a escrita de si tem um papel na comunicação de suas ideias, ao realizar uma ponte entre o passado e o presente, funcionando como um ato de resistência ao racismo epistêmico e expressando a força inerente a essas vozes.

Em suas escritas, intelectuais negras resistem ao apagamento histórico e à morte social, que, conforme definido por Osmundo Pinho (2022), é a negação da humanidade negra e a imposição da branquitude, gerando extrema vulnerabilidade e violência.

A violação dos corpos negros e a expropriação cultural, perpetradas tanto no passado quanto no presente, configuram uma "coisificação" que dificulta a autorrepresentação e perpetua a dominação originária da escravidão. Hoje, a articulação de nossas lutas, na interseção das estruturas opressoras, afirma, contudo, a potência da negritude.

A emancipação intelectual das mulheres negras é essencial para desconstruir estereótipos e reinterpretar suas representações e de suas comunidades. Nesse contexto, é fundamental acessar a produção escrita de autoras negras, pois suas narrativas incluem uma série de reflexões que desafiam a marginalização, exploram contextos sociais pouco notáveis e promovem perspectivas que estabelecem uma ligação entre a escrita e o saber negro, combatendo o racismo epistêmico e proporcionando visibilidade e ênfase a vivências que historicamente foram silenciadas por representações didáticas negativas.

No *corpus* analisado nesta dissertação, o enfrentamento ao epistemicídio, em Sueli Carneiro (2023), enriquece o aporte teórico com o conceito de dispositivo de racialidade, que articula as análises do processo de silenciamento e marginalização dos conhecimentos e saberes de povos não ocidentais. Em interlocução com os conceitos de epistemicídio, de Boaventura de Sousa Santos (2009), e biopoder, de Michel Foucault (1926-1984), o manejo de autores canônicos contribuiu para produzir um novo quadro de conhecimento, a partir do olhar de uma intelectual negra sobre a racialidade. Essa abordagem proporcionou uma reinterpretação das análises das opressões que as mulheres negras enfrentam em relação a múltiplos sistemas, em especial do conhecimento, instaurando uma comunicação interdisciplinar que permite uma discussão mais ampla sobre discriminações raciais, reconhecendo dinâmicas sociais complexas e promovendo um diálogo potente entre teoria e prática.

Sueli Carneiro faz uma análise crítica de como as relações de poder moldam a identidade negra e, nesse contexto, o conceito de "dispositivo de racialidade" é original ao evidenciar como

essas estruturas apresentam os indivíduos negros como "outros" em contraposição à norma branca.

O autoconhecimento desempenha um papel fundamental nesta pesquisa, tendo sido focalizado por meio do conceito da "escrita de si", de Michel Foucault, que se mostrou bastante produtivo ao revelar como mulheres negras refletem sobre suas vivências e resistem ao racismo, desafiando narrativas que procuram marginalizá-las.

Tal estratégia está ainda mais evidente no segundo livro do *corpus* desta dissertação. O trabalho de Grada Kilomba (2019) emprega componentes autobiográficos para criar conexões entre experiências e reflexões profundas, espelhando a prática da escrita como registro e documentação de experiências significativas em uma busca do autoconhecimento. Essa escrita torna-se uma manifestação libertadora e terapêutica na batalha contra o racismo e a opressão. Ao incorporar as críticas ao discurso hegemônico, Kilomba problematiza a produção e a atribuição de conhecimento, destacando a busca pela validação da voz intelectual negra.

Assim, a escrita dessas mulheres vai além da mera autoexpressão, transformando-se numa declaração de identidade que resiste à marginalização e propõe uma nova compreensão sobre o saber e a função das mulheres negras na geração de saberes. Uma análise do racismo na produção intelectual de mulheres negras conecta história e subjetividade, dialogando com as teorias de Foucault, como "a escrita de si", e as vivências dessas escritoras. Trata-se da oferta de uma visão aprofundada no entendimento das discriminações raciais, ligando o ambiente acadêmico à vida diária e expandindo o espaço para as vozes marginalizadas.

A reconfiguração da hegemonia do "eu", que abre caminho para novas percepções sobre a resistência das mulheres negras, fomenta discussões em grupo e partilha de conhecimentos, num processo que tem como objetivo modificar as desigualdades sociais, que muitas vezes desmontam narrativas dominantes, destacando a complexidade de suas vivências na busca pela equidade.

A emancipação, mais do que um conceito, representa um ato que, por meio das vozes das mulheres negras, provoca a transformação de cenários e a formulação de novas estratégias de conhecimento. Suas vozes, portadoras de emancipação, não falam sozinhas, mas convocam outras vozes de pessoas negras que propõem transformações e novas estratégias para a liberdade coletiva.

O destaque da interseccionalidade entre o feminismo e o antirracismo forja uma militância mais potente e consistente, promovendo a liberdade coletiva e reconhecendo as especificidades da experiência feminina negra. Isso sublinha a importância de entrelaçar a luta de gênero com a luta antirracista, resultando em uma militância mais robusta e coerente.

A visão de Michel Foucault, embora tenha sua origem em outros contextos hegemônicos, oferece contribuições valiosas para a reavaliação da crítica à racialidade feita por Sueli Carneiro (2023). Sua análise sobre a construção do outro como não ser, especialmente no que se refere à valorização do saber negro e à adaptação resistente diante das adversidades acadêmicas, agrega valor ao debate sobre racismo e evidencia a importância da incorporação dos fundamentos teóricos de Foucault nas discussões sobre racismo.

Na incorporação de uma voz hegemônica de contexto europeu a uma reflexão profunda e específica sobre racialidade no contexto brasileiro, a trajetória de Sueli Carneiro simboliza a luta pela valorização do conhecimento negro e o enfrentamento da invisibilização dos negros como criadores de saber, uma luta que demanda uma revisão crítica das realidades sociais e das estruturas de desigualdade.

A conexão entre teoria e prática é fundamental para um futuro mais equitativo, valorizando o legado intelectual das mulheres negras. Assim, a escrita, que se transforma em um instrumento de denúncia e mudança social, lutando contra o epistemicídio, é essencial para afazer ecoar a voz das mulheres negras, valorizando suas vivências e construindo uma epistemologia inclusiva, que possibilite o desenvolvimento do conhecimento negro como referencial.

A busca pela reposição e descolonização do saber ultrapassa a coerência da valorização do conhecimento negro, mas exige a desconstrução das estruturas que perpetuam desigualdades e o apagamento histórico. O diálogo produtivo entre o conhecimento acadêmico e as experiências de mulheres negras é importante para construir uma epistemologia que não apenas reconheça, mas também afirme suas identidades e lutas, impulsionando a sociedade rumo à equidade e à justiça social.

A articulação entre o rigor teórico e a análise da realidade social das mulheres negras revela um potencial emancipatório fundamental na luta contra o racismo epistêmico, uma luta que exige diálogo, bom senso e valorização da diversidade de saberes, buscando reparar injustiças históricas e garantir a participação efetiva das vozes negras na academia e na sociedade. Apesar dos desafios, esse processo representa uma oportunidade fundamental de reintegração de saberes marginalizados, fortalecendo a resistência e afirmando o papel das intelectuais nesse movimento de reconexão e luta pela coexistência.

Para as autoras negras, a união comunitária e a escrita são meios essenciais de resistência. Como aponta Nêgo Bispo (2023), a confluência dessas vozes fortalece histórias que foram caladas por muito tempo, incentivando uma conversa respeitosa sobre identidade e

justiça social, um padrão que possibilita desfazer o plano autoritário de colonização que organiza nosso mundo, que se baseia em conhecimentos hegemônicos antigos.

Falo da tentativa de desmantelamento e de substituição compulsória dos saberes tradicionais, transmitidos oralmente de geração a geração, por meio da imposição dos saberes acadêmicos transferidos através da linguagem escrita. A partir de então, o acesso à linguagem escrita que sempre foi negado as comunidades contra colonizadores, lhes foi oferecido como oportunidade de "melhoria" das suas condições de vida (Bispo, 2015, p. 53).

A obra de Nêgo Bispo (2015) exemplifica essa dificuldade. A partir de mestres e saberes ancestrais, o autor transcreveu experiências coletivas, como em *Colonização, Quilombos: modos e significados*, onde narra a resistência quilombola e propõe uma alternativa civilizatória baseada na biointeração, demonstrando a importância de as autoras negras utilizarem a tradição oral, transmitida entre gerações, como fundamento de sua produção escrita, na preservação e transmissão de conhecimento, mesmo diante da hegemonia da escrita.

[...] Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade (Bispo, 2015, p. 46).

Embora a oralidade não seja o principal objetivo desta pesquisa, ela se revela como um elemento importante incorporado na escrita de mulheres negras. A investigação minuciosa desse aspecto, já amplamente discutida em estudos significativos, é pertinente, pois a produção textual dessas mulheres passa também pela escuta dos registros orais das comunidades negras no Brasil, além de contribuir para a preservação de seu saber e cultura.

A relevância desse tema se torna ainda mais evidente ao analisarmos que esta pesquisa se concentra em obras das autoras negras Sueli Carneiro e Grada Kilomba, que contribuíram para a formalização do conhecimento dessas tradições na academia, de modo que é imprescindível destacar a escrita como um espaço de emancipação.

As intelectuais negras, quando se apropriam do espaço da escrita como ato de resistência, fundamentando-se na comunicação que, por tradição, baseia-se na escuta de suas comunidades, afirmam sua forma de conhecimento, tomando posse do seu território e fazendo da escrita e do seu registro em livro um lugar de reconhecimento acadêmico que contribui para dialogar sobre a racialidade e suas tradições.

Carneiro (2023) oferece uma análise contundente, estabelecendo diálogo com diversos autores e autoras hegemônicos em paralelo à escuta de vozes da resistência negra no Brasil, para elucidar como o racismo opera na sociedade brasileira. Esse enfoque também aborda como lidar com os desafios impostos pelos territórios e suas movimentações, que frequentemente desviam a atenção das publicações produzidas e dificultam, ainda mais, o acesso aos escritos que transmitem esses conhecimentos. Especialmente quando valorizados por comunidades tradicionais, a formalização acadêmica na escrita contribui para que os saberes das intelectuais negras não sejam subordinados à hegemonia.

A produção literária de autoras negras reflete uma preocupação antiga da comunidade negra: a apreensão com a apropriação cultural e a mercantilização de seus conhecimentos, sujeitos a interpretações distorcidas por agentes externos. Essa preocupação soma-se às urgências imediatas das comunidades negras que quase sempre estão envolvidas com a luta pelos direitos à vida, ao território e à preservação cultural.

A publicação de livros por escritoras negras, embora ainda busquem reconhecimento para seu trabalho, pode paradoxalmente promover a elitização e a exclusão no campo do saber. O problema não reside no ato de escrever, mas na desigualdade de acesso aos meios de registro escrito, muitas vezes considerados superiores, perpetuando, assim, as dinâmicas de poder existentes na hierarquia racial das epistemes. “Escrito para o público em geral, mas também para o público acadêmico, o fato de o livro ter sido publicado constitui em si uma ruptura significativa com uma política em que as mulheres negras eram silenciadas e representadas por outras pessoas (Collins; Borges, 2021, p. 100).

Nesse sentido, a escrita e a publicação das obras de autoras negras não é apenas uma forma de resistência, mas se configura como um espaço de afirmação de enfrentamento ao racismo, desafiando representações tradicionais e oferecendo um contraponto importante à narrativa hegemônica.

A força das obras *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), de Grada Kilomba, e *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser* (2023), de Sueli Carneiro, reside nas duras críticas feitas às estruturas que sustentam o racismo, por meio do compartilhamento de experiências pessoais e da comunidade, com uma abordagem que conjuga experiência pessoal e análise crítica. Assim, as autoras instigam a reflexão e a ação contra o racismo cotidiano, fazendo com que suas obras transcendam a autobiografia e ofereçam uma ferramenta fundamental na luta por justiça social e por um mundo mais justo e diverso.

Nesse sentido, a escrita de autoras negras não é apenas uma forma de resistência, mas também um convite para pensar e se envolver. Sua importância vai além da beleza literária dos relatos partilhados ou da articulação teórica que elabora, é uma contribuição importante para a criação de um mundo mais justo, onde identidades diversas são respeitadas e celebradas e a justiça histórica se torna uma realidade concreta. Trata-se da construção de um caminho para um futuro igualitário, que se articula por meio da valorização constante dessas vozes, seu conhecimento e suas experiências que, por sua natureza, nos ensinam sobre resistência, superação e apoio mútuo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. **O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo: Ensaaios**. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2023.

ARAÚJO, Vera Lúcia Santana; PERREIRA, Renata. **Sueli Carneiro: rompendo invisibilidades**. 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/artigo-sueli-carneiro-rompendo-invisibilidades/> Acesso em: 21 mar. 2025.

ARGUEDAS, Amy Ross; MUKHERJEE, Mitali; NIELSEN, Rasmus Kleis. **Race and leadership in the news media 2024: evidence from five markets**. 2024. Disponível em: [Race and leadership in the news media 2024: Evidence from five markets | Reuters Institute for the Study of Journalism](https://www.reutersinstitute.org/news-media/2024/03/21/race-and-leadership-in-the-news-media-2024-evidence-from-five-markets). Acesso em: 21 mar. 2025.

BARBOSA, Jefferson. **Confluência de saberes**. 2023. Disponível em: <https://quatrocincoum.com.br/resenhas/politica/confluencia-de-saberes/> Acesso em: 21 mar. 2025.

BASTOS, Roberto Kenedy de Lemos. 2017. A escrita como cuidado de si na obra tardia de Michel Foucault, **Sísifo**, Feira de Santana, v. 5, n. 1, mai. 2017. Disponível em: <https://www.revistasisifo.com/2017/05/a-escrita-como-cuidado-de-si-na-obra.html#:~:text=N%C3%A3o%20resta%20a%20menor%20d%C3%BAvida,como%20numa%20est%C3%A9tica%20da%20exist%C3%Aancia>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDES, Thaís. **Não somos todos iguais: educação antirracista contra o racismo histórico do país**. 2022. Disponível em: <https://futura.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/artigo/nao-somos-todos-iguais>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BOTTEGA *et al.* Quanto fica com as mulheres negras? Uma análise da distribuição de renda no Brasil. **Nota de Política Econômica**, n. 18, 2021. Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/12/npe018.pdf> Acesso em: 22 maio.2024.

BRASIL. **Decreto 19482/1930. 1930**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/437093>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

BOND, Letycia. Editores de livros sugerem propostas para retomar aumento de leitores. **Agência Brasil**, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-09/editores-de-livros-sugerem-propostas-para-retomar-aumento-de-leitores>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CARTA CAPITAL, **Seis estatísticas que mostram o abismo racial no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil/> Acesso em: 21 mar. 2025.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Imigrantes indesejáveis: a ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas**. 2018 Disponível em: <https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/> Acesso em: 25 mar. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 21 mar. 2025. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832> . Acesso em: 25 mar. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Biopoder**. 2007. Disponível em: <https://contee.org.br/noticias/artigos/art17.asp>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2011. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Não dá pra falar do feminismo sem a mulher negra, diz Carneiro**. 2019. Disponível em: [Não dá para falar de feminismo sem a mulher negra, diz Sueli Carneiro](#) Acesso em: 21 mar. 2025.

CARNEIRO, Sueli, **Escrito de uma vida**. 1 ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO, Francine Adelino. Formações identitárias no Pós-Colonialismo: quem é o sujeito negro? **Teias**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 21, jan/abr. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24104/17082>. Acesso em: 17 mar. 2025.

COLLINS, P. H.; BORGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias a interseccionalidade como teoria social crítica**, 1 ed. São Paulo: Boitempo, São Paulo, 2022.

COSTA, Adriana de Oliveira; SILVA, André Luís da; VALE, Lorena Katlin Lemos. **A representação do negro na revista Veja**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso - da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1OSvjYxksdfGvITL9XmbPU7XvtPKE2IUu/view?usp=sharing> Acesso em: 20 dez. 2024.

CUNHA, Ana Rita; CALÇADE, Paula. 2028. **A Educação era melhor na época da ditadura?** 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12558/a-educacao-era-melhor-na-epoca-da-ditadura>. Acesso em: 25 set. 2024.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Pâmela. Minoria na ciência, mulheres pretas e indígenas não recebem as bolsas de pesquisa mais valorizadas. **O Globo**, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/11/20/minoria-na-ciencia-mulheres-negras-e-indigenas-nao-recebem-as-bolsas-de-pesquisa-mais-valorizadas.ghtml> Acesso em: 12 jun. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e da mestiçagem no Brasil (1889- 1930). **Diálogos Latinoamericanos**, n. 10, Universidad de Aarhus, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf> Acesso em: 04 out. 2023.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado Nunes. (Org). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wpcontent/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

FAILLA, Zoara, **Retratos da Leitura no Brasil 5**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wpcontent/uploads/2021/06/Retratos_da_leitura_5_o_livro_I_PL.pdf Acesso em: 25 mar. 2025.

FANON, Frantz, **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. Disponível em: https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17637/material/Foucault_Vigiar%20e%20punir%20I%20e%20II.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault_historiadasesexualidade.pdf Acesso em: 25 mar. 2025.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si? *In*. FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Rio de Janeiro: Passagens, 1992.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martin Fontes, 1999. Disponível em: <https://projetophronesis.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/08/foucault-michel-as-palavras-e-as-coisas-digitalizado.pdf> Acesso em: 25 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 2002. Disponível em: https://cienciaslinguagem.eca.usp.br/Foucault_OrdemDoDiscurso.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024

FRANÇA, Vera Veiga. **Paradigmas da comunicação**. 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/download/36784/21359> Acesso em: 07 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUVEST. **FUVEST renova sua lista de leituras obrigatórias para o vestibular 2026**. 2029. Disponível em: <https://www.fuvest.br/fuvest-renova-sua-lista-de-leituras-obrigatorias-para-o-vestibular-2026-2029/>Acesso em: 12 jun. 2024.

GOMES, Nathan. **Mulheres negras são as principais vítimas da desigualdade no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://confetam.org.br/noticias/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-da-desigualdade-no-brasil-6489>. Acesso em: 20 dez. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e Mediações. 2003. Disponível em: <https://iedamagri.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/07/da-diaspora-stuart-hall.pdf> Acesso em: 25 mar. 2025.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HERMÍNIO, Beatriz. **A escrevivência carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo**. 2022. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo> Acesso em: 10 nov. 2024.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p.464-478, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509708/mod_resource/content/0/16465-50747-1-PB.PDF Acesso em: 22 mai. 2024.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2013. Disponível em:

https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/sele%C3%A7%C3%A3o_2020.1/hooks_-_Ensinando_a_transgredir.pdf Acesso em: 25 mar. 2025.

HOOKS, bell. **Anseios: Raça, gênero e políticas culturais.** São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **Ensinando Comunidade.** São Paulo: Elefante, 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** 2018. Disponível em: [https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21039-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca-no-brasil.html#:~:text=O%20IBGE%20revelou%20que%2C%20pela,%25%20\(46%2C6%25\).](https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21039-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca-no-brasil.html#:~:text=O%20IBGE%20revelou%20que%2C%20pela,%25%20(46%2C6%25).) Acesso em: 29 maio 2024.

INSTITUTO GELEDÉS. **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações.** Disponível em: <https://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Dossie-Mulheres-Negras-.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2024

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas sociais: acompanhamento e análise.** Brasília: IPEA, 2000.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades Gênero e Raça Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedioao.pdf> Acesso em: 20 maio. 2024.

IPEA. **População negra conquista espaço no ensino superior.** 2020. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35896#:~:text=Segundo%20a%20pesquisadora%20do%20Ipea,chegado%20a%202022%2C9%25. Acesso em: 13 set. 2024.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Ática, 1992.

JORNAL DA USP. **Literatura reflete desigualdade racial no Brasil.** 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/literatura-reflete-desigualdade-racial-no-brasil/> Acesso em: 25 mar. 2025.

KILOMBA, Grada. **Enquanto eu escrevo.** 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UKUaOwfmA9w>. Acesso em: 11 nov. 2024.

KILOMBA, Grada, **Memórias da Plantação, Episódios de racismo cotidiano.** 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOUTSOUKOS, Sofia Machado. **Zoológicos humanos: Gente em exibição na era do imperialismo.** Campinas: Unicamp, 2020.

KRENAK, Ailton. **Conferência Cátedra CALAS.** 2021. Disponível em: <https://www.ufmg.br/ieat/catedras/calas-ieat-2/ailton-krenak/> Acesso em: 25 mar. 2025.

LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA; Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis Barbosa. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Brasília, Ministério da Justiça, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. Disponível em: <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/rui-barbosa-e-a-queima-dos-arquivos-ocr.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2024.

LEAL *et al.* **A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/27811> Acesso em: 14 mai. 2024.

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/enrique-leff/publication/335541942_aventuras_da_epistemologia_ambiental/links/5d6c89a34585150886065c12/aventuras-da-epistemologia-ambiental.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

LEÓN, Lucas Pordeus. **Jornalistas negras contam como enfrentam racismo na carreira**. 2024. Disponível em: [Jornalistas negras contam como enfrentaram racismo na carreira | Agência Brasil](#). Acesso em: 20 mar. 2025.

LLEDÓ, Maria Júlia. **Autoria negra: representatividade na produção literária brasileira**. 2023. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/autoria-negra-representatividade-na-producao-literaria-brasileira/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. 2019. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1-VdGWxNpas9xdZRjedsgMk0lWRjRDBTSgFeRHfzFKQ/edit?usp=sharing> Acesso em: 22 mai. 2024.

MACIEL, Nahima. Conceição Evaristo: a literatura está nas mãos de homens brancos. **Jornal Correio Braziliense**, 2018. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2018/07/15/interna_diversao_arte,694873/entrevista-conceicao-evaristo.shtml. Acesso em: 25 mar. 2025.

MANO A MANO. **Sueli Carneiro**. 2022. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrmog0RkUnCPr>. Acesso em: 24 nov. 2024.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS, **Ailton Krenak é o primeiro indígena a se tornar 'imortal' da Academia Brasileira de Letras**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/ailton-krenak-e-o-primeiro-indigena-a-se-tornar-2018imortal2019-da-academia-brasileira-de-letras> Acesso em: 25 mar. 2025.

MARCUS, George. **Entrevista com George Marcus**. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/jMptZMDNFBhtjV8PhX8gWQs/> Acesso em: 25 mar. 2025.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Paris: N-1 Edições, 3ª edição, 2019.

MILLS, Charles Wade. **O contrato racial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MIR. **O relatório Informe: Monitoramento e avaliação - nº 2 - Edição Mulheres Negras de 2023.** Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/informe-edicao-mulheres-negras.pdf> Acesso em: 17 mai. 2024.

MOURA, Clovis. **Racismo e luta de classes no Brasil: textos escolhidos de Clóvis Moura.** Brasil: Terra Sem Amos, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxGPWdcytJgSnNKJQ7dMVGz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 25 mar. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone, **Anuário de Literatura**, n. 3, p. 85-94, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/5277>. Acesso em: 12 set.2024

NASCIMENTO, Larissa Silva; DOS SANTOS, Michelle. A linguagem da mulher negra: vozes que transcendem o silenciamento. **Revista Água Viva**, [S. l.], v. 3, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/aguaviva/article/view/12029>. Acesso em: 24 mar. 2025.

OLIVEIRA, L. Etnografia, pesquisa multissituada e produção de conhecimento no campo da comunicação. **Questões Transversais**, São Leopoldo, v. 5, n. 10, 2017. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/15735>. Acesso em: 12 dez. 2024.

OLIVEIRA, Joana. **Grada Kilomba: “O colonialismo é a política do medo. É criar corpos desviantes e dizer que nós temos que nos defender deles”.** 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/19/cultura/1566230138_634355.html. Acesso em: 20 set. 2024

PIMENTA, Aluísio, **A inclusão do negro, uma questão de consciência.** São Paulo: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

PINHO, Osmundo. **Conceito Morte social.** 2022. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/morte-social> Acesso em: 27 nov. 2024.

PORTAL GELEDÉS. **Mulher Negra.** 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf> Acesso em: 17 mai. 2024

PORTAL GELEDÉS. **Lei de Cotas: a desinformação e o paralelo histórico.** 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lei-de-cotas-desinformacao-e-o-paralelo-historico/> Acesso em: 14 jun. 2024.

PORTAL GELEDÉS. **Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia**. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/menos-de-3-entre-docentes-da-pos-graduacao-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/> Acesso em: 14 out. 2023.

RACIONAIS MC's. **A vida é um desafio** [canção]. 2002. Disponível em: https://youtu.be/ov-Accod_yM?si=ew9CFonZMMkuWXXKu. Acesso em: 21 mar. 2025.

RAGUSA, Pedro; OLIVA, Alfredo dos Santos. Subjetividade, Individuação e Escrita de Si: aproximações Teóricas entre Michel Foucault E Carl Gustav Jung. **Revista de teoria da História**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 112-126, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/64279/36665> Acesso em: 20 dez.2024

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SÁ, Evaldo Batista de; SILVA, Luciano Pereira da; SILVA, Tatiana Dias. **Informe MIR: monitoramento e avaliação**. Disponível: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/informe-edicao-mulheres-negras.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. 2002. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/10810/1/Para%20uma%20sociologia%20das%20aus%20c3%aancias.pdf> - Acesso em : 25 mar. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. (Nêgo Bispo). **Colonização, Quilombos: modos e significações**. 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8073545/mod_resource/content/0/Antonio-Bispo-dos-Santos-Colonizac%CC%A7a%CC%83o-Quilombos-Modos-e-Significados.pdf Acesso em: 22 jan. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. (Nêgo Bispo). **A terra dá, a terra quer**. 2023. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7944144/mod_resource/content/1/Antonio%20Bispo%20dos%20Santos%20-%20A%20terra%20da%CC%81%2C%20a%20terra%20quer-Ubu%20Editora%20%282023%29.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Ivonete Bueno dos. **Foucault e a arte do cuidado de si: uma nova possibilidade de Discussão para a formação continuada de professores de língua inglesa**. 2012. 151 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SANTOS, Miriam Cristina dos. **Intelectuais negras**: prosa negro-brasileira contemporânea. 2018. 183 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6717/1/miriancristinadossantos.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um Humanismo**. 1970. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5616157/mod_resource/content/1/O%20Existencialismo%20%C3%89%20Um%20Humanismo.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**. 1993. Disponível em: <https://fabioperiandro.adv.br/wp-content/uploads/2021/03/O-Espetaculo-das-Racas-Cienti-Lilia-Moritz-Schwarcz.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário**: Cor e Raça na Sociabilidade Brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Mapa-do-Ensino-Superior-2020-Instituto-Semesp.pdf> Acesso em: 17 mai. 2024.

SHARPE, Christina. O silêncio e o poder moldam as narrativas que aceitamos como verdadeiras. [Entrevista concedida a Leonardo Neiva]. **Gama**, [S.l.], nov. 2023. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/qual-e-a-sua-historia/christina-sharpe-narrativas-silencio-verdade-algumas-notas-do-dia-a-dia/> Acesso em: 01 nov. 2024.

SHARPE, Christina. **Algumas notas do dia a dia**. São Paulo: Fósforo, 2024a.

SHARPE, Christina. **Notas ordinárias**. São Paulo: Fósforo, 2024b.

SILVA, Denise Ferreira da. **Homo modernus para uma ideia global de raça**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

SILVEIRA, Fernando Gaiger *et al.* **O Papel da Política Fiscal no Enfrentamento da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil**. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12834/1/TD_2956_Web.pdf Acesso em: 22 mai. 2024

SIMÕES, Nataly. **Juiz cita Sueli Carneiro e Kabengele Munanga ao condenar segurança por racismo**. 2023. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/juiz-cita-sueli-carneiro-e-kabengele-munanga-ao-condenar-seguranca-porracismo,1818795a94f7793563311bd03848379eem76n7an.html#google_vignette. Acesso em: 20 mar. 2025.

SODRÉ, Muniz. **Vozes Claros e escuros**: identidade, povo e mídia. São Paulo: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. São Paulo: Vozes 2023.

SOUZA, Jessé, **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Pascoal Soto, 2021.

SOVIK, Liv; ANSEL, Thiago. Nota editorial Dossiê da revista Animus sobre Comunicação, Identidades Raciais e Racismo. **Animus**. Revista Interamericana De Comunicação Midiática, v. 14, n. 27, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/19212>. Acesso em: 20 dez. 2024

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TATE, Claudia. **Vozes negras: a arte e o ofício da escrita**. Rio de Janeiro: Darkside, 2023.

TENENTE, Luiza. **Cotas em mestrado e doutorado dobram em 3 anos, mas bolsas congeladas e provas de idiomas são desafios para candidatos**. 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cotas-em-mestrado-e-doutorado-dobram-em-3-anos-mas-bolsas-congeladas-e-provas-de-idiomas-sao-desafios-para-candidatos/#:~:text=13%2F06%2F2022-,Cotas%20em%20mestrado%20e%20doutorado%20dobram%20em%203%20anos%2C%20mas,idiomas%20s%C3%A3o%20desafios%20para%20candidatos&text=Pesquisa%20mostra%20que%20em%202021,algum%20tipo%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20afirmativa>. Acesso em: 17 maio. 2024

ZILBERMAN, R. Brasil: Cultura e literatura nos Anos 80. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 17, 2013. Disponível em: <https://Seer.Ufrgs.Br/Index.Php/Organon/Article/View/39111>. Acesso em: 21 nov. 2024.